



---

# RELATÓRIO E CONTAS 2018



COMBOIOS DE PORTUGAL

## FICHA TÉCNICA

CP – Comboios de Portugal, E. P. E.

Calçada do Duque, n.º 20

1249-109 Lisboa

N.º Contribuinte: 500 498 601

Matriculada na C.R.C. Lisboa número 109º

Capital Estatutário - € 3 931 000 000,00 (a 31 de dezembro de 2018)

Conceção e coordenação:

Direção de Planeamento e Controlo de Atividade

Direção Financeira

Contactos: [webmaster@cp.pt](mailto:webmaster@cp.pt)

Este conteúdo respeita as normas do novo Acordo Ortográfico.

# ÍNDICE

FICHA TÉCNICA	2
<b>MENSAGEM DO PRESIDENTE</b>	<b>6</b>
<b>SUMÁRIO DO ANO</b>	<b>9</b>
<b>EQUIPA DE GESTÃO</b>	<b>11</b>
<b>ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO</b>	<b>13</b>
<b>A EMPRESA</b>	<b>15</b>
RECURSOS HUMANOS	16
FROTA	18
PRODUÇÃO	20
QUALIDADE DO SERVIÇO	22
PROCURA	24
PROVEITOS	25
INVESTIMENTOS	26
GRUPO CP	27
<b>UM ANO SEMPRE EM MOVIMENTO</b>	<b>28</b>
LANÇANDO AS BASES DO FUTURO	29
A NOSSA OFERTA	30
O NOSSO TARIFÁRIO	33
CONTROLO DE RECEITA	34
NOVIDADES NA DISTRIBUIÇÃO	35
A DINÂMICA DAS PARCERIAS	36
SEGURANÇA - UM VALOR PROFUNDO	37
RESPONSABILIDADE SOCIAL	38
A NOSSA COMUNICAÇÃO	39
CELEBRANDO OS NOSSOS PRÉMIOS	42
<b>CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS</b>	<b>44</b>
RESUMO	45
OBJETIVOS DE GESTÃO	47
GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO	52
LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO	53
PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	53
RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA EMITIDAS AQUANDO DA APROVAÇÃO DAS CONTAS DE 2017	54
REMUNERAÇÕES	55
APLICAÇÃO DOS ART.ºS 32º E 33º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO	59
APLICAÇÃO DOS ART.ºS 16º DO RJSPE E 11º DO EGP	60
RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES PAGAS A MULHERES E HOMENS	61
RELATÓRIO ANUAL SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO	61
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	61

SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS (SNCP)	62
FROTA AUTOMÓVEL	62
MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS	64
PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO	66
AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS	67
INFORMAÇÃO NO <i>SITE</i> DO SEE	68
<b>ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA</b>	<b>69</b>
CONTA DE EXPLORAÇÃO	70
BALANÇO	74
FINANCIAMENTO	77
<b>PERSPETIVAS PARA 2019</b>	<b>80</b>
<b>FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO</b>	<b>84</b>
<b>PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b>	<b>86</b>
<b>DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE</b>	<b>88</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>90</b>
<b>ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>97</b>
IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO (NOTA 1)	98
REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (NOTA 2)	103
ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF-DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA (NOTA 3)	105
PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS (NOTA 4)	105
FLUXO DE CAIXA (NOTA 5)	122
POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS (NOTA 6)	124
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NOTA 7)	124
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL (NOTA 8)	126
OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS (NOTA 9)	128
IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (NOTA 10)	129
INVENTÁRIOS (NOTA 11)	130
CLIENTES (NOTA 12)	132
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (NOTA 13)	133
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER (NOTA 14)	134
DIFERIMENTOS (NOTA 15)	135
ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA (NOTA 16)	135
CAPITAL SUBSCRITO (NOTA 17)	137
RESERVAS LEGAIS (NOTA 18)	138
OUTRAS RESERVAS (NOTA 19)	138
RESULTADOS TRANSITADOS (NOTA 20)	138
AJUSTAMENTOS/OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO (NOTA 21)	140
PROVISÕES (NOTA 22)	142
FINANCIAMENTOS OBTIDOS (NOTA 23)	143
OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR (NOTA 24)	144
FORNECEDORES (NOTA 25)	145
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS (NOTA 26)	145

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO (NOTA 27)	146
GANHOS/PERDAS IMPUTADOS A SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS (NOTA 28)	146
CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS (NOTA 29)	147
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS (NOTA 30)	148
GASTOS COM PESSOAL (NOTA 31)	149
IMPARIDADES DE INVESTIMENTO NÃO DEPRECIÁVEIS/ AMORTIZÁVEIS (NOTA 32)	150
OUTROS RENDIMENTOS (NOTA 33)	151
OUTROS GASTOS (NOTA 34)	152
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO (NOTA 35)	153
IMPARIDADE DE INVESTIMENTOS DEPRECIÁVEIS E AMORTIZÁVEIS (NOTA 36)	153
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS (NOTA 37)	154
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS (NOTA 38)	154
DIVULGAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS (NOTA 39)	155
GARANTIAS E AVALES (NOTA 40)	158
ACONTECIMENTOS RELEVANTES APÓS A DATA DE BALANÇO (NOTA 41)	158
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS (NOTA 42)	159
<b>ANEXOS</b>	<b>160</b>

---



# MENSAGEM DO PRESIDENTE



No ano de 2018, a CP lançou as bases para um futuro económico e financeiro sustentável.

Por um lado, atento o quadro legal vigente e com o advento da liberalização do mercado nacional do transporte ferroviário de passageiros, a CP apresentou uma proposta de contratualização dos Obrigações de Serviço Público, pelo que, o há muito ansiado Contrato, deverá ser uma realidade em 2019. Este instrumento contratual é absolutamente essencial para a estabilidade e sustentabilidade que ambicionamos, pois através dele são definidas as condições de exploração e as correspondentes obrigações de serviço público, pelas quais receberemos a justa e devida compensação financeira.

Será assim possível equacionar-se a melhoria da prestação de um serviço público de transporte ferroviário de passageiros, com melhor perceção dos reais níveis de qualidade, com ganhos substanciais para os cidadãos e para o país no que concerne ao papel que desempenhamos na coesão social e territorial permitindo, conseqüentemente, a mobilidade de largos milhões de pessoas.

Por outro lado, foi preparado e já lançado o concurso internacional para a aquisição de material circulante para o serviço regional, fundamental não apenas no âmbito do Contrato de Serviço Público, mas também para uma prestação de serviço de transporte ferroviário de passageiros que permita satisfazer as pretensões dos nossos Clientes e aumentar os índices de competitividade da Empresa face aos demais modos de transporte.

O ano de 2018 encerrou com um total de mais de 126 milhões de passageiros transportados e cerca de 259 milhões de euros em rendimentos de tráfego, prossequindo a trajetória de crescimento que se verifica desde 2013.

Comparativamente com o ano anterior, viajaram nos comboios da CP mais 4.2 milhões de passageiros, para um aumento dos rendimentos de tráfego de 9.1 milhões de euros, incrementos de 3,5% e 3,7%, respetivamente.

A CP manteve um EBITDA recorrente positivo de 9.5 milhões de euros e o Resultado Líquido apresentou uma melhoria de 5,6% face ao ano anterior (+ 6.3 milhões de euros), passando de -112 milhões de euros, em 2017, para -105,6 milhões de euros, em 2018.

Apesar da melhoria de resultados e dos principais indicadores, a Empresa depara-se com fortes constrangimentos à sua atividade decorrentes do atraso na concretização de investimentos na infraestrutura ferroviária, da obsolescência e vetustez do parque de material circulante sem a correspondente substituição e da desadequação do quadro de efetivos dos diferentes níveis às necessidades funcionais.

São, por isso, absolutamente cruciais os planos de recrutamento ao abrigo dos Planos de Atividades e Orçamento para os anos de 2018 e de 2019, que aguardam aprovação superior. Caso estes recrutamentos não sejam aprovados, será inevitável a redução da oferta e, em consequência, o não cumprimento dos níveis de serviço preconizados no Contrato de Serviço Público.

Em simultâneo, a negociação dos Acordos de Empresa é também peça angular, permitindo incrementar a flexibilidade laboral necessária e com isto ganhos de competitividade intermodal e intramodal.

Não obstante o quadro evidente de desenvolvimentos muito positivos registados no ano transato, e como forma de mitigar os constrangimentos que temos, é necessário que não abrandemos e se prossiga, sempre com sentido de urgência, na busca das melhores soluções de molde a tornar a Empresa mais competitiva, agora também num mercado intraconcorrencial.

Prosseguiremos, também, a implementação do Plano Estratégico para o período 2018-2021, como forma de assegurar a sustentabilidade da Empresa.

Em simultâneo, promoveremos a valorização dos Colaboradores da CP, porque cada um deles é um elemento e um ativo fundamental para o cumprimento da missão da Empresa, capacitando-nos para abraçar os novos e complexos desafios da mobilidade em geral e do transporte ferroviário em particular.

Tudo isto com um desígnio: a satisfação dos nossos Clientes.



---

# SUMÁRIO DO ANO

Indicadores Operacionais	2018	2017	2018-2017	2018/ 2017
<b>Procura</b>				
Passageiros (10 <sup>3</sup> )	126 275	122 028	4 247	3,5%
Passageiros Quilómetro (10 <sup>3</sup> )	4 104 131	4 032 713	71 417	1,8%
<b>Oferta</b>				
Comboios (10 <sup>3</sup> )	431	445	-14	-3,1%
CK (10 <sup>3</sup> )	28 531	29 129	-598	-2,1%
LKO (10 <sup>6</sup> )	12 727	13 242	-515	-3,9%
<b>Recursos Humanos</b>				
Efectivo Final a cargo	2 658	2 681	-23	-0,9%
Efectivo Médio a cargo	2 680	2 692	-12	-0,4%
<b>Frota - Parque Ativo</b>				
Automotoras	237	239	-2	-0,8%
Locomotivas	32	31	1	3,2%
Carruagens	104	104	0	0,0%

Indicadores Financeiros (10 <sup>3</sup> €)	2018	2017	2018-2017	2018/ 2017
Proveitos Tráfego	259 025	249 890	9 135	3,7%
Rendimentos Operacionais *	288 559	278 678	9 881	3,5%
Gastos Operacionais *	279 071	267 514	11 557	4,3%
EBITDA *	9 488	11 164	-1 676	-15,0%
Resultado Operacional **	-36 899	-35 802	-1 097	-3,1%
Resultado Líquido	-105 627	-111 952	6 325	5,6%

\* Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações, nomeadamente diferenças de câmbio, não relacionadas com a atividade core da empresa.

\*\* Efetuada a uma reclassificação das diferenças de câmbio desfavoráveis de 2017, da rubrica de "juros e gastos similares suportados", para "outros gastos", no valor de 278 mil euros relativamente aos dados divulgados em 2017.

Rácios	2018	2017	2018-2017	2018/ 2017
Produtividade do Trabalho (10 <sup>3</sup> ) (Ck/Efectivo Médio)	10,6	10,8	-0,2	-1,9%
Peso dos Gastos no VN s/ Subsídios à Exploração **	99,6%	100,3%	-0,7 p.p.	-

\*\* (CMVMC+FSE+PESSOAL sem rescisões e impactos da reversão das reduções remuneratórias e dos Artºs 20º e 21º da LOE 2017)/Volume de Negócios (sem subs.à Expl.)



EQUIPA DE GESTÃO

O Conselho de Administração é composto pelos seguintes Membros:



**Dr<sup>a</sup> Ana Maria dos  
Santos Malhó**  
Vogal

**Dr. Carlos Gomes  
Nogueira**  
Presidente

**Eng<sup>o</sup> Sérgio Abrantes  
Machado**  
Vogal



---

# ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Em 2018, segundo estimativas disponíveis à data da elaboração deste Relatório<sup>1</sup>, o Produto Interno Bruto (PIB) regressou aos níveis pré-crise e a taxa de desemprego decresceu 10 pontos percentuais, para 6,7% no final do ano, constituindo uma das reduções mais elevadas em qualquer País da OCDE na última década.

Depois de, no período seguinte à crise, a atividade económica ter sido incrementada pelas exportações, impulsionadas pelo rápido crescimento do turismo, a recuperação estendeu-se à procura interna.

O investimento em equipamento registou um forte crescimento, tal como o imobiliário, fruto do crescimento dos preços neste sector.

O consumo privado contribuiu positivamente para a variação do PIB devido ao crescimento dos rendimentos das famílias.

O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) registou uma taxa de variação média anual de 1,2% em 2018, inferior aos 1,6% do ano anterior.

Os indicadores positivos da economia e o incremento do turismo contribuíram favoravelmente para o acréscimo das necessidades de mobilidade e para a evolução da procura da Empresa em 2018, mantendo a tendência de crescimento registada desde 2013.

---

<sup>1</sup> OECD ECONOMIC SURVEYS: PORTUGAL 2019 © OECD 2019, Banco de Portugal - Boletim Estatístico-fev 2019 e [www.INE.pt](http://www.INE.pt).



---

# A EMPRESA

# RECURSOS HUMANOS

## EFETIVO

A empresa terminou o ano de 2018 com 2 683 trabalhadores vinculados, ou seja, menos 26 que no final do ano anterior.

Durante o ano de 2018 entraram no quadro vinculado da empresa 29 colaboradores e saíram 55, maioritariamente por revogação do contrato de trabalho por mútuo acordo ou por reforma.

Efetivo a 31 de Dezembro	2018	2017	2016	Δ 2018-2017
Vinculado	2 683	2 709	2 737	-26
A Cargo	2 658	2 681	2 708	-23
Ao Serviço	2 656	2 678	2 703	-22

**Legenda:**

**Efetivo Vinculado** - efetivo que tem vínculo com a empresa, embora possa não estar a prestar serviço ou não ser pago (inclui licenças sem vencimento, efetivo cedido ou requisitado que não é pago pela empresa).

**Efetivo a Cargo** - efetivo ao qual a empresa paga (inclui efetivo ao serviço + efetivo cedido ou requisitado pago pela empresa).

**Efetivo ao Serviço** - efetivo que presta serviço na empresa.

Cerca de 82% dos colaboradores são da área operacional e pertencem às carreiras profissionais “comercial”, “tração”, “operação de transporte” e “material”.

Efetivo Vinculado a 31 de Dezembro				
Carreira	2018	2017	2016	Δ 2018-2017
Administrativa	101	100	98	1
Apoio Técnico e Gestão	82	86	87	-4
Comercial	1 237	1 248	1 253	-11
Material	68	74	77	-6
Operação de Transporte	107	110	109	-3
Outros	14	17	17	-3
Técnicos	282	281	290	1
Tração	786	787	800	-1
<b>TOTAL</b>	<b>2 677</b>	<b>2 703</b>	<b>2 731</b>	<b>-26</b>
Cons.Administração + Cons.Fiscal	6	6	6	0
<b>TOTAL</b>	<b>2 683</b>	<b>2 709</b>	<b>2 737</b>	<b>-26</b>

## ABSENTISMO E TRABALHO SUPLEMENTAR (HORAS)

A taxa de absentismo manteve-se estável e a de trabalho suplementar registou uma ligeira redução em 2018 face ao ano anterior.

Taxas (%)	2018	2017	2016	Δ 2018-2017
Absentismo (sem greves)	6,9%	6,9%	7,0%	0,0 p.p.
Trabalho Suplementar	12,8%	12,9%	13,3%	-0,1 p.p.

**Nota:** A unidade de cálculo destas taxas são horas trabalhadas.

## FORMAÇÃO

A Empresa manteve a sua política de desenvolvimento do capital humano através da formação e qualificação contínua dos seus trabalhadores, nomeadamente, no âmbito da segurança da circulação e aperfeiçoamentos de caráter técnico e regulamentar.

Foram realizadas 285 ações de formação, tendo a grande maioria sido ministrada através da Fernave, empresa do grupo CP.

Das ações de formação destacam-se os seguintes temas:

Temas de Formação 2018	Nº de Formandos	Nº de horas de Formação	Nº de ações de Formação
Cliente	262	2 723	26
Gestão	434	2 572	65
Qualidade e Ambiente	19	155	3
Segurança Geral	29	326	7
Segurança-Qualificação Técnica	1539	63 653	173
Serviços/Línguas	0	0	0
Tecnologias de Informação	46	359	11
<b>Total</b>	<b>2 329</b>	<b>69 788</b>	<b>285</b>

## FROTA

No final de 2018 a CP dispunha de 373 unidades de material circulante afetas ao parque ativo em serviço comercial com a seguinte tipologia e afetação aos serviços:

Tipologia do Material	2018	2017	Δ 18-17
Automotoras Elétricas	189	189	0
Automotoras <i>Diesel</i>	48	50	-2
Locomotoras Elétricas	24	24	0
Locomotoras <i>Diesel</i>	8	7	1
Carruagens	104	104	0
<b>Total</b>	<b>373</b>	<b>374</b>	<b>-1</b>

Serviço	2018	2017	Δ 18-17
Serv. Urb. Lisboa	91	91	0
Serv. Urb. Porto	34	34	0
Serviço Reg./LC	243	244	-1
Aluguer Medway	5	5	0
<b>Total</b>	<b>373</b>	<b>374</b>	<b>-1</b>

No parque ativo encontram-se incorporadas 20 automotoras *diesel* das séries 592 e 592.2 alugadas à RENFE.



As automotoras são veículos indeformáveis, com motorização própria.



As carruagens constituem o material rebocado por locomotivas.

A manutenção da maior parte do material circulante é realizada pela EMEF, empresa participada da CP. Apenas na série de locomotivas 5600 a manutenção é prestada pelo SIMEF, ACE (empresa de serviços de manutenção e engenharia ferroviária detida pela EMEF, em 51%, e pela Siemens, em 49%).

Durante o ano de 2018 a CP continuou a promover contactos para a venda de material circulante não necessário à operação.

## PRODUÇÃO

Em 2018 a oferta da CP avaliada em Comboios\*Quilómetro foi de 28.531 milhares de CK, valor 2% inferior ao registado no ano anterior.

Esta variação deveu-se, essencialmente a diversas ocorrências que afetaram a regularidade de serviço prestado em 2018, designadamente:

- / Greves, da IP e da CP, responsáveis por cerca de 71% das supressões totais registadas no período;
- / Elevada taxa de indisponibilidade de material circulante de tração *diesel*, que originou supressões, designadamente, nas Linhas do Oeste, Alentejo e Algarve;
- / Descarrilamentos nas Linhas da Beira Alta, Norte e Douro.

Em 2018 procedeu-se a uma reformulação temporária dos horários das Linhas do Oeste, Cascais e Sintra durante o período de verão.

Motivados pelas intervenções da IP na infraestrutura foram ainda introduzidos os seguintes ajustamentos programados à oferta:

- / Aumento do tempo de trajeto dos comboios que circulam na Linha do Norte (troço Entroncamento/Porto);
- / Reformulação da oferta nos Serviços Urbanos do Porto – eixo de Aveiro;
- / Suspensão temporária da circulação entre Caíde e Marco de Canaveses, no final do ano.

Neste contexto, os lugares quilómetro oferecidos foram igualmente inferiores aos do ano anterior (-3,9%), tendo-se verificado um aumento das taxas de ocupação, decorrente da redução da oferta e do crescimento da procura.

Comboios Quilómetro (*10 <sup>3</sup> )	2018	2017	2016	2018- 2017	2018 /2017
Serv. Urbano Lisboa	6 471	6 651	6 670	-180	-2,7%
Serv. Urbano Porto	4 463	4 601	4 604	-137	-3,0%
Serv. Longo Curso	8 687	8 592	8 593	95	1,1%
Serv. Regional	8 909	9 286	9 260	-376	-4,1%
<b>TOTAL</b>	<b>28 531</b>	<b>29 129</b>	<b>29 128</b>	<b>-598</b>	<b>-2,1%</b>

Lugares Quilómetro Oferecidos (10 <sup>6</sup> )	2018	2017	2016	2018-2017	2018/2017
Serv. Urbano Lisboa	5 732	6 001	5 918	-269	-4,5%
Serv. Urbano Porto	2 183	2 276	2 272	-93	-4,1%
Serv. Longo Curso	2 642	2 685	2 641	-43	-1,6%
Serv. Regional	2 171	2 280	2 296	-110	-4,8%
<b>TOTAL</b>	<b>12 727</b>	<b>13 242</b>	<b>13 126</b>	<b>-514</b>	<b>-3,9%</b>

Taxa de Ocupação	2018	2017	2016	2018-2017
Serv. Urbano Lisboa	23,3%	21,2%	20,1%	2,2 p.p.
Serv. Urbano Porto	29,8%	28,1%	27,2%	1,8 p.p.
Serv. Longo Curso	62,5%	61,3%	58,3%	1,3 p.p.
Serv. Regional	21,3%	21,0%	19,9%	0,3 p.p.
<b>TOTAL</b>	<b>32,2%</b>	<b>30,5%</b>	<b>29,0%</b>	<b>1,8 p.p.</b>

## QUALIDADE DO SERVIÇO

Em consequência das ocorrências registadas no ano de 2018, conforme analisado no ponto anterior, o índice global de regularidade da CP situou-se nos 97%, valor inferior ao verificado no ano anterior em 2,2 pontos percentuais, com especial ênfase no Serviço Regional.

Regularidade	2018	2017	2016	Δ 2018-2017
<b>Serv. Urbano Lisboa</b>				
Sintra / Azambuja	97,0%	99,4%	99,7%	-2,5 p.p.
Cascais	97,9%	99,3%	99,5%	-1,4 p.p.
Sado	97,8%	99,3%	99,7%	-1,5 p.p.
<b>Serv. Urbano Porto</b>				
Aveiro	97,8%	99,6%	99,7%	-1,8 p.p.
Braga	99,0%	99,9%	100,0%	-0,9 p.p.
Caíde	99,0%	99,9%	100,0%	-0,9 p.p.
Guimarães	98,9%	99,8%	99,9%	-0,9 p.p.
<b>Serv. Longo Curso</b>				
Alfas	97,8%	99,4%	99,8%	-1,6 p.p.
Intercidades	97,0%	99,4%	99,8%	-2,4 p.p.
<b>Serv. Regional</b>				
Serv. Regional	95,4%	98,7%	99,4%	-3,3 p.p.
<b>Total CP</b>	<b>97,0%</b>	<b>99,2%</b>	<b>99,4%</b>	<b>-2,2 p.p.</b>

Em 2018 verificou-se também uma redução do Índice de Pontualidade diária face ao ano anterior, transversal à quase totalidade dos serviços. Os atrasos resultaram essencialmente de afrouxamentos impostos pela IP (limitações de velocidade para trabalhos na infraestrutura), acidentes com pessoas e avarias de sinalização e de material motor.

Pontualidade Diária	2018	2017	2016	Δ 2018-2017
<b>Serv. Urbano Lisboa (1)</b>				
Sintra / Azambuja	83,8%	87,2%	89,2%	-3,5 p.p.
Cascais	92,3%	92,1%	89,4%	0,3 p.p.
Sado	80,3%	83,3%	85,3%	-3,1 p.p.
<b>Serv. Urbano Porto (1)</b>				
Aveiro	78,1%	82,1%	85,9%	-4,1 p.p.
Braga	89,5%	90,3%	91,8%	-0,8 p.p.
Caíde	89,4%	91,8%	92,3%	-2,5 p.p.
Guimarães	87,7%	89,0%	90,1%	-1,3 p.p.
<b>Serv. Longo Curso (2)</b>				
Alfas	56,2%	46,6%	73,4%	9,6 p.p.
Intercidades	53,5%	58,0%	76,2%	-4,5 p.p.
<b>Serv. Regional (2)</b>				
Serv. Regional	78,2%	78,6%	84,7%	-0,4 p.p.
<b>Global CP</b>	<b>81,5%</b>	<b>88,2%</b>	<b>91,6%</b>	<b>-6,7 p.p.</b>

**Notas:** (1) Atrasos superiores a 3 minutos

(2) Atrasos superiores a 5 minutos

## PROCURA

Em 2018 foram transportados pela CP mais de 126 milhões de passageiros, correspondendo a um aumento de 3,5% relativamente a 2017 e representando, em termos absolutos, um acréscimo de aproximadamente 4,2 milhões de passageiros transportados.

Para este crescimento destacam-se os contributos do Serviço Urbano de Lisboa com um aumento de 5,1% e do Serviço Urbano do Porto com um acréscimo de 1,8%.

Esta evolução é justificada pelas diversas ações de caráter comercial e de combate à fraude, bem como pelo incremento do turismo e pela recuperação dos indicadores económicos do País.

Passageiros (10 <sup>3</sup> )	2018	2017	2016	2018-2017	2018 /2017
Serv. Urbano Lisboa	87 235	83 005	77 375	4 230	5,1%
Serv. Urbano Porto	21 979	21 591	20 794	389	1,8%
Serv. Longo Curso	6 386	6 388	6 025	-2	0,0%
Serv. Regional	10 674	11 044	10 647	-370	-3,4%
<b>TOTAL</b>	<b>126 275</b>	<b>122 028</b>	<b>114 841</b>	<b>4 247</b>	<b>3,5%</b>

Passageiros-Quilómetro (10 <sup>3</sup> )	2018	2017	2016	2018-2017	2018 /2017
Serv. Urbano Lisboa	1 338 164	1 270 474	1 186 772	67 690	5,3%
Serv. Urbano Porto	651 162	638 990	618 991	12 172	1,9%
Serv. Longo Curso	1 651 975	1 644 831	1 539 568	7 144	0,4%
Serv. Regional	462 830	478 419	457 431	-15 589	-3,3%
<b>TOTAL</b>	<b>4 104 131</b>	<b>4 032 713</b>	<b>3 802 762</b>	<b>71 417</b>	<b>1,8%</b>

## PROVEITOS

Os proveitos de tráfego ultrapassaram em 2018 os 259 milhões de euros, representando um acréscimo de 9,1 milhões de euros face ao ano anterior (+3,7%).

Os proveitos acompanharam a tendência de crescimento da procura e refletiram a atualização tarifária ocorrida no início de 2018, em média cerca de 1,7%<sup>2</sup> para os serviços urbanos de Lisboa, Porto e Coimbra, de 1,5% para os serviços de Longo Curso e de 2% para o serviço Regional em percursos até 50km, e de 1,5% nos restantes itinerários.

Proveitos Tráfego (10 <sup>3</sup> €)	2018	2017	2016	2018-2017	2018 /2017
Serv. Urbano Lisboa	91 682	86 322	78 396	5 360	6,2%
Serv. Urbano Porto (*)	28 147	26 898	25 189	1 249	4,6%
Serv. Longo Curso	110 461	107 085	98 616	3 376	3,2%
Serv. Regional	28 734	29 585	28 121	-851	-2,9%
<b>TOTAL</b>	<b>259 025</b>	<b>249 890</b>	<b>230 322</b>	<b>9 135</b>	<b>3,7%</b>

(\*) O valor referente a 2017 difere do divulgado no R&C de 2107 em 26,6 milhares de euros por motivo de regularizações do Andante.

<sup>2</sup> Aumento de 1,4% para os títulos próprios e de 2% para os títulos combinados.

## INVESTIMENTOS

A CP realizou em 2018 um total de 15,5 milhões de euros em investimentos, 80% dos quais destinados a material circulante.

Investimentos 2018	Valores (*10 <sup>3</sup> €)
Material Circulante	12 414
Instalações Fixas	1 561
Equipamentos Comerciais	151
Informatização	625
Outros Investimentos	773
<b>TOTAL</b>	<b>15 525</b>

As decisões de investimento foram, tal como nos últimos anos, avaliadas na perspectiva de assegurar as intervenções indispensáveis para garantir a segurança e a operacionalidade do material circulante, dos sistemas, dos equipamentos e das instalações ferroviárias.

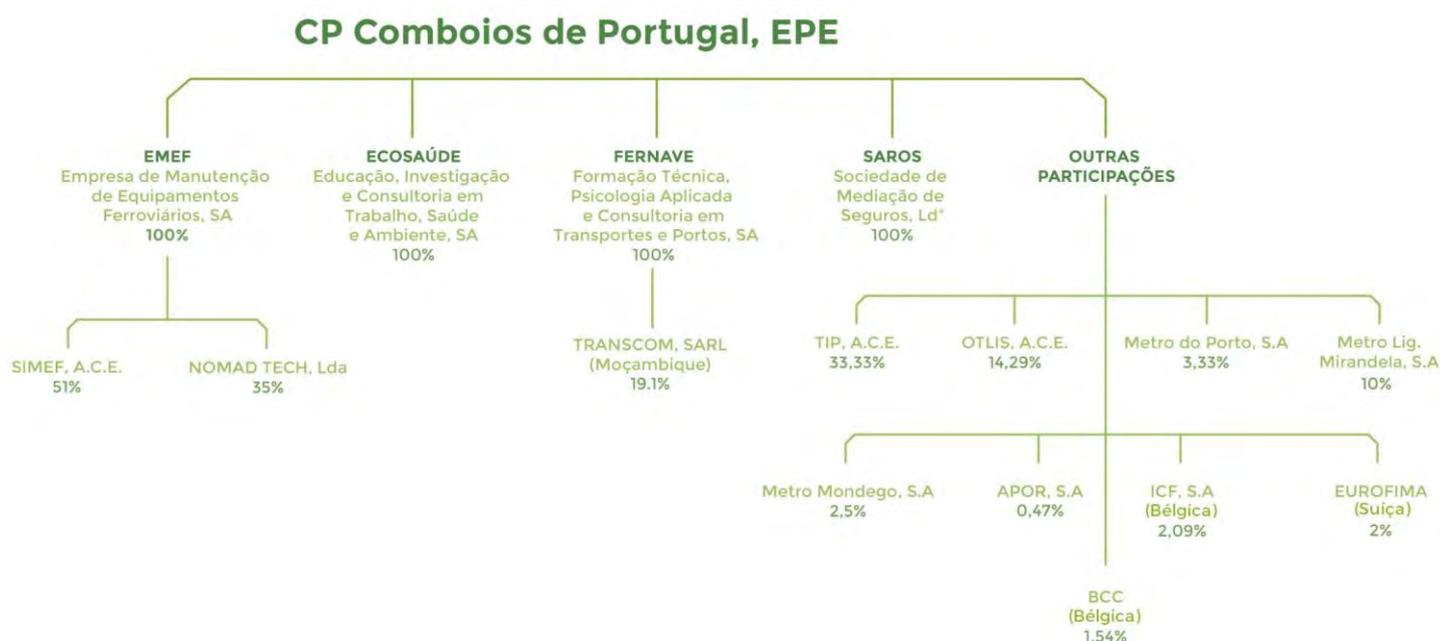
No material circulante, os investimentos mais relevantes continuaram a ser em “Grandes Reparações (do tipo R)”, com um valor de 6,3 milhões de euros, relativos a intervenções de manutenção programada em várias séries de material, com o objetivo de repor o nível de operacionalidade e segurança das mesmas, e na “intervenção de meia-vida dos CPA”, no valor de 4,6 milhões de euros, com a entrega de três unidades intervencionadas.

## GRUPO CP

A CP é uma empresa pública de transporte ferroviário detida 100% pelo Estado. Controla empresas na esfera dos fornecimentos no sector, designadamente nas áreas de manutenção de material circulante, formação, cuidados de saúde e mediação de seguros e detém participações minoritárias casuísticas, numa lógica de cooperação, com outros operadores.

As contas consolidadas do Grupo serão apresentadas no Relatório & Contas Consolidadas de 2018.

O esquema seguinte apresenta as participações da CP e suas empresas participadas em 2018:



A participação da CP na sociedade APOR – Agência para a Modernização do Porto, S.A. foi liquidada em 2018.



Um Ano Sempre em  
Movimento

## LANÇANDO AS BASES DO FUTURO

### CONCURSO PARA AQUISIÇÃO DE AUTOMOTORAS

Durante o ano de 2018 foi preparado o concurso para aquisição de 22 Automotoras para o Serviço Regional e lançado em 7 de janeiro de 2019, contemplando a aquisição de 12 Automotoras Bi-Modo, que podem circular tanto em linhas eletrificadas como não eletrificadas, e de 10 Automotoras Elétricas.



### PREPARAÇÃO DE PROPOSTA DE CONTRATO DE SERVIÇO PÚBLICO

A CP desenvolveu e apresentou uma proposta de contratualização com o Estado dos tráfegos objeto de obrigações de serviço público, de acordo com a regulamentação comunitária. O Contrato visa estabelecer os direitos e obrigações de cada parte e as características do serviço público de transporte ferroviário a prestar.



## A NOSSA OFERTA

### ALTERAÇÃO DO SERVIÇO NA LINHA DA BEIRA BAIXA

Substituição das automotoras elétricas que circulavam nos comboios Intercidades da Linha da Beira Baixa por composições formadas por locomotiva e carruagens de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> classe.



Esta substituição permitiu encurtar o tempo total de trajeto, numa redução de até 22 minutos.

Em consequência das modificações introduzidas nos Intercidades os comboios do serviço Regional também sofreram um ligeiro ajustamento de horário.

### COMBOIOS HISTÓRICOS DO DOURO E DO VOUGA E MIRADOURO

Foram realizadas as já habituais ofertas sazonais dos comboios históricos do Douro e Vouga.

Para comunicar esta oferta foram desenvolvidas campanhas orientadas para o mercado interno e externo, no segmento de lazer.



## PROGRAMAS TURÍSTICOS E SERVIÇOS ESPECIAIS

Foram realizados numerosos circuitos e respetivas campanhas de comunicação: Rotas das Amendoeiras, da Lampreia do Tejo, das Cerejeiras em Flor, do Borrego da Marofa, das Cerejas do Fundão e da Festa das Vindimas, das Uvas sem Grainha, do Azeite da Beira Baixa e do Azeite e do Vinho Alentejano.

Foram disponibilizados comboios especiais para os principais eventos musicais (com destaque para o Rock in Rio e o NOS Alive), desportivos e festividades (Carnaval, Páscoa ou Santos Populares).



## SUPORTES PARA BICICLETAS

Foi concluído o projeto de instalação de suportes específicos para o transporte de bicicletas nos Intercidades das Linhas da Beira Alta (Lisboa-Guarda), do Alentejo (Lisboa-Évora) e do Sul (Lisboa-Faro).



O serviço encontrava-se já disponível nos comboios Intercidades das linhas do Norte (Lisboa-Porto-Guimarães-Braga) e da Beira Baixa (Lisboa-Covilhã).

## SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DA CIRCULAÇÃO ENTRE CAÍDE E MARCO DE CANAVESSES

No contexto das intervenções de eletrificação da Linha do Douro a IP decretou a suspensão temporária da circulação ferroviária entre Caíde e Marco de Canaveses, durante um período estimado de três meses, com início no final de novembro de 2018.



Foi implementado um serviço rodoviário de substituição no troço interditado (Caíde-Marco de Canaveses), para complementar as ligações por comboio entre Porto e Caíde e entre Marco de Canaveses e Pocinho.

## ALTERAÇÃO AOS HORÁRIOS NA LINHA DO NORTE

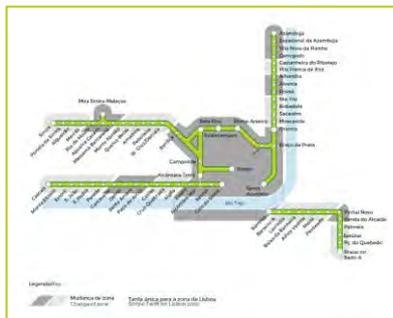


Por motivo de obras na infraestrutura a cargo da IP foi imposto um ligeiro aumento de tempo de trajeto aos comboios que circulam na Linha do Norte (no troço entre Entroncamento e Porto Campanhã), na ordem dos 6 minutos, o qual gerou uma maior estabilidade do horário.

As obras obrigaram ainda à reformulação da oferta dos Serviços Urbanos do Porto, Linha de Aveiro, com a supressão da família Granja.

## O NOSSO TARIFÁRIO

### ATUALIZAÇÃO TARIFÁRIA ANUAL



Em 1 de janeiro de 2018 os serviços urbanos de Lisboa, Porto e Coimbra, conforme decisão da Tutela, foram atualizados em média em cerca de 1,7%<sup>3</sup>.

Na mesma data os serviços de Longo Curso foram atualizados em 1,5% e o serviço Regional em 2%, em percursos até 50km, e em 1,5% nos restantes percursos.

### YIELD MANAGEMENT - 3.ª FASE

Foi disponibilizada uma tarifa promocional que confere descontos da ordem de 80% no Serviço Alfa Pendular e Intercidades num contingente limitado de lugares nos períodos de menor procura.

A comunicação foi ancorada nas viagens Lisboa/Porto a 5€, tendo a campanha,



baseada no conceito "Preços assim passam rápido", estado presente em diversos meios, incluindo televisão e rádio, bem como nas redes sociais e canais CP.

### NOVOS PASSES COMBINADOS

A CP e o Grupo Barraqueiro criaram um novo passe combinado que dá acesso aos comboios da CP e aos autocarros das empresas Boa Viagem, Mafrense e Ribatejana. Representa uma nova alternativa integrada para os Clientes utilizadores das estações de Carregado, Vila Franca de Xira, Alhandra, Alverca e Portela de Sintra.



A CP e a Scotturb lançaram na época de verão um novo produto combinado, o Wave Bus, dirigido ao segmento Jovem.

<sup>3</sup> Aumento de 1,4% para os títulos próprios e de 2% para os títulos combinados.

## CONTROLO DE RECEITA

### REFORÇO DE VALIDADORES



Com o objetivo de melhorar o combate à fraude, foram colocados 58 validadores adicionais nas estações dos Urbanos de Lisboa onde não existem equipamentos de controlo de acessos (*gates*).

### NOVO REGIME SANCIONATÓRIO PARA TRANSGRESSÕES



Através da Portaria n.º 37/2018 de 29 de janeiro foi definido o modelo de autos a ser emitido pelos agentes de fiscalização em caso de utilização indevida dos transportes coletivos e voltou a ser possível aos passageiros em falta pagar as coimas de forma voluntária ao Operador de Transporte onde a infração ocorre. Estas alterações permitem reduzir o sentimento de impunidade por parte dos infratores.

## NOVIDADES NA DISTRIBUIÇÃO

### NOVA BILHETEIRA NO ROSSIO

Face ao crescimento significativo da procura, sobretudo do segmento lazer, abriu um novo posto de venda personalizado na Estação do Rossio.



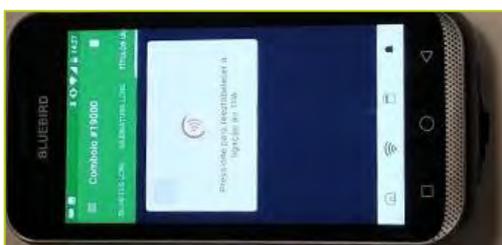
### NOVA APP "ANDA"



Foi lançada uma nova aplicação móvel que permite viajar, de forma simples, rápida e cómoda, nos transportes públicos da Área Metropolitana do Porto aderentes ao sistema intermodal Andante.

## NOVOS EQUIPAMENTOS PORTÁTEIS DE VENDA E CONTROLO

Foi iniciada a substituição do parque de equipamentos portáteis de venda e controlo (que verificam e vendem títulos de transporte a bordo) com um teste



piloto na Linha do Sado. A nova solução, que comporta dois equipamentos, um *smartphone* com Sistema Operativo Android e um Terminal de pagamentos (TPA), obteve muito boa recetividade por parte dos Colaboradores devido à facilidade de utilização, melhor visualização, rapidez e desempenho.

## NOVAS FUNCIONALIDADES NO CONTACT CENTER CP

O *Contact Center* da CP, que assegura a informação aos clientes via telefone, *email* e *chat*, 24 horas por dia, ao longo de todo o ano, passou a assegurar também a interação do *Facebook* da CP, enquanto canal direto de atendimento ao público.

**Tem dúvidas?  
Nós damos-lhe a resposta.**

A linha direta para a sua informação

**707 210 220\***  
\* 0,30 €/min - rede fixa | 0,25 €/min  
- rede móvel - IVA

**Apoio Online**  
em cp.pt

24 horas por dia  
7 dias por semana

Ainda não se registou no myCP? Subscriva os nossos Avisos para receber informações importantes sobre a sua viagem.

## A DINÂMICA DAS PARCERIAS

### CP / BOOKING.COM



Através da parceria estabelecida com a aplicação *Booking.com* passou a ser possível reservar alojamentos tendo como origem o *site* CP.

### CP / WEB SUMMIT



Foram criados títulos específicos - *Passes Web Summit* - para este evento. Estes títulos, de 1, 3 ou 5 dias, permitiram viagens ilimitadas nos operadores de transporte da cidade de Lisboa.

## SEGURANÇA - UM VALOR PROFUNDO

### PROGRAMA ESCOLA SEGURA

Com o lema “Crescer é viajar sempre em segurança”, a CP associou-se ao “Escola Segura”, um programa da PSP, com o objetivo de criar maior proximidade ao segmento Jovem e Escolar e promover uma cultura de segurança na utilização dos transportes públicos.



### RENOVAÇÃO DE VIA NOS PARQUES DE MATERIAL CIRCULANTE



Foram concluídas as empreitadas de beneficiação da via-férrea nas linhas de acesso às oficinas de Campolide e na linha de acesso ao torno de fosso do Entroncamento.

### DECLARAÇÃO EUROPEIA SOBRE SEGURANÇA FERROVIÁRIA



Foi assinada, em Dubrovnik, a Declaração de Cultura Europeia sobre Segurança Ferroviária, mais um passo na homogeneização do sector.

## RESPONSABILIDADE SOCIAL

### DESCONTOS PARA CLIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS



Foi assinado um aditamento ao protocolo entre a CP e o Instituto Nacional para a Reabilitação (INR) alargando os descontos conferidos nas viagens consoante o grau de incapacidade.

### “COMBOIO DO CONHECIMENTO”

Subordinado ao tema "Não fiques apeado - dá crédito aos teus estudos e vem conhecer Portugal", foi lançado o programa “Comboio do Conhecimento” destinado a estudantes do Ensino Superior, que ofereceu um passe de sete dias consecutivos para viajar de comboio.



### "DE LISBOA ATÉ À GUERRA. 100 ANOS DA PRIMEIRA VISITA DE ESTADO"



A CP colaborou com o Museu da Presidência da República na organização de uma exposição que reporta a viagem de comboio do Presidente da República, Bernardino Machado, a França, por ocasião da I Guerra Mundial.

## A NOSSA COMUNICAÇÃO

### "RADAR DE LENTIDÃO" EM LISBOA E NO PORTO

Com o objetivo de chamar a atenção para as vantagens do comboio na mobilidade urbana das duas áreas metropolitanas, a CP mediu a lentidão dos automobilistas,



com o acompanhamento da Comunicação Social. Ao serem "apanhados" pelo radar de velocidade muitos dos condutores foram "multados por excesso de lentidão" e, por esse motivo, "notificados" com a oferta de Assinaturas mensais para a rede de serviços Intercidades, Regional e Urbanos de Lisboa, Porto e Coimbra, mediante a compra da primeira mensalidade.

### PAYPAL



Sob o mote "Seguro e Rápido de Viajar Combina com Seguro e Rápido de Pagar", a campanha visou incentivar pagamentos com Paypal nos canais "Bilheteira Online" e "App CP". Foi veiculada exclusivamente nos canais digitais CP.

### INTERRAIL



Foi divulgado pela CP, através do Instagram e spots de continuidade na rádio Mega Hits, uma tarifa promocional que conferia um desconto de 15% na aquisição dos passes Interrail Global e One Country .

## "PASSE A PASSE"



No âmbito da Semana Europeia da Mobilidade decorreu a iniciativa "Passe a Passe", liderada pela Área Metropolitana de Lisboa (AML) em colaboração com os Operadores de Transportes, visando a promoção da utilização regular do transporte público. Consistiu na oferta do segundo mês de passe aos novos utilizadores do cartão Lisboa Viva.

## BILHETE TURÍSTICO



Assentou na mensagem "Entre e saia as vezes que lhe apetecer" e foi dirigida ao segmento de turismo e lazer. O Bilhete Turístico está disponível para as regiões mais procuradas como destino turístico em Portugal: Lisboa, Porto e Algarve.

## SERVIÇO INTERNACIONAL



Sob o tema "Vá mais longe por menos" e focada na comunicação dos destinos Madrid, San Sebastián e Vigo, assim como no preço, visou criar apetência para viagens internacionais de comboio, nos serviços Sud Expresso, Lusitânia e Celta.

## “SEMPRE À DISTÂNCIA DE UM DESCONTO”



Foi lançada uma nova campanha com foco no Bilhete Jovem e *Promo*, com o *claim* "Sempre à Distância de um Desconto", para divulgação dos descontos do serviço de Longo Curso. Teve presença na televisão, rádio, no meio digital e nas redes sociais e nas plataformas de compras digitais.

## PROMOÇÃO DOS CANAIS ONLINE CP

Sob o mote "Tenha todas as viagens no seu bolso" foi lançada uma campanha para incentivar a utilização dos canais digitais da CP – o *site* CP e a *App* CP.



## CELEBRANDO OS NOSSOS PRÉMIOS

### CAMPANHA "RADAR DE LENTIDÃO"



A campanha "Radar de Lentidão" arrecadou nove prémios na 20.<sup>a</sup> edição do Festival do Clube de Criativos 2018. Do total de prémios contam-se dois de Ouro, quatro de Prata e dois de Bronze.

A mesma campanha foi premiada com o galardão bronze dos prémios Eficácia da Comunicação 2018, na categoria Transportes, Viagens e Turismo, organizados pela APAN - Associação Portuguesa de Anunciantes. Estes prémios premeiam o trabalho conjunto das Marcas e das suas Agências, tendo como base a eficácia medida e provada da Campanha.

### FILME "VIAJE POR UM PEQUENO PAÍS QUE SE REVELA GRANDE"

O filme recebeu um prémio de Prata na 20.<sup>a</sup> edição do Festival do Clube de Criativos 2018. Sob o conceito de abrangência territorial e da portugalidade da marca, o filme transmite toda a transversalidade dos serviços da CP, desafiando o público a viajar por um pequeno país que se revela grande.



## NOVA SOLUÇÃO DE FISCALIZAÇÃO E VENDA A BORDO DOS COMBOIOS



O Fujitsu World Tour 2018, subordinado ao tema "Inovação Centrada no Ser Humano - Co-Criação para o Sucesso", premiou a CP pelo projeto referente à nova solução de Fiscalização e Venda a Bordo dos comboios.

## CANAIS DIGITAIS



Na cerimónia anual "The PayPal Generation" a CP foi distinguida com o prémio "Foco no Consumidor" pelo reconhecimento do contributo e apoio dado ao cliente, na compra através dos seus canais digitais. A atribuição do prémio à CP teve em linha de conta a implementação de projetos que visam simplificar a reserva e compra de bilhetes num só clique, com toda a segurança e comodidade, via *web* ou *app*.

## PRÉMIO "EMPRESA"



O Corpo Nacional de Escutas conferiu o Prémio "Empresa" à CP pela sua colaboração com a Região do Porto.

A CP e a Junta Regional do Porto colaboram desde há vários anos na promoção do comboio como opção de mobilidade recomendada para as atividades do Corpo Nacional de Escutas, não só pelos preços especiais disponibilizados para grupos, mas em particular pelos valores ecológicos associados ao modo comboio e promovidos pelo Escutismo.



---

# CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

## RESUMO

Cumprimento das Orientações legais 2018	Cumprimento	Quantificação/ Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S/N/NA		
<b>Objectivos de Gestão</b>			
Melhorar EBITDA	S	-1,7 M€ que em 2017 e +9,4 M€ que o previsto	EBITDA recorrente / Ver 'Objectivos de Gestão' e 'Medidas de Redução de Custos Operacionais'
Redução do peso dos Custos no Volume de Negócios	S	-0,7 p.p. que em 2017 e -3,7 p.p. que o previsto	CMVMC+FSE+PESSOAL sem rescisões e impactos da reversão das reduções remuneratórias e dos Art.ºs 20º e 21º da LOE 2017/Volume de Negócios (sem subs.ª Expl.) / Ver 'Objectivos de Gestão' e 'Medidas de Redução de Custos Operacionais'
Nível de Endividamento	S	0,8%	Varição do Endividamento Ajustado / Ver 'Objectivos de Gestão' e 'Limites de Crescimento do Endividamento'
<b>Metas a atingir constantes no PAO 2018</b>			
Proveitos de Tráfego	S	+1,9 milhões de euros (+0,8%) face ao previsto	Ver 'Objectivos de Gestão'
Passageiros Transportados	S	-1,2 milhões (-1,0%) face ao previsto	Ver 'Objectivos de Gestão'
Efetivo Final a Cargo	S	-60 trabalhadores face ao previsto	Ver 'Objectivos de Gestão' e 'Efetivo'
Investimento	S	44% de execução do Orçamento Anual	Ver 'Objectivos de Gestão' e 'Investimento'
<b>Grau de execução do Orçamento carregado no SIGO/SOE</b>			
	S	Receita: 89% Despesa: 87,2%	Ver 'Objectivos de Gestão'
<b>Gestão do Risco Financeiro</b>			
	S	2,62%	Custo médio de financiamento / Ver 'Gestão do Risco Financeiro'
<b>Limites de Crescimento do Endividamento</b>			
Endividamento Ajustado	S	0,8%	Não foi contratado qualquer novo empréstimo em 2018. / Ver 'Limite de Crescimento do Endividamento'
<b>Evolução do PMP a fornecedores</b>			
	S	+2 dias	Varição entre o 4º trimestre de 2018 e o 4º trimestre de 2017. / Ver 'Prazo Médio de Pagamento'
<b>Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")</b>			
	S	0	Não existem pagamentos em atraso por motivos imputáveis à empresa / Ver 'Prazo Médio de Pagamento'
<b>Recomendações do acionista na última aprovação de contas</b>			
	NA		As contas da empresa relativas aos anos 2015, 2016 e 2017 aguardam aprovação pela Tutela.
<b>Remunerações:</b>			
Não atribuição de prémios de gestão	S	Não existiram	Ver 'Remunerações'
CA - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2018	S	13 986,41 €	Na vigência da Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2018, manteve-se a redução de 5% da remuneração fixa mensal ilíquida aos membros do Conselho de Administração, (cfr. Art.º 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho). Ver 'Remunerações'
Fiscalização (CF/ROC) - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2018	NA	Não aplicável	Ver 'Remunerações'
Auditor Externo - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2018	NA	Não aplicável	Ver 'Remunerações'

Cumprimento das Orientações legais 2018	Cumprimento	Quantificação/ Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S/N/NA		
<b>EGP - artigo 32º e 33º do EGP</b>			
Não utilização de cartões de crédito	S	Não utilizados	Não são utilizados cartões de crédito ou outros instrumentos de pagamento, para realização de despesas ao serviço da Empresa, pelos Membros do Conselho de Administração.
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S	Não existiram	Não há lugar a reembolso aos Membros do Conselho de Administração de quaisquer eventuais despesas de representação pessoal.
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S	80 €	Ver 'Aplicação dos Art.ºs 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público'
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S	1/4 das despesas de representação	Ver 'Aplicação dos Art.ºs 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público'
<b>Despesas não documentadas ou confidenciais - n.º 2 do art.º 16º do RJSPE e art.º 11º do EGP</b>			
Proibição de despesas não documentadas ou confidenciais	S	Não existiram	Ver 'Aplicação dos Art.ºs 16º do RJSPE e 11º do EGP'
<b>Promoção da Igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º2 da RCM n.º 18/2014</b>			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	No site da CP	<a href="http://www.cp.pt/institucional/pt/empresa/principios-bom-governo">www.cp.pt/institucional/pt/empresa/principios-bom-governo</a>
<b>Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção</b>			
Relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	No site da CP	<a href="http://www.cp.pt/institucional/pt/empresa/principios-bom-governo">www.cp.pt/institucional/pt/empresa/principios-bom-governo</a>
<b>Contratação Pública</b>			
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	S	100%	Ver 'Contratação Pública'
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	NA	Não aplicável	Ver 'Contratação Pública'
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	19 contratos no valor global de 65.116.027,60 €	Ver 'Contratação Pública'
<b>Auditorias do Tribunal de Contas</b>			
	NA		Não ocorreram auditorias do Tribunal de contas durante o ano 2018.
<b>Parque Automóvel</b>			
N.º viaturas	S	+4	Ver 'Frota Automóvel'
<b>Gastos Operacionais das Empresas Públicas</b>			
MRGO	S		Ver 'Medidas de Redução de Gastos Operacionais'
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria (art.º 28º do DL 133/2013)</b>			
Disponibilidades e aplicações Centralizadas no IGCP	S	83,29%	Valor depósitos à ordem no IGCP / Valor total de depósitos à ordem. Ver 'Princípio da Unidade de Tesouraria'
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	2 062 604,82 €	Valor de DO na Banca Comercial correspondente à receita das estações recolhida nos últimos dias do mês, de acordo com dispensa obtida do princípio da UTE. (*)
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	NA	0 €	Uma vez que a CP cumpriu o princípio da Unidade de Tesouraria não existem juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado.

(\*)De referir que 1250.114,12€ estavam depositados, a 31-12-2018 numa conta do Banco Santander, titulada pelo IGCP.

# OBJETIVOS DE GESTÃO

## RELATO NÃO FINANCEIRO

No que diz respeito ao Relato Não Financeiro do ano 2018, a CP elabora desde 2008 o seu Relatório de Sustentabilidade e publica-o no seu *site* em data posterior ao da publicação do Relatório & Contas ou Relatório Anual de Gestão. Para o exercício em apreço, procederá do mesmo modo, de acordo com o Artº 3º do Decreto-Lei nº 89/2017 de 28 de julho.

## PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO<sup>4</sup>

A CP transportou em 2018, 126,3 milhões de passageiros, situando-se cerca de 1% aquém do previsto (-1,2 milhões de passageiros transportados).

Este desvio é justificado pelas diversas ocorrências que afetaram a regularidade da operação em 2018 (-3,9% de comboios realizados que o previsto), designadamente, as greves da CP e da IP e a elevada taxa de indisponibilidade do material circulante.

Apesar destes constrangimentos, os rendimentos de tráfego aproximaram-se dos 259 milhões de euros, mais 1,9 milhões de euros (+0,8%) que o planeado, em resultado, nomeadamente, da evolução dos indicadores económicos do país e da forte dinâmica comercial e da eficácia das ações de combate à fraude da empresa. Refira-se que o *ratio* quantidade de coimas emitidas por quantidade de fiscalizações efetuadas se situou, em 2018, em 10,5%, próximo do registado no ano anterior.

O EBITDA recorrente<sup>5</sup> em 2018 foi positivo em 9,5 milhões de euros, 9,4 milhões de euros melhor que o previsto.

A principal justificação para esta melhoria encontra-se no desvio registado nos Fornecimentos e Serviços Externos, que ficaram 9,5 milhões de euros abaixo do previsto, em virtude, designadamente, de uma contenção generalizada de gastos,

---

<sup>4</sup> Para efeitos de análise considera-se a versão revista do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) 2018-2020 da CP, enviada para as Tutelas Setorial e Financeira em maio de 2018, que já considerava as alterações impostas no decurso da elaboração do Orçamento de Estado para 2018, bem como, a atualização das metas face ao real 2017, entretanto apurado.

<sup>5</sup> Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações, nomeadamente diferenças de câmbio, não relacionadas com a atividade *core* da empresa.

da realização de um número de intervenções não programadas no material circulante inferior ao planeado e de não se ter concretizado o aluguer à RENFE de automotoras *diesel* adicionais.

Os Gastos com Pessoal sem indemnizações situaram-se acima do previsto (+2,3 milhões de euros), devido, essencialmente, ao acréscimo do trabalho extraordinário e dos outros prémios e abonos face ao planeado.

Não tendo sido autorizados os recrutamentos previstos para o período, o efetivo a cargo no final de 2018 era de 2.658 trabalhadores, menos 60 que o planeado.

Neste contexto, o peso das principais rubricas de gastos no volume de negócios apresentou um desvio favorável face ao previsto em 3,7 p.p..

PRC	2018 Exec.	2018 Orç.	2018/2018P	
			Δ Absol.	Var. %
(1) CMVMC	5.881.459 €	7.174.140 €	-1.292.681 €	-18,0%
(2) FSE	163.428.859 €	172.951.723 €	-9.522.864 €	-5,5%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii)	96.277.781 €	94.704.541 €	1.573.240 €	1,7%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	1.006.239 €	3.013.845 €	-2.007.606 €	-66,6%
(3.ii) Valorizações remuneratórias nos termos da LOE 2018	3.483.374 €	3.101.699 €	381.675 €	12,3%
(3.iii) Impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 29 de dezembro	4.846.141 €	4.518.365 €	327.776 €	7,3%
(4) Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)	265.588.099 €	274.830.404 €	-9.242.305 €	-3,4%
(5) Volume de negócios (VN)	266.636.102 €	266.077.995 €	558.107 €	0,2%
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	99,6%	103,3%	-3,7 p.p.	-

A CP encerrou o exercício de 2018 com um Resultado Líquido de -105,6 milhões de euros, cerca de 16,5% melhor que o previsto (-126,5 milhões de euros).

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em milhares de euros)	PERÍODOS		Variação 2018/2018P	
	Real. 31-12-2018	2018 P	Valor	%
Resultado Operacional da Atividade de Transportes (EBITDA)	9.488	58	9.430	16270,4%
Resultado Operacional	-36.899	-51.697	14.799	28,6%
Resultado Financeiro	-67.867	-74.441	6.574	8,8%
Resultado Líquido	-105.627	-126.463	20.836	16,5%

O Resultado Operacional apresentou uma melhoria de 14,8 milhões de euros face ao previsto. Para além dos motivos já referidos para o EBITDA, destaca-se ainda o desvio favorável registado ao nível dos resultados das empresas participadas, nomeadamente da EMEF.

O Resultado Financeiro de 2018 foi negativo em 67,9 milhões de euros, 6,6 milhões de euros melhor que o previsto, em virtude fundamentalmente de taxas de juro inferiores ao inicialmente esperado.

O valor de investimentos realizado em 2018 ascendeu a 15,5 milhões de euros, correspondendo a uma taxa de realização de 44% do orçamento inicial. O grau de maturidade de alguns projetos, bem como os constrangimentos impostos ao aumento da capacidade produtiva da EMEF, obrigaram à recalendarização e adiamento de diversas ações.

A CP continuou a contar com o apoio do Estado, através da atribuição de dotações de capital para financiar o serviço da dívida, os investimentos e parte das despesas relativas ao acordo com as ORT sobre os abonos variáveis. As restantes necessidades operacionais foram supridas com recurso a receitas próprias.

O valor de Endividamento Ajustado registou um acréscimo de 0,8%, conforme apresentado em ponto autónomo deste relatório, situando-se abaixo do limite de 2% imposto no artigo 56º da Lei do Orçamento de Estado para 2018.

## EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A CP registou em 2018 um nível de execução do seu orçamento de receita de 89,2%.

Execução Orçamental da Receita Todas as fontes		2018		
Económica	Designação	Orçamento (1)	Recebimentos (2)	Taxa de Execução (3)=(2)/(1)
R.04	Multas Penalidades	36 000,00 €	239 218,02 €	664,5%
R.05 / R.11	AT FIN SOC E QUA SOC	0,00 €	3 657 522,29 €	-
R.07	Venda de Bens e Serviços Correntes	295 149 197,00 €	295 495 011,29 €	100,1%
R.08	Outras Receitas Correntes	29 574 970,00 €	28 976 542,95 €	98,0%
R.09	Venda de Bens de Investimento	1 845,00 €	5 125 100,00 €	277783,2%
R.06 / R.10	Transferências	5 850 800,00 €	4 658 609,89 €	79,6%
R.12.06	Passivos Financeiros - Empréstimos	32 488 036,00 €	0,00 €	0,0%
R.12.07	Passivos Financeiros - Dotação Capital	106 857 975,00 €	80 908 060,00 €	75,7%
R.13 / R.15	Sinistros / RNAP	0,00 €	105 456,85 €	-
R.16	Saldo de Gerência	208 610,00 €	208 610,00 €	100,0%
TOTAL		470 167 433,00 €	419 374 131,29 €	89,2%

Os principais desvios ocorreram ao nível das seguintes rubricas:

- / R.12.07, relativa às dotações de capital atribuídas (-25,9 milhões de euros), devido, designadamente, ao nível de execução das despesas de investimento e ao valor dos encargos financeiros, inferiores ao previsto. De referir que as dotações de capital atribuídas são líquidas de receitas obtidas com a alienação de ativos, neste caso, do imóvel detido pela empresa na Rua Castilho, a qual, por prudência não havia sido considerada inicialmente;
- / R.12.06, referente a novos financiamentos DGTf (-32,5 milhões de euros), visto a empresa não ter necessitado de recorrer a endividamento. Lembra-se que o orçamento desta rubrica incluía a possibilidade de financiamento das necessidades diretamente decorrentes da aplicação do conceito de fundos disponíveis, conforme Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso (reserva e compromissos a assumir em 2018 mas cujo pagamento só ocorreria em 2019), no valor de 18,6 milhões de euros, ainda que não correspondessem a necessidades de endividamento efetivo.

Ao nível das receitas próprias, destaca-se que o acréscimo de 10 milhões de euros imposto no âmbito do Orçamento de Estado aprovado para 2018 foi atingido.

A despesa registou uma execução de 87,4% do orçamento disponível.

Execução Orçamental da Despesa Todas as fontes		2018				
Económica	Designação	Orçamento Antes Cativações (1)	Cativações (2)	Orçamento Disponível (3)=(1)-(2)	Pagamentos Efetuados (4)	Taxa de Execução (5)=(4)/(3)
D.01	Despesas c/ pessoal	114 347 000,55 €	0,00 €	114 347 000,55 €	113 865 595,65 €	99,6%
D.02	Aquisição de bens e serviços	234 109 661,02 €	687 427,91 €	233 422 233,11 €	205 935 987,12 €	88,2%
D.10/D.03	Amortizações empréstimos/Juros e outros encargos	82 911 605,61 €	0,00 €	82 911 605,61 €	66 709 884,72 €	80,5%
D.07	Aquisição de bens de capital	31 763 618,00 €	0,00 €	31 763 618,00 €	18 279 601,61 €	57,5%
D.04/D.06/D.09	Restantes	5 757 698,97 €	2 775 932,09 €	2 981 766,88 €	1 798 011,49 €	60,3%
TOTAL		468 889 584,15 €	3 463 360,00 €	465 426 224,15 €	406 589 080,59 €	87,4%

Caso se considere apenas a fonte de receitas próprias, a execução da despesa ascendeu a 96,6% em 2018, com destaque para as rubricas de despesas com pessoal (99,6%) e de aquisição de bens e serviços (95%).

No decurso do exercício foram autorizados, por despachos do Senhor Secretário de Estado do Orçamento (SEO 1306/2018, SEO 1736/2018 e SEO 2011/2018), os seguintes reforços do orçamento de receitas próprias da CP:

- / Descativação de 3,1 milhões de euros na rubrica de Despesas com Pessoal;
- / Descativação de 31,7 milhões de euros na rubrica de Aquisição de Bens e Serviços;
- / Transferência de 9 milhões de euros para a rubrica de Aquisição de Bens e Serviços por contrapartida na dotação de investimento;
- / Descativação de 12M€ exclusivamente para reforço das dotações destinadas à amortização de passivos financeiros. Esta verba não foi contudo utilizada, dado não ter sido necessário a sua aplicação.

Conforme previsto na legislação vigente para 2018, o valor executado na rubrica D.02.02 – Aquisição de Serviços, foi inferior aos pagamentos registados no ano anterior.

# GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

Sintetiza-se no quadro seguinte a situação da CP em 2018 no que respeita à gestão do risco financeiro:

Gestão de Risco Financeiro Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	CUMPRIDO			Descrição
	S	N	NA	
<b>Procedimentos adoptados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respectiva</b>				
Diversificação de instrumentos de financiamento			X	Com a integração da CP no perímetro de consolidação do orçamento de Estado, em 2015, a CP deixou de recorrer a financiamento junto da banca comercial, passando as suas necessidades de financiamento a ser supridas por empréstimos do Estado Português, conforme estipulado na legislação em vigor para as Empresas Públicas Reclassificadas. Em final de 2014 e em final de 2017 foram celebrados empréstimos de médio e longo prazo com o Estado, a taxa fixa. A empresa não recorreu a qualquer empréstimo no ano de 2018.
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis			X	
Diversificação de entidades credoras			X	
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado			X	Não existiu contratação de instrumentos de cobertura de risco.
<b>Adopção de política activa de reforço de capitais permanentes</b>				
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis			X	Em final de 2014 foi convertida a dívida de curto prazo em médio e longo prazo através de um empréstimo celebrado com o Estado Português. Por adiamento da amortização do empréstimo do Estado, previsto para 2018, para maio de 2019 e por passagem para dívida de curto prazo do empréstimo obrigacionista com maturidade em outubro de 2019, a dívida de M/L prazo representa, no final de 2018, apenas 50,4% do total da dívida.
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro ( <i>all-in-cost</i> ) da operação			X	Não foi contratado qualquer empréstimo em 2018.
Minimização da prestação de garantias reais	X			Em 2018 verificou-se uma diminuição da dívida garantida pelo Estado Português, na sequência da amortização de empréstimos avalizados pelo Estado, nomeadamente junto do Banco Europeu de Investimento.
Minimização de cláusulas restritivas ( <i>covenants</i> )			X	Não foi contratado nenhum empréstimo em 2018. Os empréstimos existentes foram contratados com a preocupação de minimizar as cláusulas restritivas.
<b>Medidas prosseguidas com vista à optimização da estrutura financeira da empresa</b>				
Adopção de política que minimize afectação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos			X	A CP manteve em 2018 o volume de investimento no mínimo indispensável para garantir a segurança e operacionalidade do material circulante, dos sistemas, dos equipamentos e das instalações fixas. O Estado atribuiu dotações de capital à CP para financiamento de despesas de investimento.
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP	X			
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento			X	
<b>Inclusão nos R&amp;C</b>				
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos	X			Em ponto autónomo deste Relatório.
Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos	X			Em ponto autónomo deste Relatório.
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro	X			Em ponto autónomo deste Relatório.
<b>Reflexão nas DF 2018 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira</b>				
			X	A empresa não possui qualquer instrumento de cobertura de risco ( <i>swap</i> ) em carteira.

Legenda: FC - Fundos comunitários  
 CP - Capital próprio  
 M/L - Médio/Longo  
 S - Sim  
 N - Não  
 N.A. - Não Aplicável

No capítulo “Financiamento” do presente relatório é possível obter informação adicional sobre a gestão financeira durante o ano de 2018, incluindo, designadamente, a evolução da taxa média de financiamento.

## LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO

A CP não contraiu qualquer empréstimo em 2018, apresentando a dívida remunerada um decréscimo de cerca de 1,1% face ao ano anterior. Considerando o valor de endividamento ajustado, i.e., tendo em consideração os aumentos de capital realizados pelo Estado Português, verificou-se um acréscimo de 0,8%.

Passivo Remunerado	2018	2017	Variação 18/17	
	Valores (€)		Valor	%
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente)	2 586 791 550	2 614 381 000	-27 589 450	-1,1%
- do qual concedido pela DGTf	1 528 056 000	1 528 056 000	0	0,0%
Capital Subscrito	3 931 000 000	3 850 091 940	80 908 060	2,1%
Aumentos de Capital por dotação	80 908 060	98 086 724	-17 178 664	-17,5%
Aumentos de Capital por conversão créditos	0	418 291 940	-418 291 940	-100,0%
Novos investimentos	0			
<b>Variação do endividamento ajustado</b>				<b>0,8%</b>

**Nota:** Novos investimentos - Nos termos do n.º2 do art.º 146 do DLEO 2018, consideram-se novos investimentos com expressão material os que não figuram no plano de investimentos da ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior a (euro) 10 000 000 ou a 10% do orçamento anual da empresa.

$$\text{Variação do endividamento ajustado} = \frac{(FR_t - FR_{t-1}) + (Capital_t - Capital_{t-1}) - \text{NovosInvestimentos}_t}{FR_{t-1} + Capital_{t-1}}$$

## PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

No decurso do ano de 2018 e à semelhança do ocorrido nos anos anteriores, a CP contou com o apoio do Estado, através da atribuição de dotações de capital, para financiar o serviço da dívida financeira histórica (juros e amortizações), os investimentos e parte das despesas com pessoal relacionadas com o acordo com as Organizações Representativas dos Trabalhadores sobre os abonos variáveis, na componente relativa a anos anteriores a 2015.

As dotações recebidas e os fundos gerados pela atividade operacional da empresa permitiram à CP assegurar atempadamente o cumprimento das suas responsabilidades financeiras junto dos seus fornecedores e credores.

A 31 de dezembro de 2018 a CP não apresentava dívidas em atraso por motivos imputáveis à empresa, conforme evidenciado no quadro seguinte:

Dívidas Vencidas (valores em euros)	0-90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o Art.1.º DL 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	>360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	2 601 711,39	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Saldo em Dívida a Fornecedores (Total)</b>	<b>2 601 711,39</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Nota:** Tal como previsto na lei, foram excluídas as situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor e as situações relativas a processos judiciais em curso.

No quadro abaixo apresenta-se a evolução do PMP trimestral ao longo do ano 2018 comparativamente com 2017:

Ano	Trimestre	Prazo Pagamento (dias)
2017	1º	28
	2º	22
	3º	20
	4º	19
2018	1º	23
	2º	23
	3º	23
	4º	21
Δ(%) 4º trimestre 2018/2017		11%

O PMP continuou a apresentar valores reduzidos e inferiores a 30 dias, ainda que ligeiramente superiores aos registados em 2017, mantendo-se o cumprimento atempado das obrigações da empresa para com os seus fornecedores e credores.

## RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA EMITIDAS AQUANDO DA APROVAÇÃO DAS CONTAS DE 2017

As Contas de 2015, 2016 e 2017 aguardam aprovação pela Tutela.

# REMUNERAÇÕES

## MEDIDAS DE REDUÇÃO SALARIAL

Durante o ano de 2018, na vigência da Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2018, manteve-se a redução de 5% da remuneração fixa mensal ilíquida aos membros do Conselho de Administração, (cfr. artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho).

Manteve-se também o reconhecimento da inaplicabilidade do regime previsto para os trabalhadores em funções públicas, em relação às deslocações e às ajudas de custo do pessoal itinerante, continuando nestas matérias a ser aplicadas as regras dos Acordos de Empresa.

Durante o ano de 2018, continuaram a aplicar-se os acordos feitos em 2013 com os sindicatos relativos ao pagamento do trabalho prestado em dia de descanso e em dia feriado, os quais foram oportunamente transmitidos às Tutelas Setorial e Financeira.

## REMUNERAÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mandato Início-Fim	Cargo	Nome	Designação		OPRLO			Nº de Mandatos
			Forma	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
30-06-2017 a 31-12-2019	Presidente	Carlos Gomes Nogueira	RCM nº111/2017 (DRE I série, nº 147)	01-08-2017	N	-	CP	1
30-06-2017 a 31-12-2019	Vogal	Ana Maria dos Santos Malhó	RCM nº111/2017 (DRE I série, nº 147)	01-08-2017	N	-	CP	1
30-06-2017 a 31-12-2019	Vogal	Sérgio Abrantes Machado	RCM nº111/2017 (DRE I série, nº 147)	01-08-2017	N	-	CP	1

Legenda: O/D - Origem/destino

OPRLO - Opção pela Remuneração do Lugar de Origem.

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções - 2018		
	Entidade	Função	Regime (Pública/Privada)
Carlos Gomes Nogueira	EMEF	Presidente do C.A. (a partir de 20-08-2018)	Pública
	FMNF	Presidente interino do C.A. (a partir de 28-02-2018)	Pública
Ana Maria dos Santos Malhó	EMEF	Vogal do C.A.	Pública
	SIMEF	Presidente do C.A.	Pública
Sérgio Abrantes Machado	EMEF	Presidente do C.A. (até 18-07-2018)	Pública
		Vogal do C.A. (a partir de 20-08-2018)	
	Nomad Tech	Gerente	Privado

Legenda:

EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.

Nomad Tech, Lda

SIMEF A.C.E.- Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária, A.C.E.

FMNF - Fundação do Museu Nacional Ferroviário Armando Cinestal Machado

C.A. - Conselho de Administração

Estatuto do Gestor Público			Remuneração Mensal Bruta (€)	
Membro do CA	Fixado (S/N)	Classificação (A,B,C)	Vencimento Mensal	Despesas de Representação
Carlos Gomes Nogueira	S	A	5 722,75 €	2 289,10 €
Ana Maria dos Santos Malhó	S	A	4 578,20 €	1 831,28 €
Sérgio Abrantes Machado	S	A	4 578,20 €	1 831,28 €

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2018 (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5)=(3)-(4)
Carlos Gomes Nogueira	107 587,70 €	0,00 €	107 587,70 €	5 379,39 €	102 208,31 €
Ana Maria dos Santos Malhó	86 070,16 €	0,00 €	86 070,16 €	4 303,51 €	81 766,65 €
Sérgio Abrantes Machado	86 070,16 €	0,00 €	86 070,16 €	4 303,51 €	81 766,65 €
<b>TOTAL</b>	<b>279 728,02 €</b>	<b>- €</b>	<b>279 728,02 €</b>	<b>13 986,41 €</b>	<b>265 741,61 €</b>

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio Refeição (€)		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros	
	Diário	Encargo Anual da Entidade	Identificar	Encargo Anual da Entidade	Encargo Anual da Entidade	Encargo Anual da Entidade	Identificar	Encargo Anual da Entidade
Carlos Gomes Nogueira	6,86	1 399,44	Segurança Social	24 274,44	0,00	305,01	Seguro de Acidentes Pessoais	5,63
Ana Maria dos Santos Malhó	6,86	1 618,96	Segurança Social	19 419,60	0,00	305,01	Seguro de Acidentes Pessoais	5,63
Sérgio Abrantes Machado	6,86	1 666,98	Segurança Social	19 583,12	0,00	305,01	Seguro de Acidentes Pessoais	5,63
<b>Total</b>	<b>6,86</b>	<b>4 685,38</b>		<b>63 277,16</b>	<b>0,00</b>	<b>915,03</b>		<b>16,89</b>

Nota: Os valores dos prémios do seguro de saúde e do seguro de acidentes pessoais são idênticos para todos os trabalhadores, correspondendo os valores indicados aos prémios totais per capita (prémios comerciais e taxas inerentes).

Membro do CA	Encargos com viaturas - 2018								
	Viatura Atribuída (S/N)	Celebração de Contrato (S/N)	Valor de Referência da Viatura (€)	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal (€) a 31-12-2018	Gasto com Rendas (€)	Nº Prestações Contratuais Remanescentes a 31-12-2018
Carlos Gomes Nogueira e Ana Maria dos Santos Malhó (*)	S	N	50 000,12	ALD	2018	2022	714,18	8 357,15	46
	S	N	43 945,02	ALD	2018	2022	605,82	4 467,85	47
Sérgio Abrantes Machado	S	S	41 704,74	ALD	2018	2022	581,13	736,10	46

(\*) Veículos em pool. Características apresentadas referem-se às viaturas a 31-12-2018. Durante o ano, até à autorização do novo contrato de ALD, foram utilizadas viaturas em ACD nesta pool.

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço (€)	Custo com Alojamento (€)	Ajudas de Custo (€)	Outras		Gasto Total com Viagens
				Identificar	Valor (€)	
Carlos Gomes Nogueira	3 475,23	1 986,31	1 063,29	Refeições	2 747,11	9 271,94
Ana Maria dos Santos Malhó	439,33	885,10	375,28	Refeições	826,99	2 526,70
Sérgio Abrantes Machado	260,34	102,12	125,09	Refeições	92,47	580,02
<b>Total</b>						<b>12 378,66</b>

# FISCALIZAÇÃO

## CONSELHO FISCAL

Mandato	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (Mensal)	N° de Mandatos
			Forma	Data		
13-11-2013 a 31-12-2015	Presidente	António José Farinha Simão	Despacho Conjunto s/número dos Ministérios das Finanças e da Economia	13-11-2013	1 602,37 €	1
13-11-2013 a 31-12-2015	Vogal Efetivo	Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro	Despacho Conjunto s/número dos Ministérios das Finanças e da Economia	13-11-2013	1 201,78 €	1
01-12-2015 a 31-12-2015	Vogal Efetivo	Nelson Manuel Costa Santos	Despacho Conjunto s/número dos Ministérios das Finanças e da Economia	13-11-2013	1 201,78 €	1

Embora designados por prazo certo, os membros do CF mantêm-se em funções até nova designação, sem prejuízo da dissolução, demissão ou renúncia.

Membro do Órgão de Fiscalização	Remuneração Anual 2018 (€)
	Bruta
António José Farinha Simão	22 433,19 €
Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro	16 824,92 €
Nelson Manuel Costa Santos	16 824,92 €
<b>Total</b>	<b>56 083,03 €</b>

## REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Mandato	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Número inscrição na OROC	Número registo na CMVM	Forma	Data	Data do Contrato		
01-08-2014 a 31-12-2015	SROC	Oliveira, Reis e Associados-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Ldª	23	20 161 381	Despacho Conjunto s/número de 16 de maio de 2014, dos Ministérios das Finanças e da Economia, iniciou funções em 1 de agosto de 2014 para completar o mandato de 2013-2015.	1-8-2014	16-5-2014	5	5
01-08-2014 a 31-12-2015	ROC	Oliveira, Reis e Associados-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Ldª, representada pelo Dr. Joaquim Oliveira de Jesus	1 056	20 160 668	Despacho Conjunto s/número de 16 de maio de 2014, dos Ministérios das Finanças e da Economia, iniciou funções em 1 de agosto de 2014 para completar o mandato de 2013-2015.	1-8-2014	16-5-2014	5	5

Nome	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços-2018 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais 2018 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)= (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor	Reduções	Valor Final (3)= (1)-(2)
Oliveira, Reis e Associados-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Ldª, representada pelo Dr. Joaquim Oliveira de Jesus	21.500,04	N.A.	21.500,04	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
<b>Total</b>	<b>21.500,04</b>		<b>21.500,04</b>				

NA- Não aplicável

## AUDITOR EXTERNO

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)			Contratação		N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
Nome	N.º Registo na OROC	N.º Registo na CMVM	Data	Período		
Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro & Associados, SROC, Lda	197	20 161 495	22-06-2017	3 anos	5	5
Representado por: Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro	1 015	20 160 630	22-06-2017	3 anos	5	5
Sócio responsável pelo controlo de qualidade: Helena Isabel Gonçalves Lopes Rigueira	1 026	20 160 640	22-06-2017	3 anos	5	5

Nome do Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2018 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2018 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro & Associados, SROC, Lda	11 700,00	N.A.	11 700,00	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.

**Nota:** o valor da prestação de serviços de auditoria contratada respeita a 3 exercícios (2017 a 2019) e engloba os serviços de auditoria da CP (contas individuais e consolidadas) e das empresas do Grupo, com um total para o triénio de 66.300€. Os encargos respeitantes exclusivamente à CP (contas individuais e consolidadas) para os 3 anos são de 35.100€.

## APLICAÇÃO DOS ART.ºS 32º E 33º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

Em cumprimento do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 32º do Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, Rect. n.º 2/2012, de 25 de janeiro e Decreto-Lei n.º 39/2016, de 28 de julho), não são utilizados cartões de crédito ou outros instrumentos de pagamento, para realização de despesas ao serviço da Empresa, pelos Membros do Conselho de Administração, não havendo igualmente lugar a reembolso aos mesmos de quaisquer eventuais despesas de representação pessoal.

O valor máximo das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet, pelo Despacho n.º 761/SETF/2012, de 25 de Maio (2ª série DR), de Sua Excelência a Senhora Secretária de Estado do Tesouro e Finanças, é limitado a € 80,00 mensais.

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)	
	Plafond mensal definido	Valor Anual
Carlos Gomes Nogueira	80,00 €	63,22 €
Ana Maria dos Santos Malhó	80,00 €	166,71 €
Sérgio Abrantes Machado	80,00 €	85,25 €
<b>TOTAL</b>		<b>315,18 €</b>

No que diz respeito à utilização de viaturas, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 33.º do Estatuto do Gestor Público o valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço é fixado em um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação.

Membro do CA	Gastos anuais associados a viaturas (€)			
	Plafond mensal definido para Combustíveis e Portagens	Combustível	Portagens	Total
Carlos Gomes Nogueira e Ana Maria dos Santos Malhó (Veículos em pool)	1/4 despesas representação	2 704,56	723,63	3 428,19
		1 248,66	57,71	1 306,37
Sérgio Abrantes Machado		1 518,85	225,85	1 744,70
<b>Total</b>				<b>6 479,26</b>

## APLICAÇÃO DOS ART.ºS 16.º DO RJSPE E 11.º DO EGP

Não foram realizadas pela empresa nem pelos seus gestores quaisquer despesas confidenciais ou não documentadas.

## RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES PAGAS A MULHERES E HOMENS

Encontra-se disponível no seguinte endereço:

[https://www.cp.pt/StaticFiles/Institucional/1\\_a\\_empresa/2\\_principios\\_bom\\_governo/remuneracoes\\_pagas\\_mulheres\\_homens.pdf](https://www.cp.pt/StaticFiles/Institucional/1_a_empresa/2_principios_bom_governo/remuneracoes_pagas_mulheres_homens.pdf)

## RELATÓRIO ANUAL SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

Encontra-se disponível no seguinte endereço:

[https://www.cp.pt/StaticFiles/Institucional/1\\_a\\_empresa/2\\_principios\\_bom\\_governo/identificacao\\_infracao\\_penal.pdf](https://www.cp.pt/StaticFiles/Institucional/1_a_empresa/2_principios_bom_governo/identificacao_infracao_penal.pdf)

## CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Os procedimentos adotados pela empresa em sede de contratação regem-se pelo Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e suas modificações, tendo sido considerada entidade adjudicante do sector especial dos transportes. A empresa neste momento tem contratualizada com a ACINGOV a utilização de uma plataforma eletrónica de contratação, dotando-se, assim, dos meios necessários para a realização de procedimentos públicos de aquisição, em conformidade com a legislação em vigor.

A CP, nos procedimentos relacionados com aquisições de bens e serviços, recorre à realização de concursos públicos e limitados, por prévia qualificação ou a consulta a diversas entidades. Dispõe de um Normativo sobre Locação e Aquisição de Bens Móveis e Aquisição de Serviços e Empreitadas desde maio de 2014 e publica um Regulamento de Compras no seu *site* no seguinte endereço:

[https://www.cp.pt/StaticFiles/Institucional/1\\_a\\_empresa/2\\_principios\\_bom\\_governo/compras.pdf](https://www.cp.pt/StaticFiles/Institucional/1_a_empresa/2_principios_bom_governo/compras.pdf)

Em 2018 foram submetidos a visto prévio do Tribunal de Contas 19 contratos por ultrapassarem o montante global acumulado de 5.000.000€, no valor global de 65.116.027,60 €.

## SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS (SNCP)

A CP assinou em julho de 2010 um contrato de adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) na qualidade de entidade compradora voluntária.

Tendo em conta os acordos-quadro existentes na ANCP, a CP tem vindo a analisar caso a caso se a utilização desses acordos lhe é vantajosa face aos valores contratuais conseguidos diretamente pela empresa, bem como se as características técnicas em causa correspondem às suas necessidades.

A CP tem recorrido aos acordos da ESPAP para as áreas de vigilância e segurança humana, renting de viaturas, contratação de agência de viagens, aquisição de consumíveis de impressão, economato, papel e licenças Microsoft.

## FROTA AUTOMÓVEL

A CP não se encontra vinculada ao chamado Parque de Veículos do Estado, apesar da sua adesão voluntária ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).

Tendo em consideração o disposto no Ofício Circular da Direção Geral do Tesouro e Finanças, n.º 4238 de 1 de julho de 2013 e no Despacho n.º 5410/2014 do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da Secretária de Estado do Tesouro de 17 de abril de 2014, foi dado cumprimento desde 2014 ao rácio de dois veículos abatidos por cada nova aquisição, à redução de gama das viaturas e às rendas máximas definidas, o que se traduziu num parque automóvel mais reduzido e com menores gastos de utilização.

Em 2018 foram iniciados três novos contratos de AOV (Aluguer Operacional de Veículos), em substituição de contratos que haviam terminado em 2017. Verificou-se o acréscimo pontual de uma viatura no final do ano, entretanto regularizado no início de 2019.

Os gastos com a frota automóvel cifraram-se em 262.096€, o que representa um decréscimo de 5% relativamente ao ano anterior, mantendo a tendência evidenciada desde 2013.

# MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS

PRC	2018 Exec.	2018 Orç.	2017 Exec.	2016 Exec.	2018/2017	
					Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA <sup>a)</sup>	9 488 456 €	57 961 €	11 164 196 €	-1 643 334 €	-1 675 740 €	-15,0%
(1) CMVMC	5 881 459 €	7 174 140 €	6 242 781 €	5 459 521 €	-361 322 €	-5,8%
(2) FSE	163 428 859 €	172 951 723 €	159 350 289 €	158 701 092 €	4 078 570 €	2,6%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii) <sup>b)</sup>	96 277 781 €	94 704 541 €	93 886 556 €	93 457 302 €	2 391 225 €	2,5%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	1 006 239 €	3 013 845 €	1 359 861 €	2 688 722 €	-353 622 €	-26,0%
(3.ii) Valorizações remuneratórias nos termos da LOE 2018	3 483 374 €	3 101 699 €	3 402 827 €	3 225 898 €	80 547 €	2,4%
(3.iii) Impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 29 de dezembro	4 846 141 €	4 518 365 €	1 224 549 €	0 €	3 621 592 €	295,7%
(4) Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)	265 588 099 €	274 830 404 €	259 479 626 €	257 617 916 €	6 108 473 €	2,4%
(5) Volume de negócios (VN) <sup>c)</sup>	266 636 102 €	266 077 995 €	258 650 217 €	239 243 464 €	7 985 885 €	3,1%
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	99,6%	103,3%	100,3%	107,7%	-0,7 p.p.	-
(i) Gastos com Deslocações (FSE)	3 679 158 €	3 478 859 €	3 720 088 €	1 012 727 €	-40 930 €	-1,1%
(ii) Gastos com Ajudas de custo e Alojamento (G c/ Pessoal)	4 213 018 €	3 993 191 €	4 227 017 €	3 951 109 €	-13 999 €	-0,3%
(iii) Gastos associados à frota automóvel <sup>d)</sup>	262 096 €	267 949 €	276 928 €	284 426 €	-14 832 €	-5,4%
Total = (i) + (ii) + (iii)	8 154 272 €	7 739 999 €	8 224 033 €	5 248 263 €	-69 761 €	-0,8%
(7) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	422 528 €	1 102 396 €	445 907 €	492 369 €	-23 379 €	-5,2%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores) <sup>e)</sup>	2 680	2 734	2 692	2 674	-12	0
N.º Órgãos Sociais (OS) <sup>e)</sup>	6	6	6	6	0	0
N.º Cargos de Direção (CD) <sup>e)</sup>	20	18	18	17	2	0
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD) <sup>e)</sup>	2 654	2 710	2 668	2 651	-14	0
N.º Trabalhadores/N.º CD <sup>e)</sup>	133	151	148	156	-16	0
N.º de viaturas	48	47	44	47	4	0

a) Relativamente aos dados divulgados em 2017 efetuada uma reclassificação das diferenças de câmbio favoráveis da rubrica de "Outros Rendimentos" no valor de 3.461 milhares de euros em 2017 e de 1.987 milhares de euros em 2016.

b) Para aferir o grau de cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais (CMVMC + FSE + Gastos com pessoal) não são considerados os gastos com as indemnizações por rescisão, da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na LOE 2018.

c) O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração e das indemnizações compensatórias.

d) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

e) Efetivo médio a cargo.

A CP manteve, em 2018, um EBITDA recorrente positivo de 9,5 milhões de euros, melhor que o previsto mas inferior em 1,7 milhões de euros ao registado no ano anterior.

Contudo, esta evolução está influenciada, nomeadamente, pela reposição das progressões na carreira (50% em julho de 2017 - art.º 21º da LOE 2017 - e os restantes 50% em janeiro de 2018 - art.º 23º da LOE 2018), que representaram um acréscimo dos gastos com pessoal de 3,6 milhões de euros face ao ano anterior.

Excluindo este impacto, o EBITDA recorrente teria apresentado uma melhoria de cerca de 1,9 milhões de euros face a 2017, impulsionada, essencialmente, pelo crescimento das vendas e serviços prestados relacionados com o transporte de passageiros.

Este crescimento permitiu também que o peso das principais rubricas de gastos no volume de negócios apresentasse uma evolução favorável de 0,7 p.p. face a 2017 e de 8,1 p.p. relativamente a 2016. Face ao previsto, verificou-se um desvio favorável de 3,7 p.p..

As principais rubricas de gastos registaram um crescimento de 2,4% face ao ano anterior, explicado pelas seguintes variações:

- / Aumento dos Gastos com Pessoal, excluindo o impacto das indemnizações por rescisão, reversão das reduções remuneratórias e reposição das progressões, devido, nomeadamente:
  - / Implementação dos acordos assinados em dezembro de 2017 e fevereiro de 2018 com as Organizações Representativas dos Trabalhadores relativos ao regulamento de carreiras;
  - / Acréscimo de gastos com trabalho extraordinário e outros abonos;
- / Aumento dos Fornecimentos e Serviços Externos, justificado, essencialmente, pelos acréscimos de gastos com a utilização da infraestrutura, em consequência da reintrodução da faturação pela utilização de estações e apeadeiros, e dos gastos com energia para tração;
- / Diminuição dos Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas, em função da variação dos percursos realizados com tração *diesel* e do preço médio do combustível para tração.

Face ao previsto, as principais rubricas de gastos situaram-se 3,4% abaixo da meta.

Este desvio é justificado, nomeadamente, pelo facto dos Fornecimentos e Serviços Externos terem ficado significativamente abaixo do previsto, em virtude, designadamente, da realização de um número de intervenções não programadas no material circulante inferior ao planeado e de não se ter concretizado o aluguer à RENFE de automotoras *diesel* adicionais.

Os Gastos com Pessoal, corrigidos do impacto das indemnizações por rescisão, reversão das reduções remuneratórias e reposição das progressões, situaram-se acima do previsto, devido, essencialmente, ao desvio registado no trabalho extraordinário e nos outros prémios e abonos face ao planeado.

Relativamente ao efetivo médio a cargo, o número de entradas registado não foi suficiente para compensar as rescisões ocorridas, tendo-se verificado uma redução de 12 efetivos face a 2017, o que representou um desvio de menos 54 trabalhadores face ao previsto.

As rubricas de gastos com deslocações e alojamento de pessoal operacional, ajudas de custo e viaturas, em virtude de uma significativa contenção de gastos, registaram todas elas um decréscimo face a 2017, ficando em termos agregados cerca de 1% abaixo do ano anterior. Estas rubricas situaram-se, no entanto, 5,4% acima do previsto, devido, fundamentalmente, a atualizações de preços acima do inicialmente perspetivado.

A empresa procurou minimizar o recurso a contratação externa, fazendo-o apenas em situações excecionais, devidamente fundamentadas. Neste contexto, o valor de trabalhos especializados, contratado em 2018, ficou aquém do registado no ano anterior e do previsto.

## PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

Dando cumprimento ao estabelecido na legislação sobre o princípio da Unidade de Tesouraria do Estado a que as empresas públicas estão sujeitas, tem a CP requerido, anualmente, a dispensa do seu cumprimento.

Igualmente tem desenvolvido todos os esforços para assegurar o cumprimento integral do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, centrando o máximo de serviços no IGCP. Assim:

- / A generalidade dos pagamentos é efetuada via IGCP;
- / Os recebimentos dos clientes estão a ser canalizados para a conta do IGCP;
- / Desde dezembro de 2010 que, excedentes de tesouraria pontuais são aplicados no IGCP – CEDIC's;
- / Os valores disponíveis ainda que não aplicados, dado o seu montante, são mantidos na conta do IGCP.

No entanto, dadas as especificidades da atividade da CP, tem sido necessário manter a movimentação de algumas contas bancárias junto da banca nacional, pela impossibilidade de alguns serviços necessários ao funcionamento da Empresa serem prestados pelo IGCP. Encontram-se entre estes serviços a recolha, transporte e contagem de valores, as garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados e a guarda de títulos de empresas participadas.

O IGCP deu assim o seu acordo para os anos de 2018 e 2019 ao pedido de dispensa do cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado para estes serviços bancários por meio do Despacho do IGCP n.º 14198/2018, de 7 de setembro.

A CP não auferiu no período em análise, de quaisquer rendimentos decorrentes de aplicações financeiras na Banca Comercial. Apresenta-se seguidamente um quadro contendo os saldos depositados na Banca Comercial no final de cada trimestre de 2018:

Banca Comercial	1.º Trimestre €	2.º Trimestre €	3.º Trimestre €	4.º Trimestre €
BPI	3.124.752	1.822.339	2.372.279	2.050.605
CGD	1.446	1.435	1.423	1.412
<b>Total</b>	<b>3.126.198</b>	<b>1.823.774</b>	<b>2.373.702</b>	<b>2.052.017</b>
Juros auferidos	0	0	0	0

## AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS

Não ocorreram auditorias do Tribunal de Contas desde 2014.

# INFORMAÇÃO NO *SITE* DO SEE

Informação a constar no <i>Site</i> do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/A	Data Atualização	
<b>Estatutos</b>	S	14/03/2012	
<b>Caracterização da Empresa</b>	S	17/01/2017	
<b>Função de tutela e accionista</b>	S	12/01/2016	
<b>Modelo Governo / Membros dos Órgãos Sociais:</b>	S	03/08/2018	
Identificação dos órgãos sociais	S	03/08/2018	
Estatuto remuneratório fixado	S	03/08/2018	
Divulgação das Remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	03/08/2018	
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do CA	S	03/08/2018	
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	03/08/2018	
<b>Esforço Financeiro Público</b>	S	30/01/2018	
<b>Ficha Síntese</b>	S	07/03/2018	
<b>Informação Financeira histórica e atual</b>	S	18/01/2017	Com referência às Contas Aprobadas de 2014.
<b>Princípios de Bom Governo</b>	S	03/08/2018	
Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	S	03/08/2018	
Transações Relevantes c/entidades relacionadas	S	03/08/2018	
Outras transações	S	03/08/2018	
Análise de sustentabilidade nos domínios:	S	03/08/2018	
Económico	S	03/08/2018	
Social	S	03/08/2018	
Ambiental	S	03/08/2018	
Avaliação do cumprimento dos PBC	S	03/08/2018	
Código de Ética	S	03/08/2018	



---

# ANÁLISE ECONÓMICO- FINANCEIRA

# CONTA DE EXPLORAÇÃO

(valores em milhares de euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS		Variação 2018/2017	
	REAL 31-12-2018	REAL 31-12-2017	Valor	%
Vendas e serviços prestados	266 636	258 650	7 986	3%
Subsídios à exploração		21	-21	-100%
Outros rendimentos	21 923	20 007	1 916	10%
	288 559	278 678	9 881	4%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-5 881	-6 243	361	6%
Fornecimentos e serviços externos	-163 429	-159 350	-4 079	-3%
Gastos com o pessoal (s/ Indemnizações e acordo de variáveis)	-104 607	-98 514	-6 093	-6%
Outros gastos	-5 153	-3 407	-1 746	-51%
	-279 071	-267 514	-11 557	-4%
<b>Resultado operacional da atividade de transportes* (EBITDA)</b>	<b>9 488</b>	<b>11 164</b>	<b>-1 676</b>	<b>-15%</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-53 738	-56 860	3 122	5%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	722	574	148	26%
Indemnizações por rescisão	-1 006	-1 360	354	26%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	7 509	6 960	549	8%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-239	-412	173	42%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	414	-437	851	195%
Provisões (aumentos/reduções)	-1 067	-144	-923	-641%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	1 573		1 573	s/s
Diferenças de câmbio (aumento/reduções) **	-1 364	3 183	-4 547	-143%
Outros rendimentos (venda ativos diversos: imóveis, eq. básico não afeto à op., sucata...)	2 968	1 530	1 438	94%
Outros gastos (outros abates de material circulante)	-2 157		-2 157	s/s
<b>Resultado operacional</b>	<b>-36 899</b>	<b>-35 802</b>	<b>-1 097</b>	<b>-3%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	436	467	-31	-7%
Juros e gastos similares suportados	-68 304	-76 292	7 989	10%
<b>Resultado financeiro</b>	<b>-67 867</b>	<b>-75 825</b>	<b>7 958</b>	<b>10%</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>-104 766</b>	<b>-111 627</b>	<b>6 861</b>	<b>6%</b>
Imposto sobre o rendimento do período	-861	-324	-537	-165%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-105 627</b>	<b>-111 952</b>	<b>6 325</b>	<b>6%</b>

\*Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações, nomeadamente diferenças de câmbio, não relacionadas com a atividade core da empresa.

\*\*Efetuada uma reclassificação das diferenças de câmbio desfavoráveis de 2017, da rubrica de "juros e gastos similares suportados", para "outros gastos", no valor de 278 mil euros relativamente aos dados divulgados em 2017.

## RESULTADO LÍQUIDO

O *Resultado Líquido* de 2018 apresentou uma melhoria de 6% face ao ano anterior (6,3 milhões de euros), passando de -112 milhões de euros, em 2017, para -105,6 milhões de euros em 2018.

Esta variação ficou a dever-se, fundamentalmente, ao crescimento registado nas *Vendas e Serviços Prestados* (+8 milhões de euros) e à melhoria do *Resultado Financeiro* (-8 milhões de euros), ainda que parcialmente compensados pelo aumento dos *Gastos Com Pessoal* (+6,1 milhões de euros) e pelo impacto das *Diferenças de Câmbio* (+4,5 milhões de euros).

## RESULTADO OPERACIONAL DA ATIVIDADE DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (EBITDA)

O *EBITDA recorrente* em 2018 foi positivo em 9,5 milhões de euros, ainda que inferior ao registado no ano anterior em 1,7 milhões de euros (-15%). Contribuíram, essencialmente, para esta evolução as seguintes variações:

- / Aumento das *Vendas e Serviços Prestados* em 8 milhões de euros, com origem, fundamentalmente, no crescimento dos réditos relativos ao transporte de passageiros, conforme analisado anteriormente;
- / Aumento dos *Outros Rendimentos* em 1,9 milhões de euros, decorrente, nomeadamente, da formalização de acordo com a IP para a repartição de gastos com energia em espaços partilhados, o que implicou correção de rendimentos e gastos de exercícios anteriores de materialidade semelhante;
- / Aumento dos *Gastos com Pessoal* (sem indemnizações por rescisão) em 6,1 milhões de euros, em resultado dos seguintes fatores:
  - / reposição das progressões na carreira, 50% em julho de 2017 (art.º 21º da LOE 2017) e os restantes 50% em janeiro de 2018 (art.º 23º da LOE 2018);
  - / implementação dos acordos assinados em dezembro de 2017 e fevereiro de 2018 com as Organizações Representativas dos Trabalhadores relativos ao regulamento de carreiras;
  - / acréscimo dos gastos com trabalho extraordinário e outros abonos;
  - / diminuição do efetivo a cargo;

- / Aumento dos *Gastos com Fornecimentos e Serviços Externos* em 4,1 milhões de euros, destacando-se o acréscimo de gastos relativos à utilização de estações e apeadeiros (+2,3 milhões de euros), em virtude de a IP ter reintroduzido a faturação deste serviço no Diretório de Rede de 2018, e à energia para tração (+1,6 milhões de euros);
- / Aumento dos *Outros Gastos* em 1,7 milhões de euros, decorrente, fundamentalmente, da, já referida, formalização de acordo com a IP para a repartição de gastos de energia em espaços partilhados, da contabilização de gastos decorrentes de insuficiente estimativa de impostos e de gastos de ofertas de títulos.

## RESULTADO OPERACIONAL

O *Resultado Operacional* de 2018, no valor de -36,9 milhões de euros, apresentou um agravamento de 1,1 milhões de euros (-3%) face ao ano anterior. Contribuíram para esta situação, para além dos motivos já referidos para o EBITDA recorrente, fundamentalmente os seguintes factos:

- / Diminuição das *Depreciações* em 3,1 milhões de euros, em virtude de alguns ativos terem atingido o final da vida útil e este efeito não ter sido totalmente compensado pelo investimento realizado;
- / Aumento da variação favorável das *Imparidades de Investimentos não Depreciáveis / Amortizáveis*, em 1,6 milhões de euros, pelo facto de, em 2018, se terem revertido imparidades constituídas em resultado de novas avaliações de imóveis detidos para venda e de abate de material circulante não afeto à atividade de transporte;
- / Aumento dos *Outros Rendimentos resultantes da venda de ativos e sucata* em cerca de 1,4 milhões de euros, em resultado, fundamentalmente, da venda, em 2018, de um imóvel detido pela empresa na Rua Castilho;
- / Variação favorável das *Imparidades de Dívidas a Receber* em 0,9 milhões de euros, na sequência das ações de cobrança desenvolvidas que permitiram recuperar o valor de alguns créditos a clientes para os quais já haviam sido constituídas imparidades;
- / Aumentos dos *Ganhos Imputados a Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos* em 0,6 milhões de euros, decorrente, designadamente, da melhoria do resultado da EMEF face ao ano anterior;
- / Variação desfavorável das *Diferenças de Câmbio* em 4,5 milhões de euros em resultado, essencialmente, da variação cambial do franco suíço, decorrente de participação subscrita, mas não realizada, na Eurofima;

/ Aumento dos *Outros Gastos* em 2,2 milhões de euros, na sequência do abate de material circulante não afeto à atividade de transporte, já referido anteriormente.

## RESULTADO FINANCEIRO

O *Resultado Financeiro* em 2018 foi negativo em 67,9 milhões de euros, verificando-se uma melhoria face ao registado em 2017 de 8 milhões de euros (+10%). Para este facto contribuiu, fundamentalmente, a diminuição do passivo financeiro da empresa.

# BALANÇO

(valores em milhares de euros)

RUBRICAS	PERÍODOS		Variação 2018/2017	
	31-12-2018	31-12-2017	Valor	%
<b>ATIVO</b>				
Ativo Não Corrente	539 353	573 946	-34 593	-6%
Ativo Corrente	40 991	43 888	-2 896	-7%
<b>Total do Ativo</b>	<b>580 344</b>	<b>617 834</b>	<b>-37 489</b>	<b>-6%</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>				
Capital Próprio que inclui:	-2 165 490	-2 133 221	-32 269	-2%
Resultado Líquido do período	-105 627	-111 952	6 325	6%
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>-2 165 490</b>	<b>-2 133 221</b>	<b>-32 269</b>	<b>-2%</b>
<b>PASSIVO</b>				
Passivo Não Corrente	1 321 015	2 230 270	-909 255	-41%
Passivo Corrente	1 424 819	520 785	904 034	174%
<b>Total do Passivo</b>	<b>2 745 835</b>	<b>2 751 055</b>	<b>-5 220</b>	<b>0%</b>
<b>Total do Capital Próprio + Passivo</b>	<b>580 344</b>	<b>617 834</b>	<b>-37 489</b>	<b>-6%</b>

## ATIVO

Em 2018 o *Ativo* da CP diminuiu 37,5 milhões de euros, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- / Diminuição dos *Ativos Fixos Tangíveis*, em cerca de 40,4 milhões de euros, em resultado das depreciações dos ativos fixos tangíveis afetos à empresa não terem sido compensadas pela realização de investimento;
- / Aumento das *Participações Financeiras - método de equivalência patrimonial* (MEP), em 5,8 milhões de euros, decorrente, designadamente, da aplicação do MEP às contas das empresas participadas, com especial contributo da EMEF, com resultados positivos de 6,4 milhões de euros e da amortização parcial de empréstimos pela EMEF e Ecosaúde, no valor de 1,3 milhões de euros;
- / Diminuição do saldo de *Estado e Outros Entes Públicos*, no valor de 7,3 milhões de euros, em resultado fundamentalmente da diminuição do valor de IVA a recuperar. Recorde-se que em 2017 apenas no final do ano houve condições para a aceitação de uma parte significativa da faturação da IP relativa à utilização de infraestruturas, o que originou um valor não habitual do IVA a recuperar no final do exercício;

- / Aumento do saldo de Clientes e de Outros Créditos a Receber em 0,5 milhões de euros. De referir que continuaram durante o ano de 2018 a ser efetuadas diversas diligências junto das diferentes entidades no sentido de assegurar o recebimento do valor em dívida;
- / Diminuição da rubrica *Ativos Não Correntes Detidos Para Venda* em 0,3 milhões de euros, em resultado do abate de material circulante não afeto à atividade da empresa;
- / Aumento do saldo de *Caixa e Depósitos Bancários*, em 4,5 milhões de euros.

## CAPITAL PRÓPRIO

No decorrer do ano 2018 foram realizados pelo Estado Português, em numerário, aumentos de capital no valor de 80,9 milhões de euros. Os aumentos de capital estatutário foram aprovados por despachos conjuntos do Secretário de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado das Infraestruturas, nos seguintes termos:

- / No mês de fevereiro, 22,9 milhões de euros, totalmente realizados no final daquele mês;
- / No mês de junho, 32 milhões de euros, tendo sido realizados 14 milhões de euros no mês de junho e os restantes 18 milhões de euros no final do mês de agosto;
- / No mês de outubro, 23 milhões de euros, tendo sido realizados 13 milhões de euros no mês de outubro e os restantes 10 milhões de euros em novembro;
- / No mês de dezembro, 3 milhões de euros, tendo sido totalmente realizados naquele mês.

## PASSIVO

O *Passivo* da CP registou em 2018 uma diminuição de 5,2 milhões de euros, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- / Diminuição dos *Financiamentos Obtidos* em cerca de 28 milhões de euros, na sequência de amortizações parciais de empréstimos Banco Europeu de Investimentos (BEI);
- / Aumento do saldo de *Fornecedores e Outras Dívidas a Pagar* em 21,5 milhões de euros, devido fundamentalmente à especialização de gastos com juros a liquidar, com fornecimentos e serviços externos e taxa de utilização de infraestruturas ainda não faturados;

- / Aumento do saldo do *Estado e Outros Entes Públicos*, no valor de 0,6 milhões de euros, decorrendo da estimativa de IRC - tributações autónomas a pagar com referência ao exercício de 2018;
- / Aumento do saldo de *Provisões* em 0,3 milhões de euros, em resultado de ajustamentos relacionados com responsabilidades relativas a processos judiciais.

# FINANCIAMENTO

## POLÍTICA DE FINANCIAMENTO

Com a integração em 2015 no perímetro de consolidação do Orçamento de Estado, a CP deixou de recorrer a financiamento junto das instituições de crédito, passando as suas necessidades de financiamento a ser supridas por empréstimos do Estado Português, conforme estipulado na legislação em vigor para as Empresas Públicas Reclassificadas (EPR).

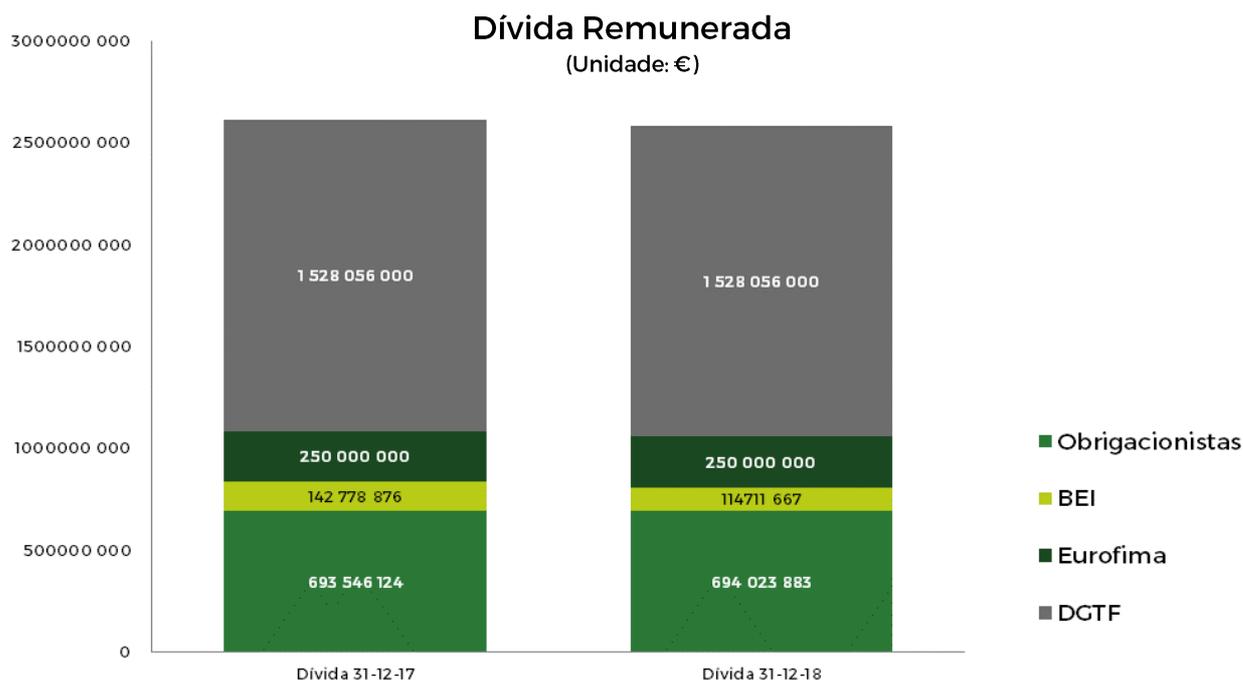
Neste contexto, em 2018, por despachos conjuntos das Tutelas financeira e setorial (detalhe no ponto relativo às variações do Capital Próprio) foram realizados pelo Estado Português aumentos do capital estatutário da CP no valor total de 80,9 milhões de euros.

Estes valores tinham como objetivo suprir as necessidades decorrentes do serviço da dívida (amortizações, juros e outros encargos), dos investimentos e de despesas com pessoal relativas ao acordo histórico sobre os abonos variáveis.

## DÍVIDA REMUNERADA

A dívida remunerada da CP a 31 de dezembro de 2018 apresentou uma diminuição de cerca de 28 milhões de euros em relação ao ano anterior, na sequência de amortizações de empréstimos do BEI.

O valor da dívida final de 2018 ascendia, assim, a cerca de 2,6 mil milhões de euros, com o seguinte detalhe por fontes de financiamento:



Na estrutura da dívida, a de médio e longo prazo representa 50,4% do total da dívida, conforme gráfico seguinte:



De referir que a dívida de curto prazo é constituída por empréstimos do Estado Português, no valor de 762 milhões de euros<sup>6</sup>, por um empréstimo obrigacionista, no valor de 500 milhões de euros e empréstimos BEI, no valor de 20,7 milhões de euros.

<sup>6</sup> Inclui parcela de amortização prevista para 2019 e montantes que tinham vencimento em 2018, para os quais estava prevista a sua conversão em capital através da concretização de aumentos de capital em espécie, que foram objeto de prorrogação para maio de 2019.

## FONTES DE COFINANCIAMENTO

Em 2018 a CP dispôs de financiamento a fundo perdido no valor de cerca de 1,8 milhões de euros, a título de cofinanciamento de investimentos pelo Estado Português, no âmbito do PIDDAC.

Esse montante de cofinanciamento destinou-se aos projetos de “Grandes Reparações de material circulante (de tipo R)” e “Intervenção de Meio de Vida nos Comboios Alfa Pendular”.

PIDDAC 2018 (valores 10 <sup>3</sup> €)	Valores
Reparações de material circulante	800
Intervenção de Meio de Vida nos Alfa Pendulares	1 000
<b>TOTAL</b>	<b>1 800</b>

## ENCARGOS FINANCEIROS

Os encargos financeiros mantiveram em 2018 a tendência de decréscimo, essencialmente, devido à redução do passivo remunerado da empresa e à manutenção das taxas de mercado a níveis historicamente baixos.

Anos	2018	2017	2016	2015	2014
Encargos Financeiros (€)	68 303 500	76 291 692	86 002 069	100 788 326	203 061 540
Taxa Média de Financiamento (%)	2,62%	2,70%	2,62%	2,63%	4,91%

## INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RISCO

A CP não possui atualmente qualquer instrumento de gestão de risco financeiro em carteira.



---

# PERSPETIVAS PARA 2019

Em termos regulatórios, o ano de 2019 marca o início do processo de liberalização do mercado que consubstancia a abertura do setor ferroviário de passageiros a vários operadores, públicos e privados, assegurando a igualdade de acesso à infraestrutura, alteração estruturante do contexto em que a CP irá realizar a sua atividade, com especial relevo para a inevitável obrigatoriedade de partilhar a capacidade instalada na Rede Ferroviária Nacional.

Assim, num contexto de liberalização, impondo as regras de um mercado concorrencial, será necessário dotar a CP dos meios necessários para atingir níveis de rentabilidade e de autonomia financeira adequados e garantir a sua sustentabilidade num universo empresarial fortemente competitivo.

Para o efeito, a CP apresentou oportunamente o quadro legal aplicável e proposta de contratação por ajuste direto pelo prazo de 10 mais 5 anos, subordinada à condição de o contrato obrigar o operador a investir em ativos relevantes, e.g., material circulante. Apresentou-se igualmente às Tutelas Setorial e Financeira, no final do ano, uma proposta de Contrato de Serviço Público, em que se definem as condições de prestação dos serviços e as de compensação financeira pelo Estado Português. Esta proposta encontra-se em apreciação.

Em complemento afigura-se primordial a assinatura de um contrato de utilização da infraestrutura entre a CP e a IP, em discussão entre as partes.

Em termos de sustentabilidade económica, a CP enfrenta atualmente fortes constrangimentos à sua operação tanto no que se refere à obsolescência do material circulante de tração *diesel* e dos equipamentos e sistemas de venda e informação, como às condições da infraestrutura ou à capacidade produtiva do principal prestador de serviços de manutenção, EMEF.

Neste âmbito, a concretização dos Planos de Investimentos Ferrovias 2020 e de Aquisição de Material Circulante, constituirão uma oportunidade para a CP reestruturar o seu parque de material e os seus modelos produtivos.

Paralelamente, para responder às necessidades do negócio, é urgente o rejuvenescimento e reforço do seu quadro de efetivos, sem os quais não será possível manter a regularidade da operação.

A sustentabilidade financeira futura da CP passa ainda pela conclusão do processo de saneamento financeiro em curso.

Tendo presente as previsões da economia, a análise realizada às oportunidades e constrangimentos conhecidos e as orientações das Tutelas Sectorial e Financeira, definem-se os seguintes objetivos estratégicos para o período 2019-2021:

- / Acréscimo do número de passageiros transportados;
- / Melhoria da qualidade do serviço prestado;
- / Reforço da coesão territorial;
- / Promoção da sustentabilidade económico-financeira.

Para a sua persecução definem-se os seguintes eixos estratégicos:

1. Modernização do material circulante, através de investimento de magnitude apropriada para assegurar níveis de eficiência operacional competitivos;
2. Manutenção e reparação da frota atual para tornar sustentável o modelo de exploração e fazer face aos sucessivos incrementos da procura;
3. Contratualização do serviço público de mobilidade;
4. Digitalização da empresa com particular ênfase na área da bilhética, do serviço ao cliente e dos processos operacionais;
5. Otimização do modelo de gestão de recursos humanos.

Neste contexto, perspectiva-se para 2019 a manutenção da tendência de crescimento iniciada em 2013, prevendo-se um aumento dos passageiros transportados de cerca de 1%. Os proveitos de tráfego acompanharão a evolução da procura.

Ao nível do material circulante, no dia 7 de janeiro de 2019 foi lançado o concurso para a aquisição de novo material automotor para o serviço regional (12 automotoras bi-modo e 10 automotoras elétricas), com um preço base de 168.210.000 euros. Prevê-se a assinatura do contrato até ao final de 2019, com a entrega das primeiras unidades em 2022. Encontram-se em fase de qualificação cinco entidades candidatas.

Iniciar-se-á, ainda, o processo de modernização de 25 carruagens para o serviço Intercidades. Está em curso o aluguer de mais 4 automotoras de tração a *diesel* à RENFE.

Ao nível dos recursos humanos, prevê-se a realização de novos processos de recrutamento que permitam suprir as necessidades de chefias intermédias, que asseguram um papel fundamental na gestão das operações, repor as saídas de trabalhadores e reduzir os elevados níveis de trabalho extraordinário e de absentismo verificados.

Para repor a operacionalidade produtiva do parque atual prevê-se um acréscimo significativo dos investimentos e dos gastos com a manutenção do material.

Ao nível dos equipamentos comerciais, atendendo a que grande parte dos mesmos apresenta problemas de obsolescência operacional, dar-se-á continuidade aos respetivos processos de substituição.

Prosseguirão em 2019 as medidas de racionalização e contenção de custos possíveis. Entende-se, contudo, que os gastos operacionais estão reduzidos aos níveis mínimos indispensáveis para assegurar a operacionalidade e segurança da atividade.



---

# FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Como acontecimentos relevantes após a data de balanço, ressaltam-se um diferendo relacionado com a propriedade do conjunto urbanístico da sede da CP entre a Empresa e o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS, I.P.) e o facto de a Empresa, por motivos externos, não ter ainda concluído a recomendação constante do Acórdão do Tribunal de Contas n.º 5/2018, de conclusão da implementação do novo modelo empresarial da EMEF, S.A.



---

# PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos das disposições em vigor, propõe-se que os Resultados Líquidos do Exercício, prejuízo de 105.626.933 euros, sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.

Lisboa, 21 de março de 2019

**O Conselho de Administração**

**Presidente:** Dr. Carlos Gomes Nogueira

**Vogal:** Dra. Ana Maria dos Santos Malhó

**Vogal:** Engº Sérgio Abrantes Machado



# DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

(nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários)

Tanto quanto é do nosso conhecimento: a informação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da CP - Comboios de Portugal, EPE, e o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da empresa e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

Lisboa, 21 de março de 2019

### **O Conselho de Administração**

**Presidente:** Dr. Carlos Gomes Nogueira

**Vogal:** Dra. Ana Maria dos Santos Malhó

**Vogal:** Eng.º Sérgio Abrantes Machado



---

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balço individual em 31 de dezembro de 2018

(valores em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		31-12-2018	31-12-2017
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	7	471 324 019	511 739 175
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	40 238 303	34 422 340
Outros investimentos financeiros	9	27 790 723	27 784 515
		<b>539 353 045</b>	<b>573 946 030</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	11	3 774 228	3 972 428
Clientes	12	5 113 192	5 992 396
Estado e outros entes públicos	13	7 874 368	15 224 009
Outros créditos a receber	14	5 053 785	3 644 603
Diferimentos	15	807 260	860 196
Ativos não correntes detidos para venda	16	5 583 434	5 908 397
Caixa e depósitos bancários	5	12 785 051	8 285 560
		<b>40 991 318</b>	<b>43 887 589</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>580 344 363</b>	<b>617 833 619</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito	17	3 931 000 000	3 850 091 940
Reservas legais	18	24 703	24 703
Outras reservas	19	1 306 650	1 306 650
Resultados transitados	20	(6 190 140 885)	(6 078 189 239)
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	21	1 97 946 202	205 496 134
Resultado líquido do período		(1 05 626 933)	(1 11 951 646)
<b>Total do capital próprio</b>		<b>(2 165 490 263)</b>	<b>(2 133 221 458)</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	22	1 6 756 844	1 6 463 940
Financiamentos obtidos	23	1 304 258 630	2 205 799 791
Outras dívidas a pagar	24	-	8 006 555
		<b>1 321 015 474</b>	<b>2 230 270 286</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	25	7 351 211	10 697 105
Estado e outros entes públicos	13	881 781	332 793
Financiamentos obtidos	23	1 282 532 920	408 581 209
Outras dívidas a pagar	24	134 053 240	101 173 684
		<b>1 424 819 152</b>	<b>520 784 791</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>2 745 834 626</b>	<b>2 751 055 077</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>580 344 363</b>	<b>617 833 619</b>

Contabilista Certificado - Dr.<sup>a</sup> Ana Coelho

Presidente - Dr. Carlos Gomes Nogueira

Vogal - Dr.<sup>a</sup> Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal - Eng. Sérgio Abrantes Machado

Demonstração individual dos resultados por naturezas  
Período findo em 31 de dezembro de 2018

(valores em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		31-12-2018	31-12-2017
Vendas e serviços prestados	26	266 636 102	258 650 217
Subsídios à exploração	27	-	20 689
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos con	8,28	7 508 507	6 959 833
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	29	( 5 881 459)	( 6 242 781 )
Fornecimentos e serviços externos	30	( 1 63 428 859)	( 1 59 350 289)
Gastos com o pessoal	31	( 1 05 61 3 535)	( 99 873 791 )
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	11	( 239 463)	( 41 2 344)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12,14	413 857	( 437 103)
Provisões (aumentos/reduções)	22	( 1 066 785)	( 1 43 856)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	32	1 572 711	( 3)
Outros rendimentos	33	26 874 850	24 998 663
Outros gastos	34	( 1 0 658 600)	( 3 406 878)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>16 117 326</b>	<b>20 762 357</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7,35	( 53 737 680)	( 56 859 593)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	7,36	721 647	573 768
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>( 36 898 707)</b>	<b>( 35 523 468)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	37	436 399	466 910
Juros e gastos similares suportados	38	( 68 303 618)	( 76 570 729)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>( 1 04 765 926)</b>	<b>( 111 627 287)</b>
Imposto sobre o rendimento do período	10	( 861 007)	( 324 359)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>( 1 05 626 933)</b>	<b>( 111 951 646)</b>

Contabilista Certificado - Dr.<sup>a</sup> Ana Coelho

Presidente - Dr. Carlos Gomes Nogueira

Vogal - Dr.<sup>a</sup> Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal - Eng. Sérgio Abrantes Machado

Demonstração individual dos resultados por funções

Período findo em 31 de dezembro de 2018

(valores em euros)

Demonstração individual dos resultados por funções	PERÍODOS	
	31-12-2018	31-12-2017
Vendas e serviços prestados	266 636 102	258 650 217
Custo das vendas e dos serviços prestados	( 266 354 349)	( 260 224 764)
<b>Resultado bruto</b>	<b>281 753</b>	<b>( 1 574 547)</b>
Outros rendimentos	37 618 122	33 430 901
Gastos de distribuição	( 35 730 189)	( 36 605 965)
Gastos administrativos	( 26 588 336)	( 25 636 979)
Gastos de investigação e desenvolvimento	-	-
Outros gastos	( 12 480 057)	( 5 136 878)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>( 36 898 707)</b>	<b>( 35 523 468)</b>
Gastos de financiamento (líquidos)	( 67 867 219)	( 76 103 819)
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>( 1 04 765 926)</b>	<b>( 111 627 287)</b>
Imposto sobre o rendimento do período	( 861 007)	( 324 359)
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>( 1 05 626 933)</b>	<b>( 111 951 646)</b>

Técnico Oficial de Contas - Dr<sup>a</sup> Ana Coelho

Presidente - Dr. Carlos Nogueira

Vogal - Eng<sup>o</sup> Abrantes Machado

Vogal - Dr. Ana Malhó

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe							Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período				
Posição no início do período de 2018	1	3.850.091.940	24.708	1.306.650	(6.078.189.239)	205.496.134	(111.951.646)	(2.133.221.458)		(2.133.221.458)	
Alterações no período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Primeira adoção de novo referencial contábil		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Alterações de políticas contábilísticas	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Realização de excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17 a 21	-	-	-	-	(7.549.932)	-	(7.549.932)	-	(7.549.932)	
	2	-	-	-	-	(7.549.932)	-	(7.549.932)	-	(7.549.932)	
Resultado líquido do período	3	-	-	-	-	-	(1.05.626.933)	(1.05.626.933)	-	(1.05.626.933)	
Resultado integral	4 = 2 + 3	-	-	-	-	-	(1.05.626.933)	(1.05.626.933)	-	(1.05.626.933)	
<b>Operações com detentores de capital no período</b>											
Realizações de capital		80.908.060	-	-	-	-	-	-	-	-	
Realizações de prêmios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras operações		-	-	-	(111.951.646)	-	-	(111.951.646)	-	(111.951.646)	
	5	80.908.060	-	-	(111.951.646)	-	-	80.908.060	-	80.908.060	
<b>Posição no fim do período de 2018 = 1+2+3+5</b>		<b>3.931.000.000</b>	<b>24.708</b>	<b>1.306.650</b>	<b>(6.190.140.885)</b>	<b>197.946.202</b>	<b>(1.05.626.933)</b>	<b>(2.165.490.263)</b>		<b>(2.165.490.263)</b>	

(valores em euros)

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período de 2018

Contabilista Certificado - Dr. Ana Coelho

Presidente - Dr. Carlos Gomes Nogueira

Vogal - Dr.ª Ana Maria dos Santos Malho

Vogal - Eng. Sérgio Abrantes Machado

(valores em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		
Posição no início do período de 2017	1	3 333 713 276	24 705	1 306 650	(5 933 624 420)	-	213 938 582	(1 44 564 817)	(2 529 206 026)	(2 529 206 026)
Alterações no período		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Primária adoção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17 a 21	-	-	-	-	-	(8 442 448)	-	(8 442 448)	(8 442 448)
Resultado líquido do período	2	-	-	-	-	-	(8 442 448)	-	(8 442 448)	(8 442 448)
Resultado integral	3	-	-	-	-	-	-	(111 951 646)	(111 951 646)	(111 951 646)
4 = 2 + 3		-	-	-	-	-	-	(111 951 646)	(111 951 646)	(111 951 646)
<b>Operações com detentores de capital no período</b>										
Realizações de capital		516 378 664	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-
5		516 378 664	-	-	(1 44 564 819)	-	-	1 44 564 817	1 44 564 817	1 44 564 817
Posição no fim do período de 2017 = 1 + 2 + 3 + 5		3 850 091 940	24 705	1 306 650	(6 078 189 239)	-	205 496 134	(111 951 646)	(2 135 221 458)	(2 135 221 458)

Contabilista Certificado - Dr. Ana Coelho

Presidente - Dr. Carlos Gomes Nogueira

Vogal - Dr.ª Ana Maria dos Santos Matos

Vogal - Eng. Sérgio Abrantes Machado

(valores em euros)

<b>DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA</b>	<b>31-12-2018</b>	<b>31-12-2017</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</b>		
Recebimentos de clientes	297 250 240	282 024 138
Pagamentos a fornecedores	(21 6 748 976)	(207 81 3 593)
Pagamentos ao pessoal	(11 0 587 456)	(1 04 01 0 683)
Caixa gerada pelas operações	(30 086 192)	(29 800 138)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	( 403 195)	( 1 86 579)
Outros recebimentos/pagamentos	29 91 5 644	11 909 01 8
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	( 573 743)	(18 077 699)
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Ativos fixos tangíveis	(18 152 389)	(18 966 192)
Outros ativos	(154 000 000)	(179 51 6 477)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Ativos fixos tangíveis	5 125 100	1 844 951
Investimentos financeiros	1 381 588	502 505
Outros ativos	154 000 000	179 51 4 154
Subsídios ao investimento	1 800 000	1 535 625
Juros e rendimentos similares	325 405	413 672
Dividendos	395 369	331 688
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(9 124 927)	(14 340 074)
<b>Fluxos de caixa das atividade de financiamento</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Financiamentos obtidos	-	6 000 000
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	80 908 060	98 086 724
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos	(28 067 209)	(36 055 188)
Juros e gastos similares	(38 642 676)	(38 730 250)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	14 198 175	29 301 286
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	4 499 505	(3 116 487)
Efeito das diferenças de câmbio	( 14)	( 204)
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>8 285 560</b>	<b>11 402 251</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>12 785 051</b>	<b>8 285 560</b>

Contabilista Certificado - Dr.ª Ana Coelho

Presidente - Dr. Carlos Gomes Nogueira

Vogal - Dr.ª Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal - Eng. Sérgio Abrantes Machado



---

# ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

# IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO (NOTA 1)

## IDENTIFICAÇÃO

A CP – Comboios de Portugal, E.P.E., é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede social na Calçada do Duque, n.º 20, 1249-109 Lisboa, cujo atual regime jurídico e estatutos foram aprovados pelo Decreto-lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterado pelo Decreto-lei n.º 59/2012 de 14 de março e pelo decreto-lei n.º 124-A/2018 de 31 dezembro.

Estes estatutos foram aprovados na sequência da revisão do regime jurídico do sector empresarial do Estado realizado pelo Decreto-lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, e alterado pelo Decreto-lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e entretanto revogados pelo Decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que introduz amplas alterações aos diplomas anteriores, passando os princípios de bom governo aplicáveis às empresas públicas estaduais a integrar este último diploma. De referir que este Decreto-lei foi alterado pela Lei n.º 75-A/2014 de 30 de setembro, no que respeita ao endividamento das empresas públicas não financeiras do setor empresarial do Estado, e posteriormente pela Lei n.º 42/2016 de 28 de dezembro.

A CP tem por objeto principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram ou venham a integrar a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros.

O transporte de mercadorias foi objeto de cisão, em 2009, tendo passado a ser realizado pela CP Carga – Logística e Transporte Ferroviário de Mercadorias, S.A., com capital social detido integralmente pela CP até 2015, e alienado em 2016, à *Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal) – Operadores Ferroviários, S.A.* A CP como entidade pública empresarial está sujeita às orientações de gestão definidas pela Tutela Económica e Financeira, exercida pelos membros do Governo responsáveis pela área de Finanças e dos Transportes, bem como à jurisdição do Tribunal de Contas e à fiscalização da Inspeção Geral de Finanças.

Para além deste controlo, está previsto nos estatutos uma estrutura dualista de fiscalização composta por Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

A CP é a empresa-mãe de um grupo de empresas e estas são as suas demonstrações financeiras individuais, encontrando-se os saldos e transações com as empresas do grupo apresentados na nota 39.

## ACESSO À INFRAESTRUTURA

O estatuto do gestor da infraestruturas-Infraestruturas de Portugal, S.A., (abreviadamente IP), consta hoje do Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio.

A relação entre o operador ferroviário CP e o gestor da infraestrutura encontra-se atualmente vertida no Decreto-lei n.º 217/2015, alterado pelo Decreto-lei n.º 124-A/2018, de 31 de dezembro.

O artigo 10.º e seguintes regulam as regras de acesso à infraestrutura e aos serviços ferroviários.

Aí se prevê que as empresas deverão acordar o modo de articulação, nas ações e decisões que devam ser tomadas em relação à gestão, exploração e desenvolvimento das infraestruturas e à sua coordenação com o serviço público de transporte ferroviário.

Nos termos do referido diploma serão devidas ao gestor da infraestrutura taxas de utilização pela utilização da infraestrutura ferroviária por parte de empresas e agrupamentos de transporte ferroviário. Ainda segundo aquele articulado e com vista a defender o princípio da livre concorrência, as taxas de utilização devem ser estabelecidas de forma a evitar discriminação entre empresas de transporte ferroviário que operem na infraestrutura. Estas taxas deverão ter em conta, nomeadamente, a quilometragem, a composição do material circulante, a velocidade, a carga por eixo e o período em que a infraestrutura é utilizada.

Para além da utilização do pacote mínimo de acessos da infraestrutura ferroviária, o diploma prevê que a tipologia de serviços prestados a empresas de transporte ferroviário compreende, tudo aquilo que é necessário ao efetivo exercício do direito de acesso à infraestrutura, ou sejam os serviços adicionais, acesso a instalações de serviços e ao fornecimento de serviços e os serviços auxiliares.

De acordo com a 1.ª Adenda ao Diretório da Rede 2018, os serviços adicionais compreendem os serviços conexos com a atividade de prestação de serviços de transporte ferroviário, nomeadamente o fornecimento de energia elétrica para tração, nos termos previstos na legislação aplicável, manobras, estacionamento de material circulante e transportes excecionais e matérias perigosas. Ainda que a IP

não tenha obrigação de prestar estes serviços se existirem alternativas viáveis e comparáveis no mercado, é política da IP prestá-los de forma não discriminatória, sempre que sejam solicitados e desde que haja capacidade disponível para o efeito.

Os serviços de acesso a instalações de serviços e ao fornecimento de serviços, compreendem, utilização de estações e apeadeiros, disponibilização de instalações operacionais em estações, disponibilização de espaços para instalação de equipamentos em áreas comuns das estações e fornecimento de Informações de natureza comercial. Estas instalações de serviços são geridas pela IP, nas quais podem ser prestados serviços a todas as empresas de transporte ferroviário que o solicitem, respeitando sempre o princípio da não discriminação.

Os serviços auxiliares compreendem os restantes serviços conexos com a atividade de prestação de serviços de transporte ferroviário, nomeadamente o acesso à rede de telecomunicações, e a inspeção técnica do material circulante, realização de estudos de capacidade ou de viabilidade de cenários de oferta, fornecimento de mão-de-obra para atividades operacionais dos operadores. De acordo com o disposto na legislação referida, o gestor da infraestrutura pode cobrar tarifas pela prestação dos serviços auxiliares, mas não é obrigado à sua prestação.

### Regime de Concessão

Em 1 de janeiro de 1951 a CP iniciou a exploração do transporte na rede ferroviária em regime de concessão única outorgada por contrato celebrado entre o Estado e a então Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, S.A., (C.P.), nos termos do decreto-lei n.º 38426, de 9 de maio de 1951.

Este contrato foi revisto e substituído por um novo contrato de concessão nos termos das Bases Anexas ao Decreto-lei n.º 104/73, de 13 de março, entretanto revogado com a nacionalização da empresa através do Decreto-lei n.º 205-B/75, de 16 de abril.

As bases gerais, em que assentava esta nova concessão da empresa resultaram da revisão do sistema legal que regulava a exploração do transporte ferroviário e a coordenação deste com outros meios de transporte, por se ter reconhecido a sua inadequação às exigências de flexibilidade e racionalização da produção deste tipo de serviço, no contexto de uma gestão moderna. Tal revisão ocorreu no âmbito do previsto no artigo 19.º do Decreto-lei n.º 80/73, de 2 de março, que constituiu um instrumento importante na estruturação das novas normas reguladoras dos transportes ferroviários, viabilizando as bases jurídicas da conversão dos caminhos de ferro.

Neste último diploma reconheceu-se, entre outros aspetos, que a circunstância de o transporte ferroviário constituir um serviço público explorado em regime de contrato de concessão, determinava a necessidade de equacionar as obrigações e condicionamentos impostos à empresa, em nome dos interesses públicos, com as exigências derivadas da sua qualidade de empresa cuja gestão deve obedecer aos princípios específicos dos agentes económicos privados e de, gradualmente as equiparar às que oneram as demais empresas transportadoras concorrentes.

Este princípio orientador permitiu definir o regime de assistência financeira a prestar pelo Estado à concessionária, dentro do contexto seguido na Europa, quer com vista à construção ou renovação de linhas, quer na cobertura dos resultados negativos de exploração, eminentemente através do regime das indemnizações compensatórias, donde resultava também maior clareza nas responsabilidades respeitantes à gestão da rede ferroviária.

Este direito a indemnizações compensatórias por parte da CP, decorria igualmente dos Regulamentos comunitários n.º 1191/69 do Conselho, de 26 de junho, n.º 1107/70, do Conselho de 4 de junho e n.º 1893/91, do Conselho, de 20 de junho, que respeitam às obrigações de explorar, de transportar e tarifária.

O Regulamento comunitário n.º 1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de outubro, alterado pelo Regulamento n.º 2016/2338, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro, e o Decreto-lei n.º 167/2008, posteriormente publicados, veem, estabelecer o regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros, possibilitando a adoção transitória e gradual de medidas para a implementação de contratos de serviço público.

O Decreto-lei n.º 124-A/2018, de 31 de dezembro, que procede a revisão do Decreto-lei 58/2018, de 26 de março, do Decreto-lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, e do Decreto-lei n.º 217-/2015, de 7 de outubro, estabelece: (i) as regras gerais aplicáveis a todos os operadores de transporte ferroviário de passageiros, (ii) altera o regime jurídico aplicável à CP, e (iii) revê o regime de gestão e utilização da infraestrutura ferroviária e acesso à atividade ferroviária, com vista ao reforço da independência do gestor de infraestrutura e à introdução dos mecanismos necessários para que a organização da rede ferroviária permita a exploração de serviços de acesso livre e de serviços prestados ao abrigo de um contrato de serviço público, procedendo:

- a) À transposição da Diretiva (UE) 2016/2370, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2016, que altera a Diretiva 2012/34/UE no que respeita à abertura do mercado nacional de transporte ferroviário de passageiros e à governação da infraestrutura ferroviária; e

- b) À conformação das normas legais nacionais ao Regulamento (UE) 2016/2338, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2016, que altera o Regulamento (CE) n.º 1370/2007 no que respeita à abertura do mercado nacional de serviços de transporte ferroviário de passageiros.

Finalmente, a Resolução do Conselho de Ministros 188-A/2018, de 31 de dezembro, vem esclarecer a competência dos Ministros das Finanças e do Planeamento e das Infraestruturas, com a faculdade de subdelegação, para aprovar a minuta do contrato de serviço público a celebrar com a CP, bem como autoriza a despesa com a respetiva indemnização compensatória a pagar pelo Estado nos termos da Lei do Orçamento do Estado para 2019.

## CONTRATO DE SERVIÇO PÚBLICO

A celebração de contrato de serviço público, nos quais se definem as obrigações de serviço público e as correspondentes compensações financeiras, é o instrumento adequado e necessário para clarificar as relações entre o Estado e a entidade pública empresarial, bem como as respetivas responsabilidades quer do Estado quer da CP, constituindo um procedimento previsto no Decreto-lei n.º 558/99 de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e entretanto revogados e substituídos pelo decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e posteriormente alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro. No artigo 39.º do Decreto-lei n.º 133/2013 é referido, para além de outras responsabilidades, competir exclusivamente aos ministérios sectoriais, a definição do nível de serviço público a prestar pelas empresas e a promoção das diligências necessárias para a respetiva contratualização.

O Decreto-lei n.º 137-A/2009, alterado pelo Decreto-lei n.º 59/2012, de 14 de março, e pelo Decreto-lei n.º 124-A/2018, de 31 de dezembro, veio consagrar o enquadramento que permite a contratualização dos serviços de transporte público ferroviário prestados pela CP, estabelecendo que o respetivo instrumento contratual deve incluir disposições específicas sobre os serviços relativamente aos quais se justifica a existência de obrigações de serviço público.

Em 24 de março de 2011, a CP celebrou com o Estado o contrato que convencionaram denominar de Regime Transitório de Financiamento do Serviço Público, tendo por objeto a definição das condições de prestação do serviço público, com prazo de vigência entre o dia 24 de março de 2011 e o dia 31 de dezembro de 2019.

No entanto, tendo em consideração o Plano Estratégico dos Transportes para o período de 2011 a 2015, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º45/2011, de 10 de novembro, o referido contrato revelou-se inadequado, sendo a revisão necessária de tal forma profunda, que se afigurou preferível celebrar novo contrato.

Nesse contexto a CP e o Estado acordaram em revogar o contrato que haviam assinado, aguardando a CP decisão quanto à formalização de novo contrato de serviço público.

Até à celebração dos novos contratos de serviço público são devidas à CP indemnizações compensatórias, que se destinam a cobrir custos em que a CP efetivamente incorreu por conta do serviço público prestado.

As indemnizações compensatórias atribuídas à CP, referentes ao ano 2018, constam da Resolução do Conselho de Ministros n.º 150/2018, publicada em Diário da República, 1ª série, n.º 222, de 19 de novembro de 2018.

De referir que os valores atribuídos pelo Estado à CP em 2018 correspondem exclusivamente à comparticipação do Estado para passes e sistema intermodal andante, não tendo sido atribuída à CP qualquer compensação adicional pela prestação do seu serviço público.

Para 2019, e segundo estabelece o Decreto-lei 124-A/2018, de 31 de dezembro, e a Resolução de Conselho de Ministros 188-A/2018, de 31 de dezembro, deve a CP operar ao abrigo de um contrato de serviço público, aguardando-se para o efeito a aprovação da minuta do contrato de serviço público a celebrar com a CP.

## **REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (NOTA 2)**

### **REFERENCIAL CONTABILÍSTICO**

As demonstrações financeiras da CP – Comboios de Portugal, EPE, referentes ao exercício de 2018, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto na portaria n.º220/2015, de 24 de julho, que

aprova os novos modelos das Demonstrações Financeiras com efeito a partir de 1 de janeiro de 2016.

O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos resultados por funções, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa, no dia 21 de março de 2019, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas das demonstrações financeiras da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 4, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2018 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2017.

## DERROGAÇÕES AO SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

## VALORES COMPARATIVOS

Não foram efetuadas alterações de políticas contabilísticas ou detetados erros materiais que afetem a comparação de valores entre os exercícios.

## ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF- DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA (NOTA 3)

A empresa efetuou a transição para as NCRF, em 1 de janeiro de 2009, e essas demonstrações financeiras foram divulgadas pela primeira vez no Relatório e Contas de 2010, com os valores comparativos já convertidos para NCRF.

## PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS (NOTA 4)

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo.

### BASES DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros detidos para negociação, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

As participações financeiras encontram-se reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial sempre que existe controlo ou influência significativa sobre essas empresas por parte da CP.

Ativos não correntes detidos para venda e os grupos de ativos detidos para venda são registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respetivos custos de venda.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer a formulação de julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis, de acordo com as circunstâncias, e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização

não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados nos pontos, “Juízos de valor”, “Principais pressupostos relativos ao futuro” e “Principais fontes de incerteza das estimativas” constantes desta nota.

## **POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES**

### **ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

#### **Reconhecimento e valorização**

Os ativos fixos tangíveis da CP encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para as NCRF (1 de janeiro de 2009) a CP decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado, determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com as NCRF.

O custo inclui o preço de compra, incluindo impostos não reembolsáveis e excluindo descontos comerciais e abatimentos, como ainda os custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, nomeadamente as despesas de transporte e montagem.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a CP. Todas as despesas com a manutenção e reparação corrente que não aumentem a vida útil do bem ou que não correspondam a substituições a intervalos regulares (grandes intervenções realizadas com intervalos que variam entre os 2 e os 15 anos) de itens do ativo são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Alguns itens do ativo fixo tangível poderão necessitar de substituições em intervalos regulares (grandes reparações). Nestas circunstâncias é reconhecida na quantia escriturada de um item do ativo fixo tangível o custo da peça de substituição desse item, quando o custo for incorrido, se os critérios de reconhecimento forem cumpridos. A quantia escriturada das peças que são substituídas é desconhecida, de acordo com as normas de desconhecimento da NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis.

## **Ativos fixos tangíveis do Estado afetos às operações da CP e subsídios ao investimento**

Os ativos fixos tangíveis da CP incluem ativos propriedade do Estado (ativos constantes do despacho conjunto nº 261/99, de 24 de março) e que se encontram alocados à atividade operacional da empresa. Os ativos disponibilizados pelo Estado Português, sem que se transfira a propriedade do mesmo, são registados nas demonstrações financeiras da CP de forma a permitir uma apreciação da performance económica da Entidade.

### **Despesas de manutenção e reparação**

#### **Material circulante:**

- / As despesas com a manutenção corrente incorridas durante a vida útil do material circulante são reconhecidas como gastos operacionais;
- / As despesas incorridas em grandes reparações plurianuais imprescindíveis para que o bem continue a operar são reconhecidas em ativos fixos tangíveis, como componentes específicas do material circulante, e depreciadas pela sua vida útil estimada, separadamente da componente principal. Quando cada grande reparação é efetuada, o seu custo é reconhecido na quantia escriturada do item do ativo fixo tangível como substituição, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Qualquer quantia escriturada remanescente do custo da grande reparação anterior é desreconhecida; e
- / As despesas incorridas no final da vida útil da componente principal, que incluam a transformação e modernização desta, são reconhecidas em ativos fixos tangíveis e depreciados pela extensão da vida útil esperada.

#### **Edifícios e instalações fixas:**

- / As despesas de manutenção corrente e de reparação (contratos de manutenção, inspeções técnicas, etc.) são reconhecidos como gastos operacionais;
- / As despesas incorridas com planos de manutenção plurianual programados são reconhecidas em ativos fixos tangíveis, através da substituição parcial ou total da componente substituída.

A manutenção e a reparação destes ativos fixos tangíveis são da responsabilidade da CP durante o período em que estes estão afetos às suas operações. Os custos de manutenção e reparação são registados nos resultados do período em que são incorridos, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios.

## Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos fixos tangíveis é calculada pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens.

Descritivo do bem	Anos
Edifícios e outras construções -Estado	3 a 50
Edifícios e outras construções -CP	3 a 50
<i>Material circulante:</i>	
Locomotoras a <i>diesel</i> e elétricas:	
- Componente Principal	17 a 35
- Componente Secundária	5 a 15
Automotoras a <i>diesel</i> e elétricas:	
- Componente Principal	14 a 30
- Componente Secundária	2 a 15
Carruagens de passageiros:	
- Componente Principal	15 a 30
- Componente Secundária	2 a 12
Equipamento de transporte	4 a 12
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 18
Outros ativos fixos tangíveis	5 a 20

Os ativos fixos tangíveis que são propriedade do Estado (ativos constantes do despacho conjunto nº 261/99, de 24 de março) encontram-se a ser depreciados, desde 1999, à taxa de 2%, conforme o decreto regulamentar 25/2009, de 14 de setembro.

Na determinação das quantias depreciáveis não foram considerados valores residuais.

## Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são reconhecidos inicialmente no capital próprio, quando existe segurança que o subsídio será recebido e que a CP irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio. Os subsídios que compensam a CP por gastos e perdas incorridos são reconhecidos como rendimento na demonstração dos resultados

numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas. Os subsídios que compensam a CP pela aquisição de um ativo são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do ativo.

### **Capitalização de custos com empréstimos e outros custos diretamente atribuíveis**

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas.

### **Imparidade**

A CP considera que, a natureza do seu material circulante e, em particular, a ausência de interoperabilidade com a rede europeia, inviabiliza o apuramento de um valor de mercado apropriado para este material, pela ausência de um mercado ativo. Assim, este valor apenas é determinado quando existem propostas de venda para material específico ou pela determinação de um valor residual.

No que respeita à determinação do valor de uso, este deve refletir os fluxos de caixa esperados, atualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. A CP considera que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, a CP entende que não é possível a determinação do valor de uso, conforme definido pelo Sistema de Normalização Contabilística, dado que não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que evidenciam que um ativo possa estar em imparidade, nomeadamente quando o material circulante deixou de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor

recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

## INVESTIMENTOS FINANCEIROS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

### Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias todas as entidades controladas pela empresa. É considerado controlo sobre uma entidade o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma.

Presume-se a existência de controlo quando a empresa detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma empresa ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma, mesmo que a percentagem que detém seja inferior a 50%. Os investimentos em subsidiárias são contabilizados pelo método de compra, sendo apurados os justos valores dos ativos e passivos e o eventual *goodwill* incluído na quantia escriturada do investimento, que é amortizado. O *goodwill* é testado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. Subsequentemente são mensuradas pelo método da equivalência patrimonial desde a data em que a empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa.

Se a parte da empresa nas perdas da subsidiária exceder o seu interesse na subsidiária, é descontinuado o reconhecimento da sua parte de perdas adicionais. As perdas adicionais são tidas em conta mediante o reconhecimento de uma provisão pela totalidade das responsabilidades da CP nas empresas subsidiárias.

## Associadas

A mensuração dos investimentos em associadas nas demonstrações financeiras individuais é efetuada de acordo com o método de equivalência patrimonial, exceto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a empresa detentora, caso em que é usado o método de custo.

As associadas são entidades nas quais a empresa tem influência significativa, mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que a empresa exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a empresa detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

Se a parte da empresa nas perdas da associada exceder o seu interesse na associada, é descontinuado o reconhecimento da sua parte de perdas adicionais. Considera-se ainda interesse na associada, a quantia escriturada de acordo com o método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo, cuja liquidação não esteja planeada nem seja provável que ocorra no futuro previsível, como é o caso dos empréstimos de longo prazo. As perdas adicionais são tidas em conta mediante o reconhecimento de um passivo somente na medida em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou feito pagamentos a favor da investida.

## OUTROS ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS

A CP apenas reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A CP mensura os seus ativos/passivos financeiros ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos mensurados ao justo valor através de resultados são revalorizados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de

aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Os investimentos detidos até à maturidade são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juro efetiva.

### **Mensuração ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade**

São mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade os seguintes instrumentos financeiros:

- / Instrumentos financeiros:
  - / À vista ou tenha uma maturidade definida;
  - / Cujos retornos para o seu detentor sejam de montante fixo, de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo, a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante; e
  - / Que não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito), nomeadamente contas a receber de clientes, outras contas a receber, contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos bancários.
  
- / Contratos para conceder ou contrair empréstimos que:
  - / Não possam ser liquidados em base líquida,
  - / Quando executados, se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade; e
  - / A entidade designe, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade.
  
- / Investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultem na entrega de tais instrumentos, os quais devem ser mensurados ao custo menos perdas por imparidade.

### **Mensuração ao justo valor através dos resultados**

Os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme anteriormente referido, devem ser mensurados ao justo valor.

Os instrumentos financeiros para os quais não seja possível obter com fiabilidade os seus justos valores são mensurados ao custo ou custo amortizado menos perda por imparidade.

### **Imparidade**

À data de cada período de relato financeiro, é avaliada a imparidade dos ativos, e caso exista evidência objetiva de imparidade, é reconhecida uma perda por imparidade nos resultados.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Relativamente a instrumentos de dívida, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida dos resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.

## **ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS**

Nos empreendimentos conjuntos sob a forma de entidades conjuntamente controladas, a empresa inclui nos seus registos contabilísticos e reconhece nas suas demonstrações financeiras:

- / As contribuições em dinheiro ou em recursos, sob a forma de investimento na entidade conjuntamente controlada;
- / A sua parte dos lucros da entidade conjuntamente controlada;
- / As perdas resultantes de contribuições ou vendas de ativos à entidade conjuntamente controlada, quando resultantes de uma redução do valor realizável líquido de ativos correntes ou de uma perda por imparidade;
- / Os ganhos resultantes de contribuições ou vendas são reconhecidos pela totalidade quando os ativos já foram realizados pela entidade conjuntamente controlada. Se os ativos ainda permanecerem no empreendimento conjunto apenas se reconhece a parcela do ganho atribuível à participação dos outros empreendedores; e
- / A parcela dos lucros do empreendimento conjunto que se refira a venda para o empreendedor deve ser deduzida do resultado do empreendimento conjunto, esta parcela dos lucros será reconhecida quando o empreendedor revender os ativos a terceiros.

O interesse na entidade conjuntamente controlada é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial.

## **INVENTÁRIOS**

As existências de mercadorias e de matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, adotando-se como método de custeio das saídas o custo médio ponderado. Quando necessário, é reconhecida a imparidade para existências obsoletas, de lenta rotação e defeituosas, sendo apresentado como dedução ao ativo.

## **CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER**

As contas a receber são mensuradas pelo seu valor nominal deduzido das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação das perdas estimadas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

## **CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

A caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de elevada liquidez e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

## **EMPRÉSTIMOS E DESCOBERTOS BANCÁRIOS**

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data. Subsequentemente, os empréstimos são mensurados pelo método do custo amortizado. Qualquer diferença entre a componente de passivo e a quantia nominal a pagar, à data de maturidade, é reconhecida como gastos de juro utilizando o método da taxa de juro efetiva.

São classificados em passivo corrente os montantes em dívida dos contratos de financiamento que satisfaçam qualquer um dos seguintes critérios:

/ Se espere que sejam liquidados durante o ciclo operacional normal da entidade;

- / Estejam detidos essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- / Devam ser liquidados num período até doze meses após a data do balanço;
- / A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros empréstimos são classificados como passivo não corrente. Desta forma, é classificado em passivo não corrente o montante em dívida dos contratos de financiamento cuja exigibilidade estabelecida contratualmente é superior a um ano.

## **ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES EM DESCONTINUAÇÃO**

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

Também são classificados como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, é efetuada de acordo com as NCRF aplicáveis. Após a sua classificação, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor entre a sua quantia escriturada e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

## **TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA**

### **Moeda Funcional e de apresentação**

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras da CP são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação da CP.

## Transações e saldos

As transações em outras divisas, que não o euro, são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transação.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do período.

Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

## RECONHECIMENTO DO RÉDITO

As receitas geradas na CP referem-se à prestação de serviços de transporte de passageiros, à venda de bens e outros serviços relacionados com o transporte ferroviário, deduzidos de descontos e deduções ao preço. As receitas são reconhecidas ao seu justo valor.

Os serviços prestados pela CP são normalmente concluídos dentro de cada período de relato. Os rendimentos decorrentes da atividade da CP são reconhecidos na demonstração dos resultados, no momento em que o serviço seja prestado o qual se refere à data do início da viagem, e que seja provável que a quantia das receitas e das despesas seja fiavelmente mensurável e que os benefícios económicos associados reverterão para a CP.

## RECONHECIMENTO DE GASTOS E RENDIMENTOS

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto subjacente do regime de acréscimo (periodização económica). As demonstrações financeiras preparadas informam não somente das transações passadas envolvendo o pagamento e o recebimento de caixa mas também das obrigações de pagamento de futuro e de recursos que representem caixa a ser recebida no futuro. A especialização dos exercícios é efetuada através da utilização da rubrica de outras contas a receber e a pagar e da rubrica de diferimentos.

## PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando (i) a empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, proveniente de um acontecimento passado (ii) seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O valor provisionado é o valor considerado necessário para fazer face a perdas económicas estimadas. Quando o efeito temporal do dinheiro for material, a quantia de provisão é apresentada pelo valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

## JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS E JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

Sendo reconhecidos em gastos e perdas do período, o seu reconhecimento é efetuado de acordo com o regime de acréscimo e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

## IMPOSTO SOBRE LUCROS

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Em 2018, a empresa não reconhece quaisquer ativos ou passivos por impostos diferidos, por considerar que não existem expectativas de que o grupo de sociedades, abrangido pelo regime especial de tributação, venha a obter lucros

tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados da CP ou que gerem pagamentos de imposto sobre o rendimento.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas tributado de acordo com o regime especial de tributação pelo resultado consolidado, conforme mencionado na nota 10.

## ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

### Ativos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável um influxo de benefícios económicos.

### Passivos contingentes

Um passivo contingente surge quando exista:

- / Uma possível obrigação proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou
- / Uma obrigação presente de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:
  - i. não é provável que um exfluxo de recursos, que incorporem benefícios económicos, será necessário para liquidar a obrigação; ou
  - ii. a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo às respetivas demonstrações, a menos que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos futuros seja remota.

## ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 21 de março de 2019, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão, conforme referido na nota 2.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras. Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na nota 41.

## JUÍZOS DE VALOR

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer que os gestores exerçam o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas da empresa.

## PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade das operações.

O Conselho de Administração entende adequado a preparação das demonstrações financeiras numa base de continuidade considerando os fatores adiante descritos:

- / A situação operacional da CP apresenta sustentabilidade, sendo de referir a manutenção do EBITDA da atividade de transporte positivo em 2018, o que indicia a existência de fatores de sustentabilidade futura;
- / A publicação da resolução do conselho de ministros nº 188-A/2018 de 31 de dezembro, que delega a competência para aprovar a minuta do contrato de serviço público de transporte ferroviário de passageiros, a celebrar com a CP, e autoriza a realização da despesa relativa à respetiva indemnização compensatória;
- / O Estado tem garantido todo o seu apoio à empresa, nomeadamente no que respeita ao suporte necessário ao financiamento da empresa, com vista a assegurar o serviço da dívida e necessidades de exploração e investimento; e
- / Acresce ainda mencionar a importância do serviço que hoje a CP presta à economia portuguesa, sendo que em 2018 a CP transportou 126 milhões de passageiros (+4 milhões de passageiros transportados face a 2017), como fator de

importância vital para o funcionamento da atividade económica, reforçando a necessidade de o Estado assegurar o apoio necessário à continuidade da CP.

## **PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS**

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As principais fontes de incerteza das estimativas à data de balanço, que têm um risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte, são:

### **VIDA ÚTIL DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

A vida útil de um ativo é definida em termos da utilidade esperada do ativo para a entidade. A política de gestão de ativos da entidade pode envolver a alienação de ativos após um período especificado ou após consumo de uma proporção especificada dos futuros benefícios económicos incorporados no ativo. Por isso, a vida útil de um ativo pode ser mais curta do que a sua vida económica. A estimativa da vida útil do ativo é uma questão de juízo de valor baseado na experiência da entidade com ativos semelhantes.

### **JUSTO VALOR DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

## COBRANÇAS DUVIDOSAS

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela CP da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber, face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

## PROVISÕES

As provisões correspondem a passivos de montante ou de ocorrência temporal incerta. A CP, tendo em consideração o princípio da prudência, tem constituído provisões sempre que existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), proveniente de um acontecimento passado, em que seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e se possa efetuar uma estimativa fiável da mesma. No que respeita nomeadamente à constituição de provisões para processos judiciais, estas requerem o uso de julgamento, tendo por base as últimas informações conhecidas na data de elaboração das demonstrações financeiras, nomeadamente no que respeita à probabilidade de perda do processo judicial e do valor estimado dessa perda. As alterações destas estimativas podem implicar impactos nos resultados.

## ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os ativos não correntes detidos para venda devem ser reconhecidos pelo menor valor entre o seu valor contabilístico líquido e o seu justo valor, deduzido dos custos para vender. Na determinação do justo valor, nomeadamente no que respeita a material circulante, e tendo em consideração a ausência de mercado ativo, é considerado pela CP, como referência, o valor de transações recentes com material semelhante, ajustando esse valor às características técnicas do material e à procura existente. Com base no valor estimado de venda é determinada a existência e montante da imparidade a reconhecer, sendo que o verdadeiro impacto só será conhecido no momento da venda efetiva dos ativos, o que pode implicar variações com algum significado nos resultados.

## FLUXO DE CAIXA (NOTA 5)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31 de dezembro de 2018 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

A demonstração de fluxos de caixa com referência ao exercício de 2018 evidencia fluxos de caixa das atividades operacionais negativos em cerca de 0,6 milhões de euros, o que representa uma melhoria de cerca de 17,5 milhões de euros face ao ano anterior.

Para o efeito, considera-se importante destacar, ao nível dos fluxos operacionais, o aumento face a igual período do ano anterior, em 15,2 milhões de euros, do recebimento de clientes, em resultado do aumento das vendas e serviços prestados relacionados com o transporte de passageiros. Verificou-se também um aumento significativo (18 milhões de euros) na rubrica de outros recebimentos/pagamentos, fruto fundamentalmente da recuperação de IVA de faturação aceite e paga no final do ano 2017 de taxa de utilização de infraestruturas. De destacar também o aumento dos pagamentos a fornecedores em 8,9 milhões de euros e dos pagamentos ao pessoal em 6,6 milhões de euros (estes últimos em resultado da reposição das progressões, da implementação de acordos assinados em dezembro de 2017 e fevereiro de 2018 com as organizações representativas dos trabalhadores e ainda do acréscimo de trabalho extraordinário e outros abonos).

Os fluxos das atividades de financiamento evidenciam o recebimento de dotações de capital do Estado para fazer face à amortização dos financiamentos e juros com vencimento no período.

## RUBRICA DE CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Caixa	443 038	41 8 744
Depósitos bancários	12 342 013	7 866 816
<b>Sub total</b>	<b>12 785 051</b>	<b>8 285 560</b>
Descobertos bancários	-	-
<b>Total</b>	<b>12 785 051</b>	<b>8 285 560</b>

## DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

No quadro seguinte apresenta-se a desagregação das rubricas de caixa e depósitos bancários:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
<b>Caixa</b>		
Caixa central	639	71 6
Caixa pequena	2 600	2 600
FFC tesouraria	1 0 660	1 0 569
Caixa estações	424 139	404 859
Caixa MVAS	5 000	-
	<b>443 038</b>	<b>41 8 744</b>
<b>Depósitos à ordem</b>		
Banco Português de Investimento	2 062 605	2 609 657
Caixa Geral de Depósitos	1 412	853
Inst. Gestão Crédito Público	1 0 277 996	5 256 306
	<b>12 342 013</b>	<b>7 866 816</b>
<b>Sub total</b>	<b>12 785 051</b>	<b>8 285 560</b>
Descobertos bancários	-	-
<b>Total</b>	<b>12 785 051</b>	<b>8 285 560</b>

## POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS (NOTA 6)

Não existem alterações de políticas contabilísticas e estimativas ou erros com impactos materiais nas demonstrações financeiras da empresa a reportar.

## ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NOTA 7)

No final do ano 2018 a CP apresentava um ativo fixo tangível organizado por classes de imobilizado, conforme quadro abaixo:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
<b>Valor Bruto:</b>		
Terrenos e recursos naturais	18 941 131	19 895 484
Edifícios e outras construções	86 407 837	87 929 248
Equipamento básico	1 398 261 758	1 389 127 605
Equipamento de transporte	1 287 880	1 287 880
Equipamento administrativo	22 885 087	21 909 346
Outros ativos fixos tangíveis	63 705 157	62 485 920
Investimentos em curso	5 085 710	6 038 697
Adiantamentos por conta de investimentos	1 384 371	2 768 742
Sub-total	1 597 958 931	1 591 442 922
<b>Depreciação acumulada e imparidade:</b>		
Depreciação do período	53 737 680	56 859 593
Depreciação acumulada de períodos anteriores	1 067 903 232	1 017 128 507
Perdas por imparidade do período	( 721 647)	( 573 768)
Perdas por imparidade de períodos anteriores	5 715 647	6 289 415
Sub-total	1 126 634 912	1 079 703 747
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>471 324 019</b>	<b>511 739 175</b>

Os ativos fixos tangíveis da CP são mensurados ao custo, sendo depreciados linearmente, de acordo com vidas úteis especificadas na nota 4.

A variação das perdas de imparidade deve-se aos abates efetuados durante o exercício de 2018 na rubrica de material circulante. Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2018 são resumidos no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Adições	Alienações	Ativos classificados como detidos para venda	Abates	Transferências	Outras regularizações	Saldo final
<b>Valor bruto:</b>								
Terrenos e recursos naturais	19 895 484	-	( 870 322)	( 84 051 )	-	-	-	18 941 131
Edifícios e outras construções	87 929 248	-	( 2 050 751)	( 1 96 073)	-	705 413	-	86 407 837
Equipamento básico	1 389 127 605	598 990	-	1 333 332	( 4 866 583)	1 417 075	( 2 102 661)	1 398 261 758
Equipamento de transpote	1 287 880	-	-	-	-	-	-	1 287 880
Equipamento administrativo	21 909 346	825 519	( 1 105)	-	( 1 90 574)	341 899	-	22 885 087
Outros ativos fixos tangíveis	62 485 920	544 402	-	-	-	674 835	-	63 705 157
Investimentos em curso	6 058 697	11 565 831	-	-	-	( 12 518 818)	-	5 035 710
Adiantamentos por conta de investimentos	2 768 742	1 990 033	-	-	-	( 3 374 404)	-	1 384 371
	1 591 442 922	15 524 775	( 2 902 176)	1 053 228	( 5 057 157)	-	( 2 102 661)	1 597 958 931
<b>Depreciação acumulada e imparidade:</b>								
Edifícios e outras construções	40 294 419	2 264 510	( 236 921)	( 16 806)	-	-	-	42 305 202
Equipamento básico	965 168 607	48 368 750	-	1 329 714	( 4 866 577)	-	( 2 102 661)	1 007 897 833
Equipamento de transpote	1 265 944	9 436	-	-	-	-	-	1 275 380
Equipamento administrativo	201 587 06	865 726	( 1 105)	-	( 1 90 514)	-	-	20 832 815
Outros ativos fixos tangíveis	471 004 24	2 229 258	-	-	-	-	-	49 329 682
Ativ. Fix. Tang.-Perdas Impar. Acum. -Equipam. Básico	5 715 647	( 721 647)	-	-	-	-	-	4 994 000
	1 079 703 747	53 016 033	( 238 024)	1 312 908	( 5 057 091)	-	( 2 102 661)	1 126 634 912
<b>Total</b>	<b>511 739 175</b>	<b>( 37 491 258)</b>	<b>( 2 664 152)</b>	<b>( 259 680)</b>	<b>( 66)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>471 324 019</b>

Os investimentos mais significativos, realizados no exercício de 2018, respeitam essencialmente a reparações periódicas do tipo R1 e R2.

No que respeita aos abates, a rubrica mais significativa é relativa a equipamento básico (material circulante), em resultado do abate de equipamento, com valor contabilístico praticamente nulo.

Comparativamente ao ano anterior, de referir a variação da rubrica de terrenos e recursos naturais e edifícios e outras construções, em resultado da alienação do imóvel da Rua Castilho.

As depreciações acumuladas referidas na coluna adições respeitam à depreciação dos ativos, de acordo com a sua vida útil, destacando-se pelo seu contributo, as depreciações do material circulante.

A 31 de dezembro de 2018 os seguintes ativos fixos tangíveis estavam dados como garantia de empréstimos obtidos pela CP da Eurofima:

(valores em euros)

Descrição	V.contabilístico
Automotoras	1 86 464 503
<b>Total</b>	<b>1 86 464 503</b>

## PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL (NOTA 8)

O detalhe das participações financeiras em que a CP aplica o método da equivalência patrimonial é apresentado no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Tipo	31-12-2018			31-12-2017		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
EMEF, SA	Investimento	23 664 057	-	23 664 057	17 300 824	-	17 300 824
EMEF, SA	Empréstimos	11 750 000	-	11 750 000	13 000 000	-	13 000 000
SAROS, SA	Investimento	478 519	-	478 519	471 786	-	471 786
FERNAVE, SA	Investimento	2	-	2	2	-	2
FERNAVE, SA	Empréstimos	2 600 000	-	2 600 000	2 600 000	-	2 600 000
ECOSAÚDE, SA	Empréstimos	285 480	-	285 480	297 495	-	297 495
OTLIS, ACE	Investimento	344 767	-	344 767	242 222	-	242 222
TIP, ACE	Investimento	1 115 478	-	1 115 478	510 011	-	510 011
<b>Total</b>		<b>40 238 303</b>	<b>-</b>	<b>40 238 303</b>	<b>34 422 340</b>	<b>-</b>	<b>34 422 340</b>

Em 2018 foram realizados os seguintes movimentos nestas participações financeiras, conforme quadro seguinte:

(valores em euros)

	Saldo inicial	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Saldo final
<b>Valor bruto</b>						
EMEF, SA	30 300 824	-	-	6 363 233	( 1 250 000)	35 414 057
SAROS, SA	471 786	-	-	402 101	( 395 368)	478 519
FERNAVE, SA	2 600 002	-	-	-	-	2 600 002
ECOSAÚDE, SA	297 495	-	-	-	( 12 015)	285 480
OTLIS, ACE	242 222	-	-	137 706	( 35 161)	344 767
TIP, ACE	510 011	-	-	605 467	-	1 115 478
Sub-total	34 422 340	-	-	7 508 507	( 1 692 544)	40 238 303
Imparidade	-	-	-	-	-	-
Sub-total	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>34 422 340</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7 508 507</b>	<b>( 1 692 544)</b>	<b>40 238 303</b>

Durante o ano de 2018 de salientar o aumento do valor da participação financeira da EMEF por via da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, bem como da TIP, que em 2018 continua a registar uma variação positiva nos seus resultados. De registar também as amortizações dos empréstimos efetuados pelas sociedades EMEF e Ecosaúde no valor de 1.250.000 euros e 12.015 euros respetivamente.

A informação financeira resumida referente às empresas participadas (a aguardar aprovação em Assembleia Geral) apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Nome da associada	% de participação	Data de referência	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Rendimentos	Resultado líquido
EMEF, SA	100	31-12-2018	56 906 378	33 242 322	23 664 056	74 512 540	6 363 233
SAROS, SA	100	31-12-2018	580 408	1 01 889	478 519	567 028	402 101
FERNAVE, SA	100	31-12-2018	600 550	3 723 466	( 3 122 916)	1 131 728	64 043
ECOSAÚDE, SA	100	31-12-2018	649 568	81 5 477	( 1 65 909)	2 127 764	( 74 712)
TIP, ACE	33	31-12-2018	18 727 137	15 346 900	3 380 237	7 673 926	2 224 632
OTLIS, ACE	14	31-12-2018	5 358 279	2 944 906	2 413 373	6 111 521	987 418

## OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS (NOTA 9)

A CP detém participações em diferentes empresas que se encontram reconhecidas ao custo menos perdas de imparidade, dado o valor destas participações não ser publicamente negociado e não ser possível obter de forma fiável o seu justo valor.

À data de cada período de relato financeiro, a CP avalia a imparidade destes ativos financeiros, reconhecendo uma perda por imparidade na demonstração dos resultados, se existir uma evidência objetiva dessa imparidade.

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Método	31-12-2018			31-12-2017		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
CP Carga, SA	Custo de aquisição	80 000	( 80 000)	-	80 000	( 80 000)	-
MLM SA	Custo de aquisição	12 721	( 12 721)	-	12 721	( 12 721)	-
METRO DO PORTO, SA	Custo de aquisição	249 399	( 249 399)	-	249 399	( 249 399)	-
METRO-MONDEGO, SA	Custo de aquisição	3 595	-	3 595	3 595	-	3 595
ICF	Custo de aquisição	382 269	( 382 269)	-	382 269	( 382 269)	-
EUROFIMA	Custo de aquisição	27 760 679	-	27 760 679	27 760 679	-	27 760 679
BCC	Custo de aquisição	1 460	-	1 460	1 460	-	1 460
APOR	Custo de aquisição	-	-	-	5 000	-	5 000
Obrigações CONSOLIDADO 1942	Custo de aquisição	-	-	-	662	-	662
Fundo Compensação Trabalho	Custo de aquisição	24 989	-	24 989	13 119	-	13 119
		<b>28 515 112</b>	<b>( 724 389)</b>	<b>27 790 723</b>	<b>28 508 904</b>	<b>( 724 389)</b>	<b>27 784 515</b>

A Eurofima é uma organização supranacional, sob a forma societária, que é constituída pelas empresas públicas de transporte ferroviário. A Eurofima foi constituída em 20 de novembro de 1956, em resultado de um tratado (“Convenção”) entre os vários estados membros Europeus signatários. Os estatutos da Eurofima determinavam que a “Convenção” teria uma duração de 50 anos após a constituição. Contudo, na assembleia geral extraordinária, de 1 de fevereiro de 1984, foi aprovado por todos os Estados membros a extensão do período da Convenção por mais 50 anos, isto é, até 2056.

O valor registado na participação da Eurofima corresponde a subscrição de 52.000.000 Francos Suíços à data da subscrição inicial do capital e dos aumentos de capital subsequentes. A CP, bem como os demais acionistas da Eurofima, apenas realizou 20% daquele valor, encontrando-se os restantes 41.600.000 Francos Suíços por realizar. Os acionistas podem ser chamados a realizar a qualquer momento e incondicionalmente o valor que se encontra por realizar.

O movimento destas participações financeiras em 2018 é analisado no quadro seguinte:

(valores em euros)

	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
<b>Valor bruto</b>						
CP Carga, SA	80 000	-	-	-	-	80 000
MLM SA	12 721	-	-	-	-	12 721
METRO DO PORTO, SA	249 399	-	-	-	-	249 399
METRO-MONDEGO, SA	3 595	-	-	-	-	3 595
ICF	382 269	-	-	-	-	382 269
EUROFIMA	27 760 679	-	-	-	-	27 760 679
BCC	1 460	-	-	-	-	1 460
APOR	5 000	-	-	-	( 5 000)	-
Obrigações CONSOLIDADO 1942	662	-	( 662)	-	-	-
Fundo Compensação Trabalho	13 119	11 870	-	-	-	24 989
	<b>28 508 904</b>	<b>11 870</b>	<b>( 662)</b>	<b>-</b>	<b>( 5 000)</b>	<b>28 515 112</b>
<b>Imparidade</b>						
CP Carga, SA	( 80 000)	-	-	-	-	( 80 000)
MLM SA	( 12 721)	-	-	-	-	( 12 721)
METRO DO PORTO, SA	( 249 399)	-	-	-	-	( 249 399)
ICF	( 382 269)	-	-	-	-	( 382 269)
	<b>( 724 389)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>( 724 389)</b>
<b>Total</b>	<b>27 784 515</b>	<b>11 870</b>	<b>( 662)</b>	<b>-</b>	<b>( 5 000)</b>	<b>27 790 723</b>

As únicas alterações nesta rubrica no decorrer do exercício de 2018, dizem respeito aos descontos impostos por lei para o fundo de compensação do trabalho, por via dos novos contratos de trabalho celebrados pela empresa, bem como da liquidação da participação na APOR e desmobilização das "Obrigações Consolidado 1942".

## IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (NOTA 10)

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, previsto no artigo 69º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A., a SAROS - Sociedade de Mediação de Seguros, Lda., a Fernave - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultadoria em Transportes e Portos, S.A. e a Ecosaúde - Educação Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.

A CP não contabiliza ativos por impostos diferidos relacionados com o reporte de prejuízos fiscais e imparidades e provisões temporárias não aceites fiscalmente, por considerar que não existem expectativas de que o referido grupo de sociedades, abrangido pelo regime especial de tributação, venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados da CP. No final de 2018, o total dos prejuízos fiscais dedutíveis do Grupo CP ascendem aproximadamente a 286 milhões de euros, os quais podem ser utilizados entre 2018 e 2028.

Da mesma forma, não foram contabilizados passivos por impostos diferidos relacionados com ativos fixos tangíveis reavaliados (material circulante) em períodos anteriores, por se entender não ser expectável que a forma de financiamento do serviço público de transporte e as condições económicas venham a alterar-se significativamente gerando matéria coletável suficiente que origine coleta e consequentemente o pagamento de impostos sobre o rendimento.

O resultado contabilístico foi ajustado de modo a refletir o IRC estimado a pagar como a tributação autónoma.

## INVENTÁRIOS (NOTA 11)

Em 31 de dezembro de 2018 a CP apresenta os seguintes valores de inventários, detalhados por classificação:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2018	31-12-2017
<b>Valor Bruto:</b>		
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9 436 174	9 394 911
Adiantamentos por conta de compras	-	-
	<b>9 436 174</b>	<b>9 394 911</b>
<b>Imparidades acumuladas</b>		
Imparidades do período	( 239 463)	( 412 344)
Imparidades de períodos anteriores	( 5 422 483)	( 5 010 139)
	<b>( 5 661 946)</b>	<b>( 5 422 483)</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>3 774 228</b>	<b>3 972 428</b>

A CP verifica semestralmente se o valor realizável dos seus inventários é ou não inferior ao valor pelo qual estes se encontram reconhecidos nas contas da empresa.

Se o valor pelo qual os inventários se encontram reconhecidos for superior ao valor realizável líquido, reconhece uma perda por imparidade pela diferença entre aquelas duas grandezas.

Até 2011, o critério base para avaliar a imparidade destes materiais foi a não rotatividade há mais de 5 anos, aplicando-se a todos os inventários em armazém.

Desde o exercício de 2012, e atendendo à durabilidade da maior parte das peças utilizadas em reparações de material circulante, foi entendido pela empresa avaliar com maior rigor a imparidade deste universo de bens. Para isso, foi calculada a depreciação das peças de armazém de material circulante de acordo com a vida útil estimada das séries de material a que estavam associadas, o que permitiu a identificação dos materiais efetivamente obsoletos e sem aplicação. Para os restantes materiais diversos manteve-se o critério da não rotatividade há mais de 5 anos.

Tendo em consideração a aplicação deste critério, foi reconhecida, em 2018, uma perda por imparidade de €239.463, tal como identificado no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversão	Regularização	Saldo final
<b>Imparidades de inventários</b>					
Mercadorias	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	( 5 422 483)	( 239 463)	-	-	( 5 661 946)
<b>Total</b>	<b>(5 422 483)</b>	<b>( 239 463)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(5 661 946)</b>

## CLIENTES (NOTA 12)

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de clientes apresenta os seguintes valores:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
<b>Valor Bruto:</b>		
Clientes c/c		
Gerais	3 945 650	4 732 867
Empresas associadas	452 491	430 745
Empreendimentos conjuntos	452 392	19 250
Outras partes relacionadas	262 659	809 534
Clientes - títulos protestados	-	-
Clientes - perdas imparidade acumuladas	1 751 983	2 179 805
<b>Sub-total</b>	<b>6 865 175</b>	<b>8 172 201</b>
<b>Imparidade acumulada</b>		
Perdas por imparidade do período	427 822	( 492 563)
Perdas por imparidade de períodos anteriores	( 2 179 805)	( 1 687 242)
<b>Sub-total</b>	<b>( 1 751 983)</b>	<b>( 2 179 805)</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>5 113 192</b>	<b>5 992 396</b>

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Utilizações	Reversões	Saldo final
<b>Perdas por imparidade</b>					
Clientes gerais	2 179 805	-	( 171)	( 427 651)	1 751 983
<b>Total</b>	<b>2 179 805</b>	<b>-</b>	<b>( 171)</b>	<b>( 427 651)</b>	<b>1 751 983</b>

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	até 90 dias	Entre 90 e 180 dias	Entre 180 e 360 dias	Mais de 360 dias
Clientes gerais	2 950 367	702 657	292 625	-
Empresas associadas	452 491	-	-	-
Empreendimentos conjuntos	452 393	-	-	-
Outras partes relacionadas	262 659	-	-	-
<b>Total</b>	<b>4 117 910</b>	<b>702 657</b>	<b>292 625</b>	<b>-</b>

## ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (NOTA 13)

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
<b>Ativo</b>		
<b>Imposto sobre o rendimento</b>		
Pagamento especial por conta	81 7 660	1 201 660
Imposto retido na fonte	91 690	63 362
<b>IVA</b>		
IVA a recuperar de nov. e dez.	6 184 921	1 2 659 217
IVA reembolsos pedidos	779 643	384 566
IVA imposto retido a recuperar	-	880 964
<b>Total</b>	<b>7 874 368</b>	<b>15 224 009</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rendimento	861 007	324 359
Retenções de imposto sobre o rendimento	3 390	4 725
Contribuição p/Seg. Social	1 6 261	2 805
Outras Tributaçãoes	1 123	904
<b>Total</b>	<b>881 781</b>	<b>332 793</b>

A principal variação resulta essencialmente da diminuição da rubrica IVA a recuperar, em resultado (i) da aceitação, no final do ano de 2017 da faturação da IP relativa a taxa de utilização da infraestrutura, assim como (ii) da restituição por parte da autoridade tributária, do valor do IVA cativado à CP em 2005 e 2006, uma vez que o processo foi concluído de forma favorável para a empresa.

No que diz respeito ao passivo, de registar também a variação da rubrica de Imposto sobre o rendimento, que resulta do cálculo da estimativa de imposto (tributações autónomas), nomeadamente no aumento significativo das ajudas de custo sujeitas a tributação.

## OUTROS CRÉDITOS A RECEBER (NOTA 14)

A rubrica de outros créditos a receber apresenta os valores registados no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2018	31-12-2017
<b>Valor Bruto:</b>		
Fornecedores c/c - saldos devedores	1 115	2 544
Outros devedores - pessoal	84 492	42 677
D.diversos - c/c	2 443 882	1 986 099
D.diversos - cobrança duvidosa	3 142 619	3 131 746
C. diversos - saldos devedores	139 550	115 222
C.div.-dep. cauções prestadas	368 210	368 210
C.div.-IVA-operações a regularizar	13 999	98 044
D/C.- div. - faturação a emitir	534	( 403)
D/C. div. - seq. saúde	195 852	183 129
C.div.-ODC-cartão galp frota/via verde	20 899	-
Out C.Rec/Pag - depósitos por regularizar	( 763)	( 780)
ODC - unidades de negócio/outros	181 717	162 719
Devedores por acréscimos de receitas	1 604 297	687 142
<b>Sub-total</b>	<b>8 196 403</b>	<b>6 776 349</b>
<b>Imparidade acumulada</b>		
Imparidade do período - out. div. terceiros	( 10 872)	55 460
Imparidade períodos anteriores-O.div. terceiros-CP e MLP	( 3 131 746)	( 3 187 206)
<b>Sub-total</b>	<b>( 3 142 618)</b>	<b>( 3 131 746)</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>5 053 785</b>	<b>3 644 603</b>

O aumento relativamente a 2017 regista-se fundamentalmente:

- / na rubrica de devedores diversos, onde se destaca o aumento das dívidas da Medway e da Fernave;
- / na rubrica de devedores por acréscimos de receitas, que apresenta um aumento na ordem dos 917.155 euros quando comparada com o exercício anterior. Este facto deve-se sobretudo ao registo das participações ainda não recebidas relativas a passes sociais, que se espera sejam recebidas em 2019, bem como à especialização de bónus contratuais decorrentes dos contratos com a EMEF.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Utilização	Reversões	Saldo final
<b>Perdas por imparidade</b>					
Outras dívidas de terceiros	3 131 746	13 794	( 2 922)	-	3 142 618
<b>Total</b>	<b>3 131 746</b>	<b>13 794</b>	<b>( 2 922)</b>	<b>-</b>	<b>3 142 618</b>

## DIFERIMENTOS (NOTA 15)

A rubrica de diferimentos apresenta os valores registados no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
<b>Ativo</b>		
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Diferim - gast reconh - outros-diversos	807 260	860 196
<b>Total</b>	<b>807 260</b>	<b>860 196</b>

Esta rubrica releva os diversos prémios de seguro suportados pela empresa no final do ano, antes de decorrer o período de incidência dos mesmos, os quais reportam ao 1º trimestre do ano seguinte. Os principais seguros a constituir o saldo desta rubrica, respeitam aos seguros de acidentes de trabalho, de saúde, multiriscos, e de responsabilidade civil.

## ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA (NOTA 16)

Um dos objetivos da empresa é proceder à alienação de bens não necessários à sua atividade. Esses bens respeitam essencialmente a edifícios e material circulante. Nesse sentido, a gestão de topo encontra-se comprometida no desenvolvimento de ações que possibilitem a concretização dessas alienações, através da prospeção de eventuais interessados quer no mercado interno quer no mercado externo.

Apesar de alguns destes ativos se encontrarem classificados como ativos fixos detidos para venda há mais de um ano, a CP entende que os mesmos se devem manter classificados nesta rubrica do ativo, por o seu valor vir a ser recuperado não pelo uso, mas sim pela venda, e, a gestão de topo estar fortemente comprometida no desenvolvimento de esforços nesse sentido.

Os ativos classificados como detidos para venda estão valorizados pelo menor entre o valor contabilístico e o valor esperado de venda.

Semestralmente a empresa avalia a existência de imparidades nestes ativos e, sempre que necessário, procede a ajustamentos dos valores já reconhecidos.

Após a constituição destas imparidades, o universo do material circulante classificado na classe de ativos não correntes detidos para venda ficou com o valor de zero conforme detalhe abaixo com reporte a 31 de Dezembro de 2018:

(valores em euros)

Descrição	Valor contabilístico (1)	Subsidio a reconhecer (2)	Valor de sucata (3)	Imparidade (4)	(1)+(2)+(3)+(4)
Várias séries	12 214 719	( 3 035 233)	( 1 970 245)	( 7 209 241 )	-

O quadro seguinte resume, por classe de imobilizado, os ativos não correntes detidos para venda:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
<b>Ativos</b>		
Terrenos e recursos naturais	1 68 826	84 796
Edifícios e outras construções	409 130	1 39 204
Equipamento básico	5 005 478	5 684 397
<b>Total</b>	<b>5 583 434</b>	<b>5 908 397</b>

Em 2018, a CP nas rubricas de Terrenos e Edifícios e outras construções procedeu à reclassificação para ativo não corrente detido para venda do andar da Rua Faria de Guimarães.

A variação da rubrica de equipamento básico deve-se ao valor líquido do abate de material circulante realizado no decorrer de 2018.

## CAPITAL SUBSCRITO (NOTA 17)

De acordo com o artigo 3º do decreto-lei n.º 59/2012, de 14 de março, alterado pelo decreto-lei n.º 124-A/2018 de 31 dezembro, que define os Estatutos da CP, o capital subscrito da empresa é detido integralmente pelo Estado português e destina-se a responder às necessidades permanentes da empresa.

Em 2015, 2016 e 2017 foi determinado por despachos conjuntos das Tutelas financeira e setorial aumentar em 683,483 milhões de euros (em 2015), 654,913 milhões de euros (em 2016) e 516,4 milhões de euros (em 2017) o capital subscrito da CP, EPE, tendo o mesmo sido realizado ao longo dos respetivos anos.

Em 2018, e de acordo com a legislação em vigor, foi determinado igualmente por despachos conjuntos das Tutelas financeira e setorial, aumentar em 80,9 milhões de euros o capital subscrito da CP, EPE, a realizar pelo Estado da seguinte forma:

- / No mês de fevereiro, foi determinado por despacho conjunto das Tutelas financeira e setorial, aumentar o capital subscrito da CP, a subscrever e a realizar em numerário pelo Estado, no valor de 22,9 milhões de euros, valor que deu entrada nas contas da empresa no final do mês de fevereiro, destinando-se a cobrir as necessidades de financiamento da empresa até abril.
- / No mês de junho, também por despacho conjunto das Tutelas financeira e setorial, foi decidido pelo Estado aumentar o capital subscrito da CP E.P.E., em 32 milhões de euros em numerário, tendo sido realizado, em junho, o montante de 14 milhões de euros e, em agosto, o montante de 18 milhões de euros.
- / Posteriormente, no mês de outubro, também por despacho conjunto das Tutelas financeira e setorial, foi decidido pelo Estado aumentar o capital subscrito da CP E.P.E., em 23 milhões de euros em numerário, tendo sido realizado, em outubro, o montante de 13 milhões de euros e, em novembro, o montante de 10 milhões de euros.
- / No mês de dezembro, também por despacho conjunto das Tutelas financeira e setorial, foi decidido pelo Estado aumentar o capital subscrito da CP E.P.E., em 3 milhões de euros em numerário, tendo este valor sido integralmente realizado no final do ano.

Estes valores destinaram-se a suprir as necessidades decorrentes do serviço da dívida (amortizações, juros e outros encargos), investimento e despesas com pessoal, relacionadas com o acordo histórico de variáveis.

Assim, no final do ano 2018 a empresa apresenta um capital subscrito de 3.931.000.000 euros, que se encontra integralmente realizado pelo Estado Português.

## RESERVAS LEGAIS (NOTA 18)

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com o artigo 30º do decreto-lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterado pelo decreto-lei n.º 59/2012, de 14 de março, e pelo decreto-lei 124-A/2018 de 31 de dezembro, que define os estatutos da CP, a empresa deve constituir reservas e fundos julgados necessários, sendo obrigatória a constituição de reserva legal no valor de 5% dos lucros de cada exercício. A reserva legal pode ser utilizada na cobertura de prejuízos de exercício.

Durante o período, não houve reforço das reservas legais nem se verificou a sua utilização para cobertura de prejuízos.

## OUTRAS RESERVAS (NOTA 19)

Nesta rubrica, está contabilizada a reserva estatutária que corresponde ao valor do Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante existente em 31 de dezembro de 1974.

O Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante destinava-se à renovação do material circulante, conforme previsto no artigo 16º do Contrato de Concessão de 1951 entre o Estado e a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, e respeitava ao excedente das receitas do Fundo sobre os investimentos por ele financiados.

## RESULTADOS TRANSITADOS (NOTA 20)

A empresa tem procedido à transferência dos resultados líquidos dos exercícios anteriores para resultados transitados.

Pelo facto de a CP ter optado por valorizar os seus ativos fixos tangíveis pelo seu custo considerado à data da transição para o SNC, o saldo de excedentes de revalorização está registado nesta rubrica.

## MATERIAL CIRCULANTE

A empresa procedeu pela primeira vez, em 1995, à reavaliação do ativo fixo tangível. A reavaliação incidiu no ativo fixo tangível contemplado na rubrica equipamento básico que engloba o material circulante, à data de 31 de dezembro de 1995.

O sistema utilizado consistiu em calcular previamente as amortizações correspondentes ao exercício de 1995 e seguidamente procedeu-se à aplicação, aos valores do ativo fixo e às respetivas amortizações acumuladas, dos coeficientes de desvalorização da moeda constantes da Portaria n.º 338/95, de 21 de abril, corrigidos previamente com o fator de 1,04.

No exercício de 1997 procedeu-se a nova reavaliação do ativo fixo tangível contemplado na rubrica equipamento básico, englobando o material circulante, nos termos do decreto-lei n.º 31/98, de 11 de fevereiro.

## OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

No exercício de 1999, a empresa procedeu à inventariação e valorização dos bens contemplados nas restantes rubricas do ativo fixo tangível, adquiridos até 31 de dezembro de 1997, com exceção dos correspondentes ao material circulante e a peças de parque. Esses ativos ficaram valorizados ao preço de mercado, registado nas contas da CP como reavaliação livre, com depreciações a serem efetuadas de acordo com a vida útil esperada. Este trabalho foi coordenado pelas empresas *Ernst & Young* e CPU-Consultores de Avaliação e genericamente consistiu na identificação dos bens, respetiva avaliação com base no critério do valor corrente de mercado e cálculo do excedente deste último para o custo histórico.

## AJUSTAMENTOS/OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO (NOTA 21)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Subsídios	1 06 456 194	1 14 006 126
Saneamento financeiro	91 357 368	91 357 368
Ajustamentos de transição	1 32 640	1 32 640
<b>Total</b>	<b>1 97 946 202</b>	<b>2 05 496 134</b>

A rubrica saneamento financeiro reflete o passivo assumido pelo Estado nos termos do Protocolo de 24 de agosto de 1993, respeitante a dívidas à Administração Fiscal, à Direção Geral do Tesouro e à Banca de 97.975.959 euros e à utilização na regularização do restante valor em dívida pelo Estado de 6.618.591 euros, resultante do saneamento financeiro realizado no âmbito do decreto-lei n.º 361/85.

O valor da rubrica de subsídios respeita essencialmente a subsídios recebidos para material circulante, resultando as diminuições registadas nesta componente do capital, da imputação, como rendimento do exercício, numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo, duma parte desse subsídio, na mesma proporção em que são reconhecidas as depreciações.

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da rubrica de subsídios:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
59300004 Reservas Subsídios - Material Circulante	( 384 295 )	( 433 343 )
593001 00 FEDER-Sub Proj 1 2UOE	( 3 217 792 )	( 4 091 726 )
59300700 PIDDAC-Sub Proj 1 2+ 4UOE	( 3 474 986 )	( 3 822 482 )
59300800 FEDER-Sub Proj 1 2+ 4UOE	( 9 497 606 )	( 10 447 351 )
59301 001 PIDDAC-Sub Proj 34UOE/UTE	( 2 222 677 )	( 2 540 202 )
59301 002 PIDDAC-Sub Proj 1 9UDD	( 331 757 )	( 382 625 )
59301 003 PIDDAC-Sub Proj 21 ALLAN	( 620 963 )	( 661 934 )
59301 004 PIDDAC-Sub Proj 42UOE	( 308 000 )	( 342 904 )
59301 005 PIDDAC-Sub Proj 34UME	( 15 666 540 )	( 16 753 970 )
59301 006 PIDDAC-Sub Proj 57UTE Silício	( 13 198 673 )	( 14 038 418 )
59301 009 PIDDAC-Sub Proj 57CORRAIL	( 404 925 )	( 468 786 )
59301 01 0 PIDDAC-Sub Proj 1 2Locomotivas	( 390 009 )	( 390 009 )
59301 01 3 PIDDAC-Sub Proj Bilhetes/contacto	-	( 172 860 )
59301 01 4 PIDDAC-Benef Interface Ramal Lousã	( 134 792 )	( 162 680 )
59301 024 PIDDAC-Sub Proj Alter Veloc Máx 45 Carruag Moderniz	( 23 039 )	( 50 383 )
59301 025 PIDDAC-Subs. Caixas Transmissão Rodados UDD's 450	( 347 009 )	( 384 919 )
59301 027 PIDDAC-Modernização de 4 automotoras 3500	( 890 313 )	( 995 313 )
59301 029 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2334	( 267 222 )	( 294 630 )
59301 030 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2340	( 262 654 )	( 290 062 )
59301 031 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2326	( 201 951 )	( 222 146 )
59301 032 PIDDAC-Grande Reparação R3 - 9635	( 1 0887 )	( 32 662 )
59301 034 PIDDAC-Grande Repar R2 - 21 9701 0	( 49 021 )	( 67 997 )
59301 035 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2403	( 1 65 044 )	( 1 81 41 2 )
59301 036 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2404	( 380 429 )	( 417 244 )
59301 037 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 360	( 3 747 )	( 26 227 )
59301 039 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2405	( 268 026 )	( 292 578 )
59301 040 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 463	-	( 8 296 )
59301 041 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 21 97025	( 1 01 328 )	( 1 17 540 )
59301 042 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 463	( 8 379 )	( 33 518 )
59301 043 PIDDAC-Grande Reparação -Gr R-R2 461	( 20 949 )	( 83 794 )
59301 044 PIDDAC-Grande Reparação R2 469	( 15 712 )	( 53 419 )
59301 045 PIDDAC-Grande Reparação R2 21 9701 2	( 78 569 )	( 89 283 )
59301 046 PIDDAC-Grande Reparação R2 21 97034	( 1 01 705 )	( 1 15 574 )
59301 047 PIDDAC-Grande Reparação R2 21 9701 1	( 61 717 )	( 70 038 )
59301 048 PIDDAC-Grande Reparação R2 21 97020	( 1 01 705 )	( 1 15 574 )
59301 049 PIDDAC-Grande Reparação R2 8597004	( 40 857 )	( 46 892 )
59301 050 PIDDAC-Grande Reparação R2 8597007	( 61 285 )	( 69 642 )
59301 051 PIDDAC-Grande Reparação R2 1 41 5	( 139 190 )	( 150 953 )
59301 052 PIDDAC-Grande Reparação R2 21 97028	( 1 02 861 )	( 1 16 730 )
59301 053 PIDDAC-Grande Reparação R2 1 997008	( 50 919 )	( 57 785 )
59301 054 PIDDAC-Grande Reparação R2 21 9701 9	( 1 19 042 )	( 1 32 911 )
59301 055 PIDDAC-Grande Reparação R2 0451	( 56 561 )	( 94 268 )
59301 056 PIDDAC-Grande Reparação R2 21 97027	( 1 19 042 )	( 1 32 911 )
59301 057 PIDDAC-Grande Reparação R2 1 997002	( 1 17 446 )	( 1 39 203 )
59301 058 PIDDAC-Grande Reparação R2 31 54	( 306 432 )	( 330 624 )
59301 059 PIDDAC-Grande Reparação R2 9634	( 76 974 )	( 98 966 )
59301 060 PIDDAC-Grande Reparação R2 21 97007	( 1 19 042 )	( 1 32 911 )
59301 061 PIDDAC-Grande Reparação R2 3266	( 243 217 )	( 262 047 )
59301 062 PIDDAC-Grande Reparação R2 0458	( 153 086 )	( 205 208 )
59301 063 PIDDAC-Grande Reparação R2 0457	( 52 617 )	( 77 874 )
59301 064 PIDDAC-Grande Reparação R2 1 997004	( 78 579 )	( 89 471 )
59301 065 PIDDAC-Grande Reparação R2 1 997009	( 50 312 )	( 58 166 )
59301 066 PIDDAC-Grande Reparação R2 21 9701 5	( 79 016 )	( 87 559 )
59301 067 PIDDAC-Grande Reparação R2 21 9701 6	( 53 763 )	( 59 423 )
59301 068 PIDDAC-Grande Reparação R2 21 97001	( 80 121 )	( 88 482 )
59301 069 PIDDAC-Grande Reparação R2 1 41 3	( 1 03 903 )	( 1 11 745 )
59301 070 PIDDAC-Grande Reparação R2 3260	( 52 538 )	( 56 502 )
59301 071 PIDDAC-R1 CPA's 4000	( 1 546 888 )	( 596 471 )
59301 072 PIDDAC-Grande Reparação R2 0462	( 135 753 )	-
59301 073 PIDDAC-Grande Reparação R2 0362	( 237 164 )	-
59301 074 PIDDAC-Grande Reparação R2 3256	( 233 500 )	-
59301 075 PIDDAC-Grande Reparação R2 464	( 132 596 )	-
59301 1 01 FEDER-Sub Proj 1 9UDD	( 685 774 )	( 790 925 )
59301 1 02 FEDER-Sub Proj 21 ALLAN	( 1 213 066 )	( 1 293 103 )
59301 1 03 FEDER-Sub Proj 34UME	( 27 91 0856 )	( 29 845 204 )
59301 1 04 FEDER-Sub Proj 57UTE Silício	( 16 888 050 )	( 18 000 718 )
59301 1 07 FEDER-Sub Proj 57CORRAIL	( 81 937 )	( 939 987 )
59301 1 08 FEDER-Sub Proj 1 2Locomotivas	( 903 370 )	( 903 370 )
59301 700 FEDER-Benef Interfaces Ramal Lousã	( 293 016 )	( 348 588 )
59301 800 FEDER-Bilhética sem contacto-CPLX	-	( 35 588 )
<b>Total</b>	<b>( 1 06 456 194 )</b>	<b>( 1 14 006 126 )</b>

## PROVISÕES (NOTA 22)

O movimento na rubrica de provisões é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Adições	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Processos judiciais em curso	1 217 824	90 000		( 193 955)	1 113 869
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	1 017 288	60 396	( 773 881)	-	9 457 803
Acidentes ferroviários	1 723 237	1 114 172			2 837 409
Investimentos financeiros	3 296 341	254 463	-	( 258 291)	3 292 513
Outras	55 250	-		-	55 250
<b>Total</b>	<b>16 463 940</b>	<b>1 519 031</b>	<b>( 773 881)</b>	<b>( 452 246)</b>	<b>16 756 844</b>

A variação da rubrica de provisões deve-se essencialmente ao reforço da provisão para acidentes ferroviários no montante de cerca de 1.114.172 euros, em face da avaliação efetuada aos processos em curso.

No que respeita às responsabilidades para acidentes de trabalho e doenças profissionais, foram calculadas com base na avaliação atuarial das responsabilidades da empresa, em 31 de dezembro de 2018, com pensões de acidentes de trabalho ocorridos até 31 de dezembro de 1999. Este cálculo foi realizado por entidade externa à CP (CGD PENSÕES).

Os acréscimos ou diminuições das responsabilidades provenientes de alterações dos benefícios atribuídos são reconhecidos como perdas ou ganhos no exercício em que ocorrem.

A metodologia e os pressupostos financeiros e atuariais da avaliação das responsabilidades são os seguintes:

**Método de cálculo:** Para o apuramento das responsabilidades relativas a reformados com pensões de acidentes de trabalho, procedeu-se ao cálculo do valor atual de rendas vitalícias imediatas.

**Taxa de desconto:** 2,00%.

**Taxa de Crescimento das Pensões:** 1,0%.

**Tábuas de Mortalidade:** Utilizou-se a tábua francesa TV 88/90.

**Prazo de pagamento das pensões de acidente de trabalho:** Pensões vitalícias.

**Data de efeito dos cálculos:** 31 de dezembro de 2018.

## FINANCIAMENTOS OBTIDOS (NOTA 23)

No final do exercício de 2018 a rubrica de financiamentos obtidos apresentava o detalhe constante do quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
<b>Não corrente</b>		
<b>Financiamentos obtidos</b>		
Empréstimos bancários	94 026 667	114 711 667
Empréstimos por obrigações	200 000 000	700 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	( 5 796 037)	( 6 453 876)
Outros financiadores	1 016 028 000	1 397 542 000
<b>Total</b>	<b>1 304 258 630</b>	<b>2 205 799 791</b>
<b>Corrente</b>		
<b>Financiamentos obtidos</b>		
Empréstimos bancários	20 685 000	28 067 209
Empréstimos por obrigações	500 000 000	-
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	( 1 80 080)	-
Outros financiadores	762 028 000	380 514 000
<b>Total</b>	<b>1 282 532 920</b>	<b>408 581 209</b>

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
<b>Não corrente</b>		
<b>Financiamentos obtidos</b>		
<b>Empréstimos bancários</b>		
Até 1 ano	20 685 000	28 067 209
De 1 a 5 anos	86 426 667	82 178 333
A mais de 5 anos	7 600 000	32 533 333
<b>Empréstimos por obrigações</b>		
Até 1 ano	500 000 000	-
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	( 1 80 080)	-
De 1 a 5 anos	-	500 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	-	( 313 588)
A mais de 5 anos	200 000 000	200 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	( 5 796 037)	( 6140 287)
<b>Outros financiadores</b>		
Até 1 ano	762 028 000	380 514 000
De 1 a 5 anos	1 015 028 000	1 245 542 000
A mais de 5 anos	1 000 000	152 000 000
<b>Total</b>	<b>2 586 791 550</b>	<b>2 614 381 000</b>

À data de 31 de dezembro de 2018, os pagamentos futuros do capital em dívida dos financiamentos obtidos não correntes, são analisados como segue:

(valores em euros)

Descrição	2019	2020	2021	2022	2023	2024 e seguintes	Total
<b>Financiamentos obtidos</b>							
Empréstimos bancários	20 685 000	37 693 333	23 800 000	23 666 667	1 266 667	7 600 000	114 711 667
Empréstimos por obrigações	500 000 000					200 000 000	700 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	( 1 80 080)					( 5 796 037)	( 5 976 117)
Outros financiadores	762 028 000	481 514 000	381 514 000	1 01 000 000	51 000 000	1 000 000	1 778 056 000
<b>Total</b>	<b>1 282 532 920</b>	<b>519 207 333</b>	<b>405 314 000</b>	<b>124 666 667</b>	<b>52 266 667</b>	<b>202 803 963</b>	<b>2 586 791 550</b>

## OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR (NOTA 24)

A rubrica de outras dívidas a pagar é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
<b>Não corrente</b>		
Credores por acréscimo de gastos	-	8 006 555
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>8 006 555</b>
<b>Corrente</b>		
Fornecedores de investimentos	1 123 690	808 073
Credores por subscrições não liberadas	36 843 299	35 477 347
Outros devedores e credores	7 586 234	7 827 089
Credores por acréscimo de gastos	88 391 460	56 979 203
Pessoal	58 245	25 836
Adiantamentos de clientes	50 312	56 136
<b>Total</b>	<b>134 053 240</b>	<b>101 173 684</b>

No passivo não corrente, em 2017, ainda se mantinha o reconhecimento da responsabilidade de liquidação da dívida histórica resultante da integração dos abonos variáveis no cálculo do subsídio de férias e férias, em resultado do acordo formalizado com as Organizações Representativas dos Trabalhadores. Pelo facto do acordo prever que estes montantes sejam pagos até ao exercício de 2019, a 31 de dezembro de 2018, todos os valores relacionados com esta responsabilidade se encontram registados como passivo corrente.

No que respeita ao passivo corrente, o aumento registado é fruto fundamentalmente do incremento dos valores especializados de juros a liquidar.

## FORNECEDORES (NOTA 25)

A rubrica de fornecedores apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
<b>Fornecedores c/c</b>		
Gerais	4 939 777	4 833 349
Empresas subsidiárias	638 633	4 248 376
Empresas associadas	707 332	803 191
Empreendimentos conjuntos	780 214	( 14 746)
Outras partes relacionadas	1 55 889	750 886
Facturas em receção e conferência	1 29 366	76 049
<b>Total</b>	<b>7 351 211</b>	<b>10 697 105</b>

Quando comparado com o exercício anterior, em 2018 de salientar a redução bastante significativa das dívidas a empresas subsidiárias, nomeadamente da dívida à EMEF.

## VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS (NOTA 26)

As vendas e serviços prestados apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	2018	2017
<b>Serviços prestados</b>		
Passageiros	267 761 261	257 691 658
Redes	761 776	761 467
Manut./alug./limp. material circulante	1 375 076	1 416 819
Comboio Socorro	896 917	896 917
Indemnização por danos	119 819	388 900
Limpeza/segurança	137 013	133 621
Serv. informáticos/contabil./outros	679 806	835 773
Outros Metro Mondego	569 372	649 439
Outros serviços	3 068 053	3 684 441
Descontos e abatimentos em vendas	( 8 732 991 )	( 7 808 818 )
<b>Total</b>	<b>266 636 102</b>	<b>258 650 217</b>

A rubrica de vendas e serviços prestados aumentou em cerca de 8 milhões de euros, em resultado do crescimento dos serviços de passageiros, nomeadamente no que respeita à venda de bilhetes, que apresenta um crescimento acumulado, face a igual período do ano anterior, de 6,6 milhões de euros.

## SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO (NOTA 27)

No quadro seguinte identificam-se os subsídios à exploração reconhecidos como rendimentos nos exercícios de 2018 e 2017:

(valores em euros)

Descrição	2018	2017
<b>Subsídios diversos</b>		
Fundo Eficiencia Energetica	-	10 000
Projeto Shift2Rail- IMPACT	-	3 579
Projeto Shift2Rail-PIVOT	-	7 110
<b>Total</b>	-	<b>20 689</b>

## GANHOS/PERDAS IMPUTADOS A SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS (NOTA 28)

Os ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	2018	2017
<b>Ganhos</b>		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	7 508 507	6 959 833
<b>Total</b>	<b>7 508 507</b>	<b>6 959 833</b>

O aumento dos ganhos imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, resulta sobretudo da melhoria dos resultados da EMEF, bem como da TIP, que em 2018 continua a registar uma variação positiva nos seus resultados.

## CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS (NOTA 29)

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	2018	2017
<b>Mercadorias</b>	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5 881 459	6 242 781
<b>Total</b>	<b>5 881 459</b>	<b>6 242 781</b>

O gasto com consumo de combustível, como matéria-prima para a prestação do serviço de transporte ferroviário de passageiros, representa cerca de 84% do total da rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo.

Por outro lado, o consumo de outros artigos, nomeadamente de fardamentos, sofreu uma diminuição em 2018, quando comparado com o ano de 2017.

## FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS (NOTA 30)

A rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta o seguinte detalhe:

	(valores em euros)	
Descrição	2018	2017
<b>Subcontratos:</b>		
Limpeza instalações	( 233 202)	( 256 574)
Limpeza material circulante	( 2 816 215)	( 2 594 909)
Vigilância	( 1 808 880)	( 1 919 303)
Serviços adicionais e auxiliares	( 4 657 686)	( 1 568 279)
Serviços restauração	( 2 707 330)	( 2 784 636)
Acordo CP/Renfe	( 4 357 937)	( 4 495 362)
Outros subcontratos	( 6 624 602)	( 6 533 039)
<b>Serviços especializados:</b>		
Conservação e reparação	( 33 971 976)	( 34 612 197)
Trabalhos especializados	( 422 528)	( 446 020)
Vigilância e segurança	( 1 041 642)	( 803 329)
Utilização material circulante	( 290 734)	( 471 459)
Outros serviços especializados	( 2 503 566)	( 2 402 903)
Materiais	( 1 65 413)	( 176 362)
<b>Energia e fluidos:</b>		
Electricidade	( 24 864 548)	( 23 107 211)
Combustíveis	( 151 874)	( 159 338)
Água	( 121 872)	( 124 021)
Outros	-	( 20)
Deslocações, estadas e transportes	( 3 699 672)	( 3 728 431)
Cont <sup>o</sup> CP/ACE (EMEF/Siemens)	( 4 708 376)	( 4 717 504)
<b>Serviços diversos:</b>		
Rendas e alugueres:		
Taxa uso infraestrutura	( 55 229 187)	( 56 175 213)
Outras rendas e alugueres	( 12 010 784)	( 11 220 051)
Comunicação	( 51 0481)	( 528 763)
Seguros	( 281 741)	( 253 435)
Outros serviços	( 248 613)	( 271 930)
<b>Total</b>	<b>(1 63 428 859)</b>	<b>(1 59 350 289)</b>

Em 2018 e apesar do esforço de contenção de gastos, verificou-se um agravamento na rubrica de fornecimentos e serviços externos, no valor de 4,1 milhões de euros.

Para este agravamento contribuíram, fundamentalmente, o aumento dos gastos com eletricidade para tração e os serviços adicionais e auxiliares, relativos à utilização de estações e apeadeiros, em consequência de as Infraestruturas de Portugal terem reintroduzido a faturação deste serviço no Diretório de Rede de 2018.

## GASTOS COM PESSOAL (NOTA 31)

A rubrica de gastos com pessoal apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2018	2017
Remunerações dos órgãos sociais	( 348 311 )	( 365 899 )
Remunerações do pessoal	( 81 873 090 )	( 77 020 433 )
Indemnizações	( 1 006 239 )	( 1 359 861 )
Encargos sobre remunerações	( 181 85 970 )	( 17 066 801 )
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	( 2 479 617 )	( 2 338 650 )
Gastos de acção social	( 174 578 )	( 244 072 )
Outros gastos com o pessoal	( 1 545 730 )	( 1 478 075 )
<b>Total</b>	<b>(1 05 61 3 535)</b>	<b>(99 873 791)</b>

Apesar da diminuição do efetivo de trabalhadores da empresa, verifica-se um acréscimo de gastos nesta rubrica comparativamente a 2017, que resulta da reposição das progressões na carreira (50% em julho de 2017 (art.º 21º da Lei do Orçamento de Estado para 2017) e 50% em janeiro de 2018 (art.º 23º da Lei do Orçamento de Estado para 2018)), bem como da implementação dos acordos assinados em dezembro de 2017 e fevereiro 2018 com as organizações representativas dos trabalhadores, e ainda do acréscimo de trabalho extraordinário e outros abonos.

O detalhe dos trabalhadores do quadro permanente, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, por cargos de Direção/chefias superiores e categoria profissional é apresentado como segue:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Órgãos sociais *	6	6
Directores/chefias superiores	267	267
Quadros superiores	254	253
Quadros médios	13	14
Chefias intermédias	216	225
Profissionais altamente qualificados	2 099	2 111
Profissionais semi-qualificados	70	72
<b>Total</b>	<b>2 658</b>	<b>2 681</b>

\* Inclui três elementos pertencentes ao Conselho Fiscal

## IMPARIDADES DE INVESTIMENTO NÃO DEPRECIÁVEIS/ AMORTIZÁVEIS (NOTA 32)

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	2018	2017
<b>Perdas</b>		
Ativos não correntes detidos para venda	( 49 170)	-
Em investimentos financeiros		( 3)
<b>Reversões</b>		
Ativos não correntes detidos para venda	1 621 881	-
<b>Total</b>	<b>1 572 711</b>	<b>( 3)</b>

Em 2018 regista-se uma acentuada diminuição das imparidades relacionadas com ativos não correntes detidos para venda, face a 2017, resultante essencialmente da reversão da imparidade na rubrica de equipamento básico no valor de €1.482.052, conforme consta do quadro abaixo, decorrente de abate de material circulante não afeto à atividade de transporte.

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Adições	Reversões	Transferencia	Saldo Final
Edifícios e outras construções	94 557		( 139 829)	49 170	3 898
Equipamento básico	8 691 294	49 170	( 1 482 052)	( 49 170)	7 209 242
<b>Total</b>	<b>8 785 851</b>	<b>49 170</b>	<b>( 1 621 881)</b>	<b>-</b>	<b>7 213 140</b>

## OUTROS RENDIMENTOS (NOTA 33)

A rubrica de outros rendimentos apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	2018	2017
Rendimentos suplementares	9 308 427	9 132 043
Ganhos em inventários	6 093	7 076
Restantes ativos financeiros	1 984 069	3 461 517
Investimentos não financeiros	2 460 956	766 326
Outros	13 115 305	11 631 701
<b>Total</b>	<b>26 874 850</b>	<b>24 998 663</b>

Para o aumento da rubrica de outros rendimentos, em 2018, contribuíram fundamentalmente os seguintes factos:

- / Alienação do imóvel da Rua Castilho;
- / Formalização de acordo com a IP para a repartição de gastos de energia em espaços partilhados, o que implicou correção de rendimentos e gastos de exercícios anteriores de materialidade semelhante (com impacto líquido nos resultados de apenas €26.384), bem como o aumento do valor refaturado de energia de tração à IP devido ao aumento das tarifas de energia o que afetou os gastos suportados pela CP e conseqüentemente os valores refaturados à IP.
- / A contribuir negativamente, de referir a redução na rubrica dos restantes ativos financeiros, em resultado da variação cambial do capital subscrito e não realizado da Eurofima.

## OUTROS GASTOS (NOTA 34)

A rubrica de outros gastos e perdas apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2018	2017
Impostos	( 128 377)	( 151 898)
Dívidas incobráveis	( 334)	-
Perdas em inventários	( 121 835)	( 20 826)
Investimentos não financeiros	( 2 157 421)	( 19)
Outros	( 8 250 633)	( 3 234 135)
<b>Total</b>	<b>(10 658 600)</b>	<b>(3 406 878)</b>

Para o aumento da rubrica de outros gastos, em 2018, contribuíram fundamentalmente os seguintes factos:

- / Aumento das perdas em investimentos não financeiros, em resultado do abate realizado a rubrica de equipamento básico, cujo material circulante se encontrava classificado como ativo não corrente detido para venda, com imparidade reconhecida, a qual foi revertida no mesmo momento, conforme referenciado na nota 32.
- / Formalização de acordo com a Infraestruturas de Portugal para a repartição de gastos de energia em espaços partilhados, o que implicou correção de gastos e rendimentos de exercícios anteriores de materialidade semelhante (com impacto líquido nos resultados de apenas €26.384);
- / Gastos decorrentes de insuficiência de estimativa de impostos (tributação autónoma), relacionada com as deslocações e estadas de trabalhadores;
- / Gastos com ofertas de títulos de transporte, nomeadamente os relacionados com a iniciativa Comboio do Conhecimento;
- / Aumento dos gastos em resultado da variação cambial do capital subscrito e não realizado da Eurofima.

## GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO (NOTA 35)

A rubrica de gastos/reversões de depreciação apresenta os seguintes valores:

(valores em euros)		
Descrição	2018	2017
<b>Gastos</b>		
Ativos fixos tangíveis	( 53 749 021 )	( 57 000 846 )
<b>Reversões</b>		
Ativos fixos tangíveis	11 341	1 41 253
<b>Total</b>	<b>(53 737 680)</b>	<b>(56 859 593)</b>

Os gastos registados resultam da depreciação/amortização dos bens de acordo com as suas vidas úteis definidas e detalhe apresentado na nota 4. Anualmente as vidas úteis esperadas dos bens são revistas, de forma a verificar que se encontram ajustadas à realidade.

Esta rubrica regista uma diminuição de gastos na ordem em 3,1 milhões de euros, em resultado do fim da vida útil de alguns ativos, facto que não foi compensado pelo investimento realizado.

## IMPARIDADE DE INVESTIMENTOS DEPRECIÁVEIS E AMORTIZÁVEIS (NOTA 36)

A rubrica de imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis apresenta os seguintes valores:

(valores em euros)		
Descrição	2018	2017
<b>Perdas</b>		
Ativos fixos tangíveis	-	( 455 819 )
<b>Reversões</b>		
Ativos fixos tangíveis	721 647	1 029 587
<b>Total</b>	<b>721 647</b>	<b>573 768</b>

O montante que se observa em 2018 resulta fundamentalmente do registo da reversão de imparidades das locomotivas 2620.

## JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS (NOTA 37)

A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2018	2017
Juros obtidos	436 399	466 910
<b>Total</b>	<b>436 399</b>	<b>466 910</b>

Nesta rubrica são registados essencialmente os rendimentos relacionados com os juros dos empréstimos a empresas participadas. Estes juros diminuíram em resultado da amortização de empréstimos das sociedades EMEF e Ecosaúde, e da revisão, em baixa, das taxas praticadas, em conformidade com a evolução das taxas praticadas pela banca comercial.

## JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS (NOTA 38)

A rubrica de juros e gastos similares suportados apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	2018	2017
Juros suportados	( 65 068 891 )	( 72 996 596 )
Outros gastos e perdas	( 3 234 727 )	( 3 574 133 )
<b>Total</b>	<b>(68 303 618)</b>	<b>(76 570 729)</b>

No exercício de 2018, a rubrica de juros e gastos similares suportados regista uma diminuição de cerca de 8,3 milhões de euros que decorre fundamentalmente da redução do passivo remunerado da empresa.

## DIVULGAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS (NOTA 39)

A CP realiza frequentemente parte das suas atividades através de empresas associadas, subsidiárias e empreendimentos conjuntos.

Com referência a 31 de dezembro de 2018, a estrutura acionista da empresa (participações diretas), é a apresentada no quadro seguinte:

(Participação %)

Participações	31-12-2018	31-12-2017
EMEF, SA	100%	100%
CP CARGA, SA*	5%	5%
FERNAVE, SA	100%	100%
SAROS, Lda	100%	100%
ECOSAÚDE, SA	100%	100%
TIP, ACE	33%	33%
OTLIS, ACE	14%	14%

\* conforme definido no acordo de venda da participada, mantendo a CP esta participação no curto prazo.

A CP detém também participação indireta e controlo noutras empresas do grupo por via da participação nas empresas acima referidas, nomeadamente:

- / SIMEF, ACE (detida em 51% pela EMEF)
- / NOMAD Tech (detida em 35% pela EMEF)

As transações entre partes relacionadas são apresentadas no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	2018	2017
<b>Vendas e prestações de serviço</b>		
<b>Subsidiárias</b>		
EMEF, SA	4 165 311	4 851 081
FERNAVE, SA	289 652	210 544
SAROS, Lda	2 743	3 354
ECOSAÚDE, SA	25 386	25 990
<b>Associadas</b>		
TIP, ACE	4 930 032	4 763 721
OTLIS, ACE	6 531 981	4 666 344
<b>Empresas com participação indirecta</b>		
EMEF / SIEMENS, ACE	758 567	758 498
<b>total</b>	<b>16 703 672</b>	<b>15 279 532</b>
<b>Gastos</b>		
<b>Subsidiárias</b>		
EMEF, SA (*)	( 28 750 513 )	( 32 179 410 )
FERNAVE, SA	( 560 251 )	( 531 594 )
ECOSAÚDE, SA	( 780 259 )	( 809 166 )
<b>Associadas</b>		
TIP, ACE	( 472 686 )	( 625 661 )
OTLIS, ACE	( 61 382 )	( 217 144 )
<b>Empresas com participação indirecta</b>		
EMEF / SIEMENS, ACE	( 4 775 061 )	( 4 897 837 )
<b>Total</b>	<b>(35 400 152)</b>	<b>(39 260 812)</b>
<b>Investimento</b>		
<b>Subsidiárias</b>		
EMEF, SA	10 112 536	11 841 041
<b>Associadas</b>		
TIP, ACE	1 529	353 373
OTLIS, ACE	4 800	-
<b>Total</b>	<b>10 118 865</b>	<b>12 194 414</b>

(\*) O valor da faturação emitida por esta participada, encontra-se classificado na CP em gastos e em investimento.

Os saldos com partes relacionadas são, de igual modo, apresentados no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
<b>Ativos</b>		
<b>Investimento</b>		
<b>Subsidiárias</b>		
EMEF, SA	11 750 000	13 000 000
FERNAVE, SA	2 600 000	2 600 000
ECOSAÚDE, SA	285 480	297 495
<b>Clientes e out. contas receber</b>		
<b>Subsidiárias</b>		
EMEF, SA	1 720 141	38 690
FERNAVE, SA	601 918	430 078
SAROS, Lda	309	32
ECOSAÚDE, SA	-	54
<b>Associadas</b>		
TIP, ACE	452 491	430 745
OTLIS, ACE	262 336	360 434
<b>Empresas com participação indirecta</b>		
EMEF / SIEMENS, ACE	78 367	79 830
<b>Passivos</b>		
<b>Fornecedores e out. contas pagar</b>		
<b>Subsidiárias</b>		
EMEF, SA	( 840 185)	( 939 252)
FERNAVE, SA	( 89 374)	( 1 8 601 )
ECOSAÚDE, SA	( 85 864)	( 72 944)
<b>Associadas</b>		
TIP, ACE	( 878 314)	( 988 081 )
OTLIS, ACE	( 1 35 823)	( 424 936)
<b>Empresas com participação indirecta</b>		
EMEF / SIEMENS, ACE	( 519 093)	( 487 386)
<b>Total Ativo + Passivo</b>	<b>15 202 389</b>	<b>14 306 158</b>

## GARANTIAS E AVALES (NOTA 40)

Garantias e avales prestados pela CP a empresas do grupo e associadas:

(valores em euros)

Empresa	Valor
EMEF (cartas conforto)	729 196
EMEF (fiança)	437 500
Fernave (garantia)	3 497

Garantias prestadas a favor da CP:

(valores em euros)

Empresa	Valor
Garantias e fianças prestadas à CP pelo Estado	614 711 667
Garantias e fianças bancárias prestadas à CP por entidades bancárias a favor de terceiros (*)	165 042

(\*) Inclui conta caução no IGCP no valor de 150.000€

## ACONTECIMENTOS RELEVANTES APÓS A DATA DE BALANÇO (NOTA 41)

Como acontecimentos relevantes após a data de balanço, ressalvam-se um diferendo relacionado com a propriedade do conjunto urbanístico da sede da CP entre a Empresa e o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS, I.P.) e o facto de a Empresa, por motivos externos, não ter ainda concluído a recomendação constante do Acórdão do Tribunal de Contas n.º 5/2018, de conclusão da implementação do novo modelo empresarial da EMEF, S.A.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS (NOTA 42)

Nos termos das disposições em vigor, propõe-se que os resultados líquidos do exercício, prejuízo de 105.626.933 euros, sejam transferidos para a conta de resultados transitados.

---



---

anexos

# RELATÓRIO E CONTAS 2018

---



COMBOIOS DE PORTUGAL